

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITETURA

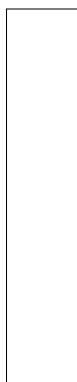
Casa Resiliente

Entre Comunidade e Intimidade no Lugar da Cadinha

Sofia Maria Silva Castro

M

2025



Casa Resiliente

Entre Comunidade e Intimidade no Lugar da Cadinha

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de
Arquitetura da Universidade do Porto.

Autoria de Sofia Maria Silva Castro
Orientação de Professora Doutora Carla Garrido de Oliveira
Coorientação de Professora Doutora Filipa de Castro Guerreiro

Notas prévias

A presente Dissertação foi escrita ao abrigo do novo Acordo Ortográfico. As citações apresentadas no corpo de texto encontram-se, quando necessário, traduzidas pela autora e corretamente referenciadas.

Todo o material de levantamento, de desenvolvimento e de apresentação da proposta - desenhos de processo e de projecto, fotografias e maquetes - é de autoria própria. Por isso, decidiu-se não colocar o nome da autora e a data sempre que estes elementos aparecem, estando essa informação subentendida à partida e válida para todo o documento.

Agradecimentos

Às docentes orientadoras desta dissertação, Carla Oliveira e Filipa Guerreiro, pelo acompanhamento constante, conselhos sábios e estímulo para fazer sempre melhor, pela orientação e confiança demonstradas.

À família, pelo exemplo de responsabilidade, compromisso e resiliência e pelo apoio incondicional.

Aos amigos, pelas conversas sem fim e carinho de sempre.

Ao Daniel, por celebrar as minhas alegrias e me amparar nas minhas dúvidas e inquietações, por acreditar em mim.

Resumo

A presente dissertação propõe o desenvolvimento de um projeto de habitação coletiva num contexto de baixa densidade, tendo como caso de estudo uma casa de família na cidade natal da autora, em Lourosa, pertencente ao concelho de Santa Maria da Feira. Ao debruçar-se sobre esta freguesia, a leitura da sua urbanidade evidencia uma tensão entre áreas fragmentadas no tecido urbano e um contraste entre áreas urbanizadas e bolsas agrícolas e rurais.

A habitação é desde sempre um dos temas mais discutidos, incidindo nomeadamente na dificuldade no seu acesso e na resposta à diversidade e imprevisibilidade das necessidades dos grupos familiares que a habitam. Existem inúmeras formas de habitar e a casa deve adaptar-se a todas elas. Nesta perspetiva, o projeto propõe contrariar o conceito de casa estática, de padrões de compartimentação rígidos e repetitivos, devido à dificuldade de resposta a núcleos domésticos com objetivos, formas de viver e realidades diferentes e em constante mudança.

A dissertação culmina no desenvolvimento de uma Casa Resiliente, que se estrutura através da configuração da tipologia casa-pátio em banda, desenvolvida em agrupamentos de volumes. Baseia-se num processo de experimentação que revisita a prática de autores com narrativas projetuais que se aproximam dos princípios compositivos e matriciais da casa e articulam espaços intermédios e coletivos em projetos de habitação plurifamiliar de baixa densidade. A Casa desenvolve temas como a resiliência e inclusão que se adaptam a dinâmicas sociais em constante transformação. Os casos de estudo possibilitam a reflexão sobre temas relacionadas com a capacidade da arquitetura se adaptar às transformações sociais, à evolução das relações e dinâmicas não só do agregado familiar, mas também na comunidade e à articulação entre os vários níveis de espaço privado e partilhado.

Perante um público genérico há a necessidade de encontrar estratégias que se adaptem à diversidade dos núcleos familiares. Neste sentido, exploram-se os tipos de dispositivos espaciais que podem ser criados e alterados a curto ou a longo prazo e tipologias de espaços que exploram as interações e inter-relações entre indivíduos. O projeto defende que a indefinição e indiferenciação do espaço e a ausência de hierarquias constituem princípios de resiliência. Ao nível do espaço público, testa-se o papel inclusivo, catalisador e comunitário dos espaços de uso coletivo e indeterminado e dos espaços intermédios.

Palavras-chave: arquitetura, resiliência, casa, intimidade, comunidade.

Abstract

This dissertation proposes the design of a collective housing project within a low-density context, taking as its case study a family home in the author's hometown of Lourosa, situated in the municipality of Santa Maria da Feira. The local urbanity reveals an inherent tension between fragmented areas within the urban fabric and a marked contrast between urbanised zones and agricultural or rural pockets.

Housing remains a pre-eminent subject of architectural discourse, with particular emphasis placed on the challenges of accessibility and the capacity to respond to the diverse, unpredictable needs of contemporary family units. Given the myriad ways of living, the dwelling must remain adaptable. Consequently, this project seeks to challenge the concept of an static home, characterised by rigid and repetitive compartmentalisation, which often fails to accommodate domestic units with differing and evolving objectives, lifestyles, and realities.

The dissertation culminates in the development of a Resilient House, structured through the courtyard terrace typology and organised into clusters of volumes. The design is informed by an experimental process that revisits the practices of architects whose narratives align with the compositional and matrix principles of the house, particularly those that articulate intermediate and collective spaces within low-density, multi-family housing. The project explores themes of resilience and inclusion that adapt to shifting social dynamics. Furthermore, the case studies facilitate a reflection on architecture's capacity to adapt to social transformations, the evolution of relationships within both the family and the wider community, and the nuanced articulation between various levels of private and shared space.

When addressing a diverse public, it is essential to identify strategies that accommodate a variety of family structures. To this end, this research explores spatial devices that can be reconfigured in the short or long term, alongside spatial typologies that foster interaction and interrelationship between individuals. The project asserts that spatial indefiniteness, indifference, and the absence of hierarchy are fundamental principles of resilience. At the scale of public space, the inclusive, catalytic, and communal roles of intermediate and indeterminate collective spaces are tested and evaluated.

Keywords: architecture, resilience, housing, intimacy, community.

Sumário

5	Agradecimentos
6	Resumo
7	Abstract
11	Introdução
11	Motivação, objeto e objetivos
12	Método de investigação
12	Estrutura da Dissertação
17	I. TERRITÓRIO, LUGAR, COMUNIDADE
19	Indivíduo e urbanidade
23	Lourosa: enquadramento territorial
31	Lugar da Cadinha: caracterização
35	Implantação e estrutura do Lugar
35	Matriz florestal e agrícola
37	Teoria do Habitar: enquadramento teórico
37	Do lugar à casa: da casa à terra
41	Espaço público e comunidade: lugares de convivência e cura
45	Prática de Outros
	Convento de Santa Maria Scala Coeli, Évora
	Bairro da Malagueira

53 II. UNIDADE, RECINTO, FAMÍLIA

57 Casa de Casas

57 Implantação no terreno

61 Unidade habitacional

64 *Architects don't invent anything*

67 Narrativas projetuais de Hilberseimer e Utzon

67 _Utzon: Fredensborg Houses

69 _Hilberseimer: casas-pátio em 'L'

73 Processo experimental de agrupamento de Casas

75 III. INTERIOR, CÂMARA, INTIMIDADE

77 Resiliência: modos de habitar

80 Intimidade e privacidade: percepções e limites

83 Da câmara ao pátio: transições e gradações

87 Prática de Outros

 O pátio a céu aberto

 Casa dos Pássaros

 Villa Thiene

99 A Casa preexistente: matriz

101 A Casa resiliente: proposta

101 Configuração espacial

107 Flexibilidade: estratégias e dispositivos de desenho

115 Considerações finais

117 Referências Bibliográficas

121 Referências Bibliográficas Web

123 Fontes de imagens

128 Anexos

Introdução

Motivação, Objeto e Objetivos

Propõe-se com a presente dissertação de mestrado o desenvolvimento de um projeto de habitação coletiva de casas-pátio organizadas em banda, em Lourosa, pertencente ao concelho de Santa Maria da Feira. Parte da vontade de repensar a habitação coletiva em contextos de baixa densidade. Esta freguesia apresenta uma identidade marcada pelo contraste entre áreas urbanizadas e agrícolas e florestadas e um tecido urbano fragmentado, que concilia edificado industrial e habitacional no mesmo perímetro, denotando um crescimento desacerbado. O projeto surge assim na tentativa de conciliar estas realidades através de espaços que promovam a proximidade entre as pessoas e destas com a terra, criando um ambiente comunitário inclusivo com uma estrutura aberta que se cose com o tecido envolvente. Neste seguimento, questiona-se como deve a casa responder a temas como resiliência, inclusão e dinâmicas sociais em constante transformação? Como é que se pode pensar hoje a casa do futuro que responda a exigências das gerações atuais?

A Casa preexistente, a sua disposição no lugar e a forma como se amarra ao seu chão e a sua envolvente, rapidamente se tornaram pontos-chave para o desenvolvimento de várias inquietações que se movem em torno do tema da casa, tornando-se assim no caso de estudo para esta investigação. A planta desta casa preexistente foi conhecida mais tarde no processo, após já estar desenvolvido o projeto que tinha como ponto de partida a casa – esta não sendo construída de acordo com o projeto original. O projeto original foi encomendado por Júlia Ferreira de Castro, tia-bisavó da autora, para a sua casa própria.

Para além do projeto final, procura-se sobretudo encontrar respostas no seu processo de experimentação e de desenvolvimento. Pretende-se traçar uma evolução da morfologia e demográfica de Lourosa no seguimento do contexto de intervenção; reinterpretar a tipologia casa-pátio, partindo da casa preexistente e alicerçando-se na Casa Romana e na Villa Palladiana; em título de nota, analisar projetos de habitação coletiva - Bairro da Malagueira e o Convento de Santa Maria Coeli da Cartuxa de Évora - que concilia um sistema de articulação entre os espaços íntimos e partilhados e a sua relação com o espaço público e a rua e procure promover e ter em conta elementos preexistentes do seu contexto e desenvolver elementos de experimentação de agrupamentos de casa, à luz dos projetos de Casas em 'L' e Fredensborg Houses.

Método de Investigação

A investigação adota uma metodologia de natureza teórico-prática, assente numa abordagem que concilia e cruza várias escalas de análise do contexto com conceitos teóricos e perspetivas de autores acerca de temas aprofundados no projeto. A investigação divide-se em duas dimensões: analítica e propositiva, partindo da compreensão do território para desenvolver uma proposta de intervenção que culmina no projeto.

Numa primeira fase, procedeu-se à recolha de material e elementos teóricos e gráficos de análise demográfica, morfológica e histórica de Lourosa, com o intuito de compreender as dinâmicas que moldaram a evolução do seu tecido urbano, da rede viária, das relações entre áreas urbanizadas e agrícolas e florestais e edificado habitacional, industrial e comercial e espaços públicos. Seguiu-se o estudo de casos práticos e material empírico que permitiram construir uma base de reflexão sobre o ‘habitar’ privado e partilhado, a casa e a sua relação com os espaços públicos coletivos. A elaboração do projeto foi intercalada com as fases anteriores, conciliando a análise com a experimentação. Este método permitiu que se testassem possibilidades alicerçadas a conceitos teóricos e se propusessem abordagens de intervenção.

Para além destas abordagens, recorreu-se à criação de mapas mentais durante todo o processo enquanto auxílio na organização do material teórico e na sua materialização no projeto.

Estrutura da Dissertação

A dissertação estrutura-se em três partes elencadas numa sequência que se inicia na leitura de uma escala mais alargada - o território - e se vai aproximando ao lugar de atuação até confluir no projeto em si.

A **primeira** centra-se na análise do contexto de intervenção e na sua inserção no território: a freguesia de Lourosa e os seus lugares, incidindo no lugar da Cadinha, onde se localiza o lugar de intervenção e evidenciando as suas características sociais e urbanas. Aborda temas como o lugar e a comunidade como fundamentais para a compreensão das necessidades e exigências da sociedade atual, estabelecendo as bases que orientam o trabalho. Convocam-se autores que refletem sobre o indivíduo, o lugar, os espaços comuns e as relações que se estabelecem entre eles.

A **segunda parte**, intermédia no processo de investigação, foca na proposta de intervenção no sítio e nas tentativas de experimentação de agrupamentos de casas, à luz da prática de outros autores. Procura explorar a relação do todo com as partes, do agrupamento com a unidade. Este momento resulta no de maior experimentação da dissertação. Recorre-se a casos de estudo que impulsionam a materialização de propostas de intervenção e do impacto que tem cada uma no indivíduo e na comunidade.

A fase que se debruça sobre a intimidade da casa integra a **terceira parte**. Esta organiza-se de forma sequencial, na qual se parte da problematização e definição de conceitos que orientam a Casa Resiliente – resiliência, intimidade e os espaços que estruturam o habitar. Delimitam-se os casos de estudo – a casa preexistente, a Casa dos Pássaros romana e a Villa Palladiana Thiene – que materializam estes conceitos e que permitem identificar proximidades projetuais e afinidades matriciais com a Casa. Procede-se à construção da sua matriz, constituída por estratégias que respondem às problematizações elaboradas nas fases anteriores e que se baseiam na conciliação entre dispositivos de desenho de flexibilidade e de composição e articulação espacial explorando os binómios da casa, o debate entre a indiferenciação dos espaços e a predeterminação de usos e o sistema de proporções aplicados. O projeto é o resultado do processo de procura por respostas práticas às questões colocadas inicialmente.

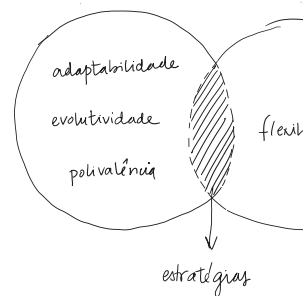
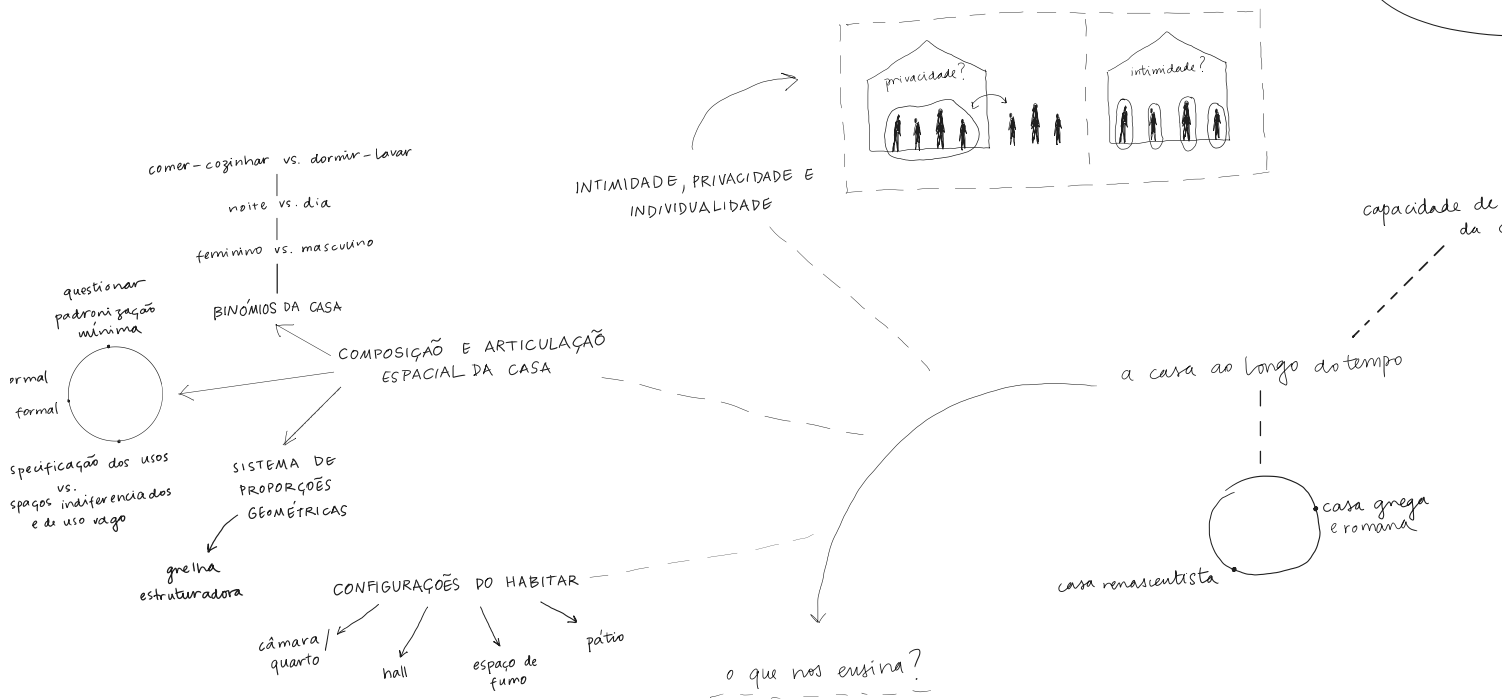
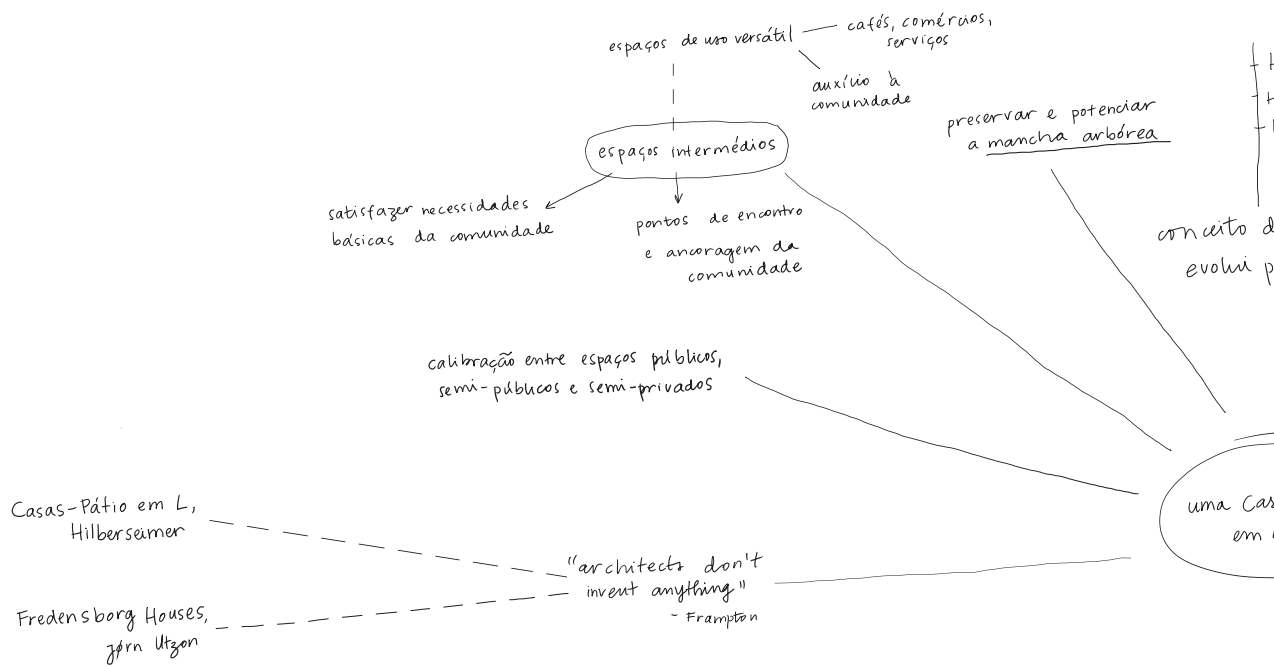


Fig. 01. Mapa mental

Hab. Endógena (grego "eudon" - dentro)
 Hab. Involutiva
 Hab. Mutável

flexibilidade
 para "dentro"



a de casas
 lourosa

resiliente

adaptabilidade
 casa

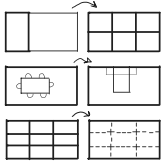
conceitos

autores

casos de estudo

flexibilidade

- evolutividade
- polivalência
- adaptabilidade



+ Venturi
 + Hertzberger

+ Stevan Groak ①
 + Schneider e Till ②

flexibilidade ≈ adaptabilidade

- usos sociais diferentes
- configurações físicas diferentes

② flexibilidade é conseguida através da alteração do tecido físico do edifício

adaptabilidade
 (polivalência)

CONCEITO IMPORTANTE
 vários usos do mesmo espaço sem modificações físicas

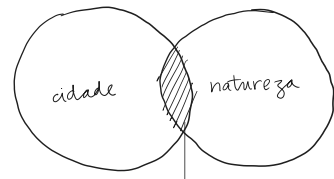
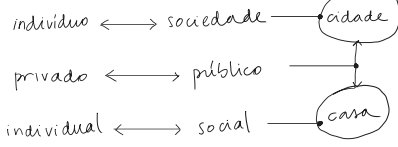
+ alteração padrões de circulação

+ organização e designação de espaços

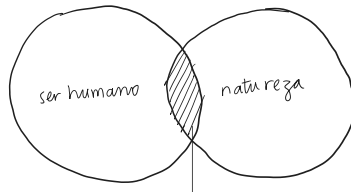
abilidade

dispositivos

estratégia aproveitamento de dimensões mínimas



elementos e condições geográficas (topografia, rio...)



casa / arquitectura como meio para alcançar a harmonia entre o ser humano e a natureza

ESPAÇOS COMUNS DE CURA E PARTILHA DA COMUNIDADE

I. TERRITÓRIO, LUGAR, COMUNIDADE

Indivíduo e urbanidade

Lourosa: enquadramento territorial

Lugar da Cadinha: caracterização

Implantação e estrutura do Lugar

Matriz florestal e agrícola

Teoria do Habitar: enquadramento teórico

Do lugar à casa: da casa à terra

Espaço público e comunidade: lugares de convivência e cura

Prática de outros

Convento de Santa Maria Scala Coeli, Évora

Bairro da Malagueira



Fig. 02. Children's Paradise, Hong Kong, Fan Ho, 1959

Indivíduo e urbanidade

“Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. [...] Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem, é um produto da [...] natureza humana.”¹

Vasco Croft realça que na maioria das áreas residenciais não se consegue reconhecer o sentido e identidade do lugar e que o crescimento das cidades “foi acompanhado pela substituição de relações diretas, face a face, ‘primárias’, por relações indiretas, ‘secundárias’, nas associações de indivíduos na comunidade.”²

Observa-se em muitas cidades, devido à sobrelotação, a segregação das pessoas tendo em conta o seu nível económico. Geram-se “áreas construídas onde faltam os estímulos culturais e sociais que favorecem o convívio entre pessoas de diferentes classes ou profissões”³, mais jovens e mais velhas, onde pessoas de contextos díspares possam coexistir e viver com um sentido comunitário. Atualmente, devido a uma baixa natalidade e ao aumento da esperança média de vida, o número de casos de idosos isolados tem aumentado, e o número de jovens tem diminuído devido à sua emigração. Blas, Domínguez e D’Oria, afirmam que os espaços partilhados devem ser tidos como “espaços comunitários de cura: quebrar o isolamento.”⁴ As pessoas estão conectadas “por imagens telecomunicadas, por transportes públicos cada vez mais morosos ou por relações fortuitas e impessoais, impróprias de uma vida mais humana e completa.”⁵ Afirmam os autores que a comunidade tem vindo a diminuir em Portugal, no entanto, ainda há população a viver em “aldeias, em bairros nas cidades ou em áreas suburbanas, com mais ou menos qualidade, em zonas degradadas [...]. A escolha do sítio onde vivem é limitada por uma série de circunstâncias que estão relacionadas com a sua classe social, o seu ciclo de vida, as suas crenças religiosas”⁶. Seja esta escolha consciente ou inconsciente.

Desta forma, realça-se o foco voltado para a comunidade, na tentativa de atenuar e suprimir estas diferenças entre grupos sociais, culturais e até etários, resgatando antigos modos de solidariedade adaptados aos nossos tempos.

1 Croft, Vasco. *Arquitectura e Humanismo: O papel do arquitecto, hoje em Portugal*. Terramar, 2001. p.124

2 Croft, Vasco. *Arquitectura e Humanismo*, 2001. p.124

3 Croft, Vasco. *Arquitectura e Humanismo*, 2001. p.124

4 Blas, Sergio Martín; Domínguez, Guiomar Martín; D’Oria, Mariacristina. *Shifting domesticities: recent social housing practices and policies in Spain*. City, Territory and Architecture, 2024. p.7

5 Blas, Sergio Martín; Domínguez, Guiomar Martín; D’Oria, Mariacristina. *Shifting domesticities: recent social housing practices and policies in Spain*. City, Territory and Architecture, 2024. p.7

6 Blas, Sergio Martín; Domínguez, Guiomar Martín; D’Oria, Maria Cristina. *Shifting domesticities*. 2024. p.129

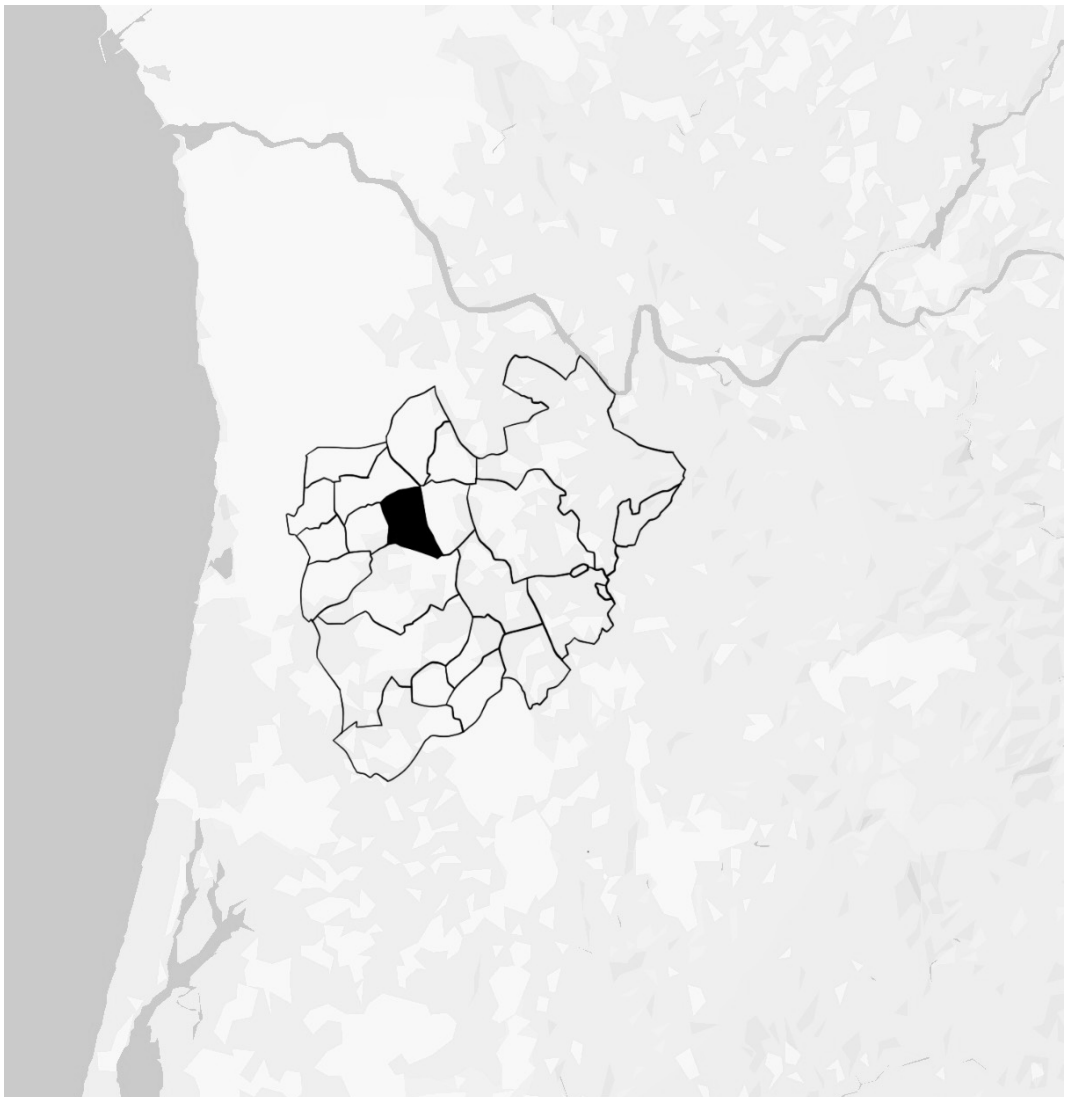


Fig. 03. Enquadramento territorial de Lourosa no concelho de Santa Maria da Feira

Como refere Croft, a sociedade simboliza uma rede que é constituída por indivíduos e cada um deles desempenha o seu papel, sendo que, numa pequena comunidade, como por exemplo, numa aldeia, os indivíduos desenvolvem uma relação mais íntima, “frente a frente”⁷, e desempenham vários papéis em simultâneo uns para com os outros. Não obstante, considera que, “se todas as comunidades são sociedades, nem todas as sociedades formam comunidade”⁸ uma vez que, numa comunidade, os habitantes “têm interesses iguais ou complementares, podem trabalhar juntos; os seus interesses pelas mesmas coisas leva-os a interessarem-se uns pelos outros, e podem até zangar-se, mas nunca são indiferentes... numa comunidade, até mesmo o conflito pode ser uma forma de cooperação.”⁹ Gerald Burke faz a distinção entre os domínios da comunidade: o objetivo, que tem que ver com o ambiente físico e social e o subjetivo, e o intangível, que dá significado aos habitantes através do ambiente dos sentimentos, comportamentos e relações.¹⁰ Face aos desafios abordados, esta dissertação propõe o desenvolvimento de um projeto de habitação colectiva, isto é, habitação unifamiliar no plural, em comunidade, num território de baixa densidade, como é o caso de Lourosa, no concelho de Santa Maria da Feira, povoação natal da autora. A par do problema da habitação em banda, tem igualmente importância as potencialidades da tipologia casa-pátio e por se tratar da tipologia manifesta na casa preexistente.

Uma lenda etiológica “explica o nome, como advindo de uma planta: o loureiro, dado existirem muitos na região. Talvez assim se explique o seu nome de outrora, ‘Laurosa’, que deriva do termo latino-romântico ‘laurus’ e, cujo significado, é precisamente louro; loureiro.”¹¹

7 Croft, Vasco. *Arquitectura e Humanismo*, 2001. p.129

8 Croft, Vasco. *Arquitectura e Humanismo*, 2001. p.129

9 Gerald Burke citado em *Communities – Planning and Participation*, The Open University, 1983.

p.124

10 Gerald Burke citado em *Communities – Planning and Participation*, The Open University, 1983. p.

124

11 Reis, Maria Cecília Rodrigues. *Lourosa: sua história e gentes*. Tipografia Nunes, Lda, 1989. p.7

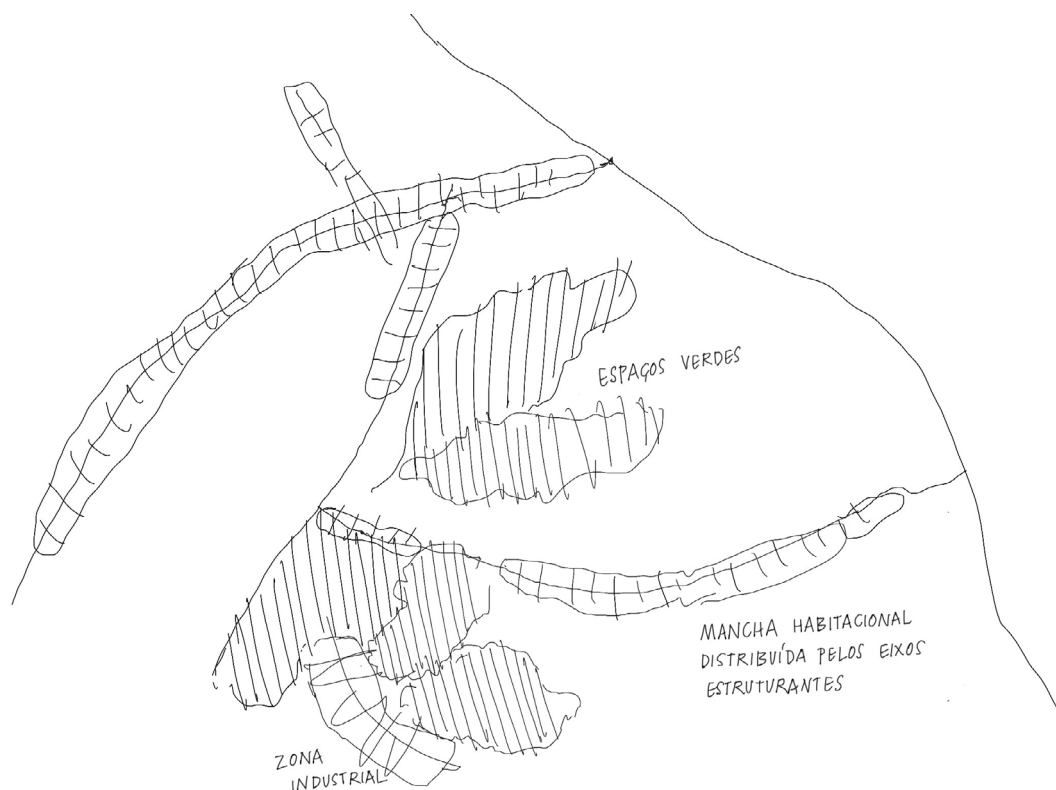


Fig. 04. Esquema síntese da estrutura urbana de Lourosa

Lourosa: enquadramento territorial

Lourosa, freguesia pertencente ao concelho de Santa Maria da Feira e ao distrito de Aveiro, “confina a norte com as freguesias de Mozelos e Argoncilhe, a sul com a de S. João de Ver, a este com a de Fiães e a oeste com a de Lamas.”¹²

Acerca das características morfológicas, descreve Augusto Pinho Leal em 1874: “é situada em terreno alto, levemente acidentado e com bonitas vistas, dos pontos elevados, d’onde se vê o mar, que lhe fica a 18 kilómetros ao O.”¹³ Quase um século e meio depois, Lourosa mantém o perfil topográfico, atualmente com uma rede viária e uma estrutura urbana que subordina a diversidade do relevo do território.

Um dos primeiros registos de Lourosa é encontrado num documento datado de 1009, no século XI, antes da formação de Portugal, em 1128, e é também “anterior ao próprio Condado Portucalense, que é constituído em 1905/1906.”¹⁴ Num documento posterior, datado de 1155, são referenciados a ‘Aldeia de Laurosa’ e o ‘Lugar do Boco’, - este último como sendo o lugar da sua origem. Os registos que remontam ao século XII fazem alusão a duas quintas de referência, únicos lugares da povoação que não seriam de domínio de mosteiros e igrejas – a Quinta da Lavandeira, do “fidalgo Martinho Peres”¹⁵ e a Quinta Velha, que chegou à atualidade, pertencente a D. Pedro Gonçalves e posteriormente ao mosteiro de Grijó. Já no século XIV, o rei D. Pedro I teria “jurisdição secular sobre a região, aliás propriedade sua, propriedade que dividia com o clero.”¹⁶

Até ao século XIX e XX, a estrutura económica de Lourosa vivia da produção e exploração da terra. A agricultura era a principal atividade produtiva, e as “as transações eram feitas por troca directa”¹⁷ de maioritariamente cereais e produtos cultivados nos campos, havendo apenas registo de dinheiro na época de D. Manuel.¹⁸ Subsistia a criação de animais domésticos, como vacas, touros, galinhas, coelhos, porcos, correspondendo a uma prática comum entre os lavradores e que se prolonga até ao presente.¹⁹ “As ordens religiosas e ordens militares, tiveram papel preponderante no povoamento e colonização do reino, sendo, por conseguinte, detentoras de grandes propriedades.”²⁰ No caso de Lourosa, o domínio era feito pela Ordem do Hospital. À data de 1371, há um documento que assume a pertença da Igreja de S. Tiago de Lourosa à jurisdição eclesiástica da diocese do Porto, outrora pertencente à diocese de Coimbra.

12 Reis, Maria Cecília Rodrigues. Lourosa: Sua História e Gentes. Monografia. Porto: Tipografia Nunes, Lda., 1989. p.3

13 Leal, Augusto Soares de Pinho, Portugal Antigo e Moderno. Lisboa, Liv. Editora de Mattos Moreira e Companhia, 68, Praça de D. Pedro. 1874. p.466

14 Reis, Maria. Lourosa: Sua História e Gentes, 1989. p.9

15 Reis, Maria. Lourosa: Sua História e Gentes, 1989. p.4

16 Reis, Maria. Lourosa: Sua História e Gentes, 1989. p.15

17 Reis, Maria. Lourosa: Sua História e Gentes, 1989. p. 26

18 Reis, Maria. Lourosa: Sua História e Gentes, 1989. p. 26

19 Reis, Maria. Lourosa: Sua História e Gentes, 1989. p. 26

20 Reis, Maria. Lourosa: Sua História e Gentes, 1989. p. 26

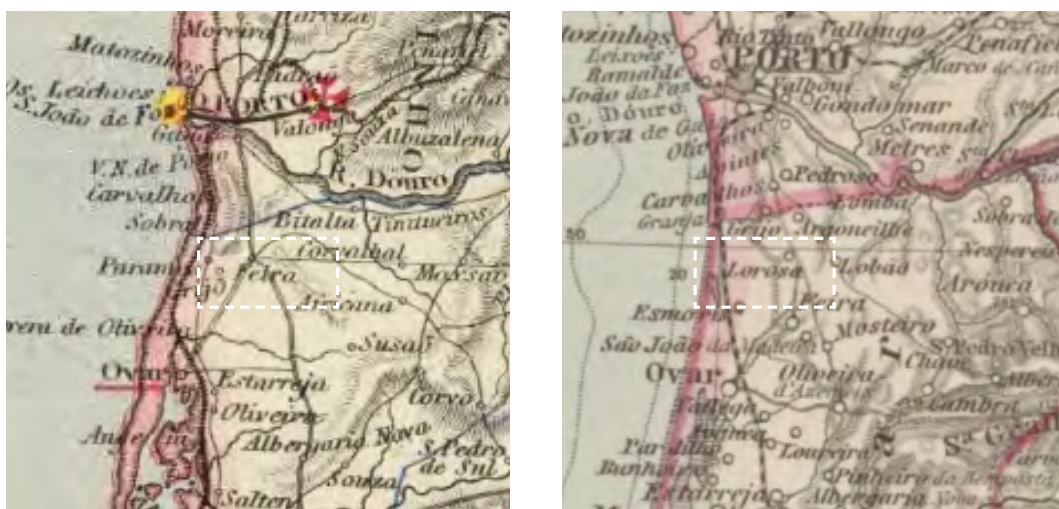


Fig. 05. Referência a “Feira” (S. M. da Feira), mapa datado de 1883; Referência a “Lorosa” (Lourosa), mapa datado de 1892, respetivamente

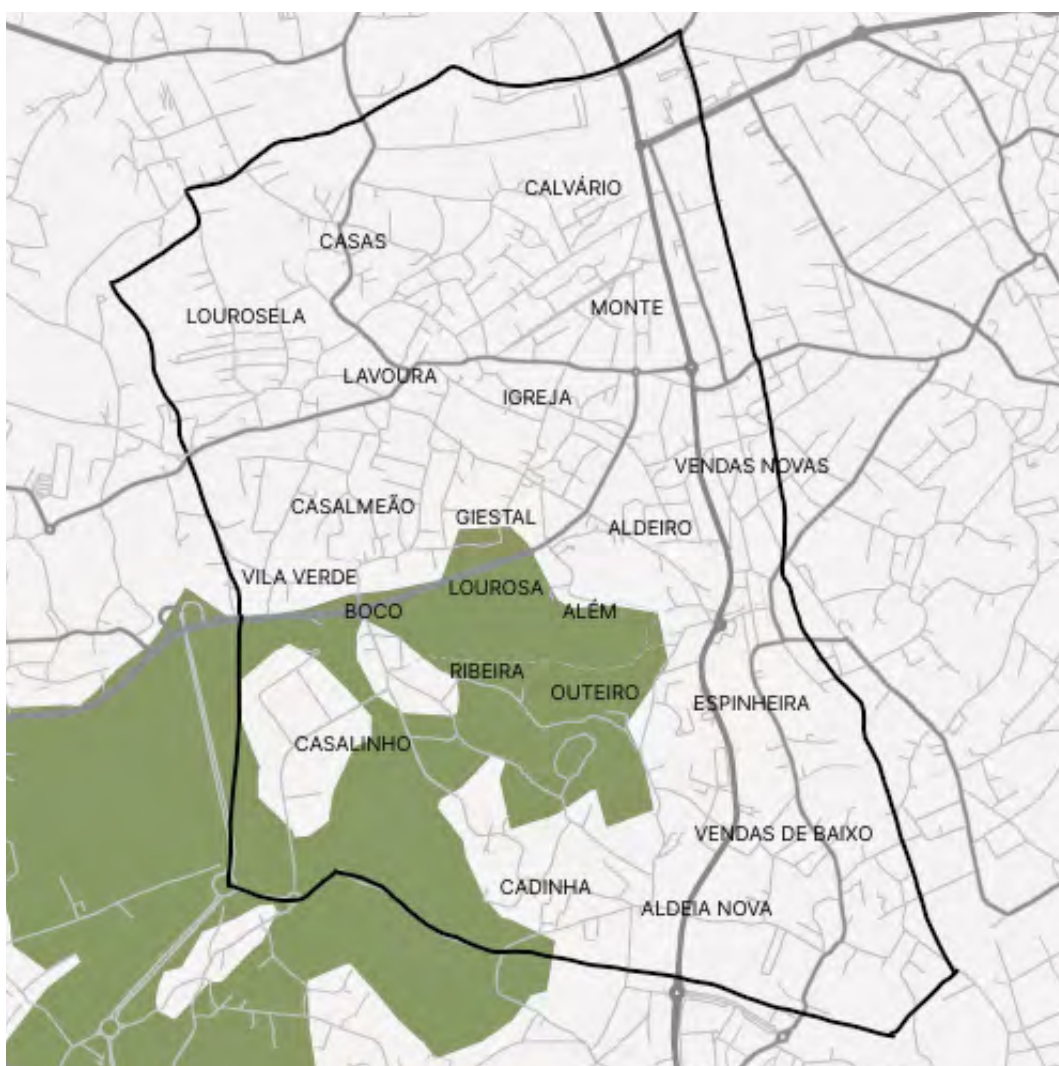


Fig. 06. Os lugares de Lourosa com indicação dos espaços agrícolas e florestais a verde

Nos séculos XIX e XX altera-se a sua estrutura económica e o modo de vida da população com a indústria corticeira. Tendo em conta os estudos para a elaboração do Plano Diretor Municipal da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, que refere Maria Cecília Reis em 1989²¹, Lourosa seria densamente povoado face às restantes freguesias do concelho, com cerca de mais de 1000 habitantes por km², com um total de 4000 habitantes. Em comparação com outras povoações do concelho, esta seria a mais industrializada e encontrava-se numa “zona de comunicações fáceis [...]”²², factores que a tornariam “[...] favorável a um povoamento denso.”²³ Atualmente conta com 8003 habitantes recenseados.

O Plano diretor Municipal entra em vigor em 1993, sendo a primeira revisão concluída em 2015 e uma segunda em 2019. Em 2021 iniciaram-se os procedimentos para uma nova revisão, visando adaptar o PDM à nova lei de base de solos de ordenamento do território e de urbanismo, passando a restringir-se a solo urbano e rústico e eliminando a categoria de solo urbanizável.²⁴ Em Lourosa, a atuação do PDM de Santa Maria da Feira é detalhada no Plano de Urbanização da Área Central de Lourosa.

A freguesia elevada a Vila em 25 de setembro de 1985, e cidade desde 19 de abril de 2001, encontra-se segmentada por lugares, cada um com as suas particularidades topográficas e de matrizes urbanas distintas. A povoação é fortemente caracterizada pelos seus lugares distintos. Reúne vinte e um lugares – Aldeia Nova, Aldeiro, Além, Azenha, Boco, Cadinha, Casalinho, Casal-Meão, Casas, Espinheira, Giestal, Igreja, Lavoura, Lourosa, Lourosela, Monte, Outeiro, Ribeira, Vendas de Baixo, Vendas Novas e Vila Verde. A população autonomiza-se por estas áreas territoriais e a sua identidade e sensação de pertença está fortemente vinculada pelo lugar ao qual pertencem. Os lugares que compõem a área norte da povoação são mais densificados e os que correspondem ao setor sul, diluem-se com manchas de espaços verdes e zonas industriais. Lourosa apresenta um território bastante densificado e uma dicotomia entre áreas urbanas e edificadas e áreas rurais. À primeira vista, aparenta um tecido urbano desordenado, mas considerando que muito diz acerca da evolução da estrutura urbana ao longo do tempo, reflete um crescimento espontâneo e acelerado da população através de áreas habitacionais que seguem um tecido urbano fragmentado e de uma distribuição dispersa do edificado industrial. “[A] estrada na urbanização contemporânea, tal como a praça na cidade convencional, é um dispositivo que amplia a visibilidade pública da esfera privada.”²⁵

21 Reis, Maria. Lourosa: Sua História e Gentes, 1989. p. 27

22 Reis, Maria. Lourosa: Sua História e Gentes, 1989. p. 27

23 Reis, Maria. Lourosa: Sua História e Gentes, 1989. p. 27

24 <https://cm-feira.pt/web/guest/revisaopdm>

25 Domingues, Álvaro. A Rua da Estrada – O problema é fazê-los parar! Porto: Dafne Editora, dezembro de 2009. p.31

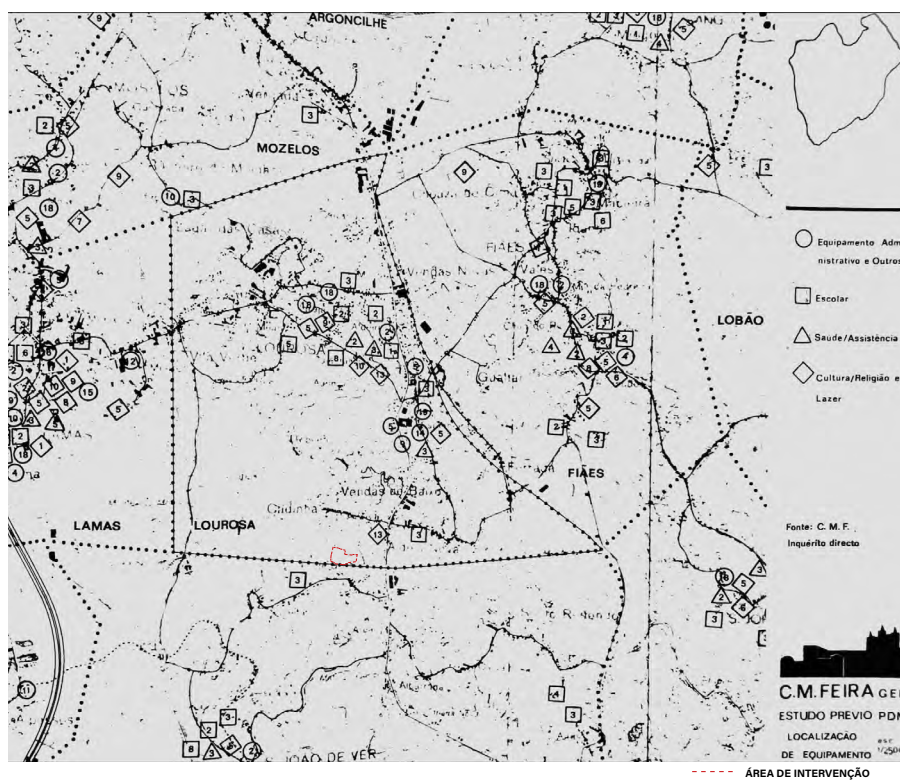


Fig. 07. Mapa de Localização de Equipamentos existentes. Em: Reis, Maria Cecília. Lourosa: Sua história e Gentes. Monografia. Tipografia Nunes, Lda. 1989



Fig. 08. Mapa rede viária

Esta freguesia estrutura-se em três eixos principais – Rua Central, Avenida de Lourosa e Rua 31 de Maio que definem uma organização da malha urbana mais densa e a concentração de equipamentos e serviços que se desenrolam ao longo da sua extensão, como se constata no mapa acima. Estes eixos estruturantes fazem a ligação oeste-este, uma vez que ligam a cidade (e as cidades contíguas) à Estrada Nacional 1. Os restantes serviços encontram-se dissipados ao longo da EN1 – que concentra um enorme fluxo automóvel – geralmente dispendo-se no piso térreo de edifícios de habitação plurifamiliar com maior densidade.

“A estrada-rua mistura tudo num conflito permanente, camiões e peões, carros e autocarros, motorizadas e patins em linhas, cruzamentos com outras estradas. Há quem simplesmente passe, e há quem quera sair e entrar, estacionar ou atravessar a estrada. Rápida de mais para que lá vive, lenta e congestionada para quem lá passa. [T]udo se complica. Continua-se a estar perto de quem antes se estava e a minutos de muito mais. É como se um buraco negro, verdadeiro atrator de matéria, viesse perturbar a física quotidiana, e o tempo e o espaço se comprimissem em ânsias de energia e velocidade.”²⁶

A via que liga Porto a Lisboa, EN1, corresponde a uma das razões do aumento da densidade de aglomeração de emprego e de edificado e o posterior crescimento demográfico exponencial. Esta via de expressão no território veio acelerar o registo de vida de quem lá mora e tem de passar por essa estrada. Facilita e dificulta o registo de vida em simultâneo. A morfologia do edificado que lhe é associada irregular, com cérceas e afastamentos da via díspares. No entanto, a preponderância do “traço do asfalto”, das vias estruturantes, arteriais e locais acomoda-se à “morfologia da paisagem”, às “subidas gloriosas”, aos “altos com vistas de perder a respiração” e ao “serpentear ao longo de um vale ou um traço que se funde no horizonte de uma planície.”²⁷ À medida que se vai afastando destes eixos estruturantes, o edificado vai ficando difuso, conciliando-se com parcelas agrícolas. Assinala-se em paralelo a delimitação de concentrações de serviços e equipamentos nas zonas adjacentes aos edifícios religiosos da cidade, sendo estes a Igreja Matriz, situada no eixo viário Rua Central – que integra o Plano de Urbanização da Área Central de Lourosa do PDM de Santa Maria da Feira, sendo uma área de intervenção e alvo de requalificação –, e a Capela de São Miguel, que se dispõe numa área contígua à Estrada Nacional 1.

Estas “pequenas” centralidades formam espaços públicos enquanto largos ou praças e espaços intermédios de estar e de convívio. Junto dos equipamentos religiosos é comum observar os habitantes da terceira idade reunirem-se no espaço público, em bancos e muros, para conversar, jogar cartas e conviver. “A habitação é o elemento constituinte essencial dos tecidos urbanos, juntamente com a rua, e é o espaço básico de abrigo das pessoas, colaborando na construção de relações e papéis.”²⁸ Neste âmbito, e precisamente dele causa e consequência, a matriz das habitações varia entre uma disposição na qual as casas fazem uma ocupação contínua das frentes de rua, com o logradouro, muitas vezes tão longo e extenso por decorrer do loteamento perimetral de enormes ‘quarteirões’ definidos por antigos caminhos ou estradas; lotes constituídos por edifícios isolados, geminados ou dispostos em banda com arruamentos associados; e edifícios plurifamiliares com área verde geralmente pública. A habitação é predominantemente horizontal e de baixa densidade. A maioria dos edifícios são moradias unifamiliares, isoladas ou geminadas, com um ou dois pisos. O edificado de habitação plurifamiliar em altura é pontual no território e a sua tipologia desenvolve por norma espaços de comércio no piso térreo, os fogos nos pisos superiores e a sua cêrcea não ultrapassa os três pisos.

Esta povoação apresenta espaços verdes de diferentes dimensões e tipos. Estas bolsas encontram-se dispostas em dois polos extremos da cidade, um deles associado à zona norte, correspondente ao Lugar de ‘Casas’ e o segundo, de dimensões maiores consolidando um “pulmão verde”, à zona Sul, e que se expande pelos lugares ‘Além’, ‘Ribeira’ e ‘Cadinha’. Estas áreas, apesar de integradas na malha urbana, não partilham do mesmo carácter de integração observado no Parque da Cidade, que se divide em dois – a parte que se desenvolve a uma cota superior e está associada à área residencial do lugar ‘Espinheira’ e à rua da GNR e a que se dispõe a uma cota inferior, integrado no lugar ‘Vendas de Baixo’. A parcela superior reúne a maior concentração de mancha arbórea e aquela a uma cota mais baixa reúne uma pista de atletismo, disponível para utilização pela população. Os restantes espaços verdes florestados denotam percursos que foram sendo trilhados no solo pelo uso das pessoas. Está previsto no PDM aumentar a extensão da área industrial, construindo no espaço verde situado a nascente, erradicando-o completamente, decisão notoriamente a ser revisitada. Foram executados três edifícios de habitação coletiva de cariz social na cidade, dois destes concentrando-se no lugar ‘Cadinha’ com a tipologia de habitação plurifamiliar de acesso vertical e outra de habitação coletiva em banda de acesso direto, no lugar ‘Lourosela’. Estas iniciativas pressupõem uma necessidade de alojamento crescente neste território e a pressão ou aspiração por modelos de habitar de alta densidade.

28 ————— Martínez, Zaida Muxi. *Mujeres, casas y ciudades: Más allá del umbral*. Dpr-Barcelona, 2019. p.34

Este edificado dispõe-se de formas diferentes pelo espaço urbano, já que, o da Rua da Habitação Social e a Rua Três Caminhos, quebra a morfologia predominante envolvente, com edificado de baixa densidade, maioritariamente habitação unifamiliar e o edifício no encontro das duas ruas de Vila Verde e da Tapadinha insere-se na morfologia urbana existente, manifestando-se numa continuidade do tecido urbano e espelhando uma melhor integração das pessoas que lá vivem na comunidade existente.

A ambiguidade espacial que existe muitas vezes entre espaços públicos e privados leva à consolidação da ausência da oposição destes dois conceitos. Apesar do espaço público constituir um espaço de uso comum pelas pessoas, há áreas ambíguas e as noções destas variam consoante as ciências sociais, o direito e as leis, a história e a cultura, bem como o seu contexto.²⁹ Álvaro Domingues dá como exemplo a Sede dos Bombeiros Voluntários de Lourosa, localizada na Estrada N1, uma vez que, apesar de se tratar de propriedade de uso público, é restrito ao corpo de bombeiros e não à entrada livre de pessoas, apesar de se tratar de um equipamento que serve a comunidade. Ou seja, “público não é o que não é privado, nem privado é aquilo que não é público.”³⁰ Esta polissemia desencadeia uma leitura ambígua, não qualificadora e fragmentada do espaço público.



Fig. 09. Espaços florestais e agrícolas

²⁹ Domingues, Álvaro. A Rua da Estrada – O problema é fazê-los parar! Porto: Dafne Editora, dezembro de 2009. p.125

³⁰ Domingues, Álvaro. A Rua da Estrada, 2009. p.125



Fig. 10. Enquadramento do Lugar da Cadinha em Lourosa



Fig. 11. Esquisto de análise do Lugar da Cadinha

Lugar da Cadinha: caracterização

Neste lugar estabelece-se uma realidade que reúne, por um lado, um crescimento e evolução sedimentares, através da matriz habitacional em ‘espinha’ que segue a morfologia da rua e respeita uma série de regras pré-estabelecidas e, por outro, reflete um crescimento exacerbado, rápido e espontâneo e que suscita uma desconexão morfológica, nomeadamente pela coexistência de edifícios industriais e habitacionais no mesmo espaço urbano. “A periferia espontânea constrói-se, por isso, segundo um processo errático, formado por sucessivas adições, fruto de milhares de decisões isoladas e de escala e perfil funcional muito diverso”³¹.

A estrutura urbana é densificada maioritariamente por edifícios habitacionais unifamiliares de baixa densidade e de edifícios plurifamiliares de acesso vertical próximos dos eixos de maior fluxo. No entanto, o lugar de implantação reúne apenas edificado de baixa densidade constituído por habitações unifamiliares. Por esta área passa um dos eixos com maior presença na matriz urbana, a Rua 31 de Maio, que consiste numa das vias arteriais que recebe e distribui o fluxo rodoviário da Estrada N1. Para além disto, serve um dos lugares mais significativos da povoação que reúne tecido urbano habitacional, industrial e espaços florestais e agrícolas de forma desregulada e difusa, requerendo cuidado e atenção no seu tratamento. Este desenvolvimento urbano é o produto de um crescimento sedimentar decorre de decisões tomadas ao longo de vários anos que não têm por base uma visão geral estruturada a longo prazo. Esta condição reflete o contexto português no que diz respeito ao planeamento e políticas públicas no tema da habitação. Apesar das propostas de planeamento urbano para Lourosa, e que no caso do Lugar da Cadinha, estaria destinada a ser uma área para o desenvolvimento de projetos de habitação social, continua a existir no território uma tensão e uma rutura entre a intenção urbanística e a realidade construída.

Uma das características desta área incide na fragmentação morfológica gerada por um dos edifícios de habitação social (assinalado a vermelho na fig. 14), disposto de forma isolada. O edifício não só contrasta morfológicamente com envolvente de baixa densidade por se tratar de um edifício de habitação plurifamiliar em altura, como está desintegrado do tecido urbano, não lhe dá continuidade e quebra-o. A disposição dos volumes não tem em conta a rede viária e os espaços públicos adjacentes constituem os espaços de ‘sobra’ do quarteirão, não fomentando a convivência e tornando-se assim espaços verdes “para espetadores”³².

31 Domingues, Álvaro. (Sub)úrbios e (sub)urbanos: o mal-estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? Revista da Faculdade de Letras, 1994. p.6
32 Guarneri, Andrea B. Bernard Rudofsky: a humane designer. Springer Wien New York, 2002. p.62



Fig. 12. Fotografias do lugar de implantação

A recente reabilitação impulsionada pela autarquia teve em conta apenas aspetos técnicos como as fachadas, os acessos e as coberturas, deixando de parte os espaços intermédios, zonas comuns, áreas verdes e de convívio. A falta de diversidade tipológica atenua a potencialidade de integração de estratos sociais e dá abertura a uma estigmatização associada a este lugar. O afastamento desta área aos “eixos direcionais”³³ centrais onde estão concentrados os serviços, e aliado à falta de mobilidade pedonal, condiciona o seu isolamento social.

Devido a estes fatores, esta área acaba por adquirir o carácter de periferia descrito por Álvaro Domingues: “a periferia define-se [...] pela dependência, pela subalternidade face às áreas centrais e aos locais de destino dos habitantes-pendulares.”³⁴

Esta área está dependente da pequena centralidade junto da Capela de S. Miguel, no largo da Feira dos Dez, onde existe comércio, serviços, como farmácia, mercados, drogarías, restaurantes e cafés. Poder-se-á afirmar que o lugar da Cadinha reflete uma política centrada no edificado ao invés do espaço público de interação social? A rede pedonal é descontínua, anotando-se áreas sem passeio onde o peão está numa posição vulnerável ao tráfego rodoviário.



Fig. 13. Tecido urbano, identificação a laranja do edificado industrial



Fig. 14. Identificação do edificado, parcelário e rede viária nas proximidades do lugar de implantação

³³ Conceito de Nuno Portas. Portas, Nuno. A cidade como arquitectura: apontamentos de método e crítica. Livros horizonte, 1969

³⁴ Domingues, Álvaro. (Sub)úrbios e (sub)urbanos: o mal-estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? Revista da Faculdade de Letras, 1994. p.6



Fig. 15. Planta da área de intervenção



Fig. 16. Lugar de implantação do projeto, imagem aérea

Implantação e estrutura do Lugar

O lote do projeto é limitado a este pela rua da Habitação Social, pela rua dos Três caminhos e por um arruamento em terra (prolongamento da rua dos três caminhos) a sul, por solo florestal a oeste e por habitações e terrenos agrícolas a norte. A pendente do terreno é suave, com caimento de sul para norte. Apesar deste lugar estar circunscrito a uma área residencial, distanciada fisicamente da zona industrial, constata-se ainda a integração pontual de equipamentos industriais. Evidencia-se uma heterogeneidade de tipologias de edificado e não uma distinção total entre estas duas categorias.

São propostas a continuidade da Rua Três Caminhos e a Travessa da Presa, reconfigurando-as através da sua pavimentação. Esta proposta prende-se com a forte utilização destes percursos já existentes no lugar e que fazem parte de um circuito de circulação na área.

Matriz florestal e agrícola

No que diz respeito à rede de espaços verdes, detetam-se algumas manchas agrícolas onde fábricas e casas com quintais e hortas se sobrepõem, tornando certas áreas heterogêneas, em tempo e morfologia, o que reflete uma urbanização feita de forma rápida.

Na zona sudoeste predominam algumas áreas agrícolas e florestais, contrastando com a restante povoação, já bastante urbanizada. Apesar desta sobreposição indisciplinada e com uma marcação pouco clara dos limites das diferentes áreas urbanas, estes espaços verdes ocupam uma mancha significativa no território e o destino que lhe está a ser atribuído pretende a sua diminuição. O PDM define que a mancha verde será destinada ao prolongamento do parque industrial, destruindo massivamente árvores de valor ambiental e tecido que é importante no sistema ecológico, não só de Lourosa, mas do concelho, do distrito, assim como qualquer pulmão que faça parte de um ecossistema. Em simultâneo é necessário ter em conta que os espaços verdes que fazem parte da urbanidade exigem manutenção e consequentemente gastos por parte das autarquias municipais e locais.

No Lugar da Cadinha são predominantes minas naturais e riachos, tornando estas terras húmidas e com solos férteis, vantajosa ao cultivo, que, como visto anteriormente, era uma atividade predominante nos primórdios de Lourosa e que se prolonga até à atualidade.



Fig. 17. Fotografia do lugar de implantação e da casa preexistente ao fundo

“Foi a casa que fez de uma cascata a cascata que ela é. É a casa que revelou o poder da floresta, do curso de água e das forças da água. E essa é a dádiva, o valor, que imagino para a casa que faz a terra ser terra. A arquitetura.”³⁵

³⁵ Luís Santa-Maria sobre a Casa da Cascata, de Frank Lloyd Wright. Santa-Maria, Luis Martinez. El arbol, el camino, el estanque, ante la casa. Arquia/tesis, 2004. p.17

Teoria do Habitar: enquadramento teórico

Do lugar à casa: da casa à *terra*³⁶

A arquitectura pode conscientemente valorizar e elogiar a natureza. A terra a que se refere o autor, numa perspetiva interpretativa, pode referir-se à natureza, ao meio ambiente, à envolvência. Esta terra é tida como uma realidade que por vezes se evidencia de forma discreta, subtil, que passa despercebida, e o dever da criação humana, da arquitetura, é o de realçar esta essência, para que sobressaia, para que se veja o seu valor. Ao invés de se pensar no que é que a envolvência natural pode acrescentar à arquitectura, pode-se questionar de que forma a arquitetura consegue valorizar a natureza. A casa dá significado ao lugar e contribui para a identidade de quem a habita. O habitar permite a compreensão do mundo através de um lugar.

No lugar de implantação detetam-se algumas manchas agrícolas onde fábricas e casas com quintais e hortas se justapõem, tornando certas áreas desordenadas, o que reflete uma urbanização feita de forma rápida. Na zona sudoeste predominam algumas áreas agrícolas e florestais. Predominam em grande abundância minas, existindo muitos cursos de água. Apesar desta justaposição fragmentada e com uma definição pouco clara dos limites das diferentes áreas urbanas, estes espaços verdes ocupam uma mancha significativa no território. O PDM define que a mancha verde será destinada ao prolongamento do parque industrial, destruindo massivamente árvores de valor ambiental e tecido que é crucial no sistema ecológico da povoação, desempenhando a função de pulmão no ecossistema. A consciência de carência de manutenção dos espaços verdes tratados pelo ser humano é necessário por parte das autarquias. À medida que se vai aproximando do terreno, percebe-se a mancha arbórea presente, constituída por árvores de grande porte, - castanheiros, carvalhos, sobreiros, eucaliptos, pinheiros, - contribuindo para o controlo ambiental do espaço aberto.

Santa-María introduz a ideia pertinente de que, em certas obras de arquitectura, é necessária uma visita ao interior da casa para se compreender o exterior onde está inserida. A casa é vista como uma forma de experienciar o espaço exterior. Refere que certos arquitetos recorrem a dispositivos e a “operações” que materializam um desejo de incluir e até isolar a “terra nos alvéolos”³⁷, como é o caso de “blocos inteiros de mármore, árvores plantadas ‘ex novo’, lagos abrigados nos pátios, clareiras que se abrem abruptamente para a floresta”³⁸.

³⁶ 2004. Referência a Santa-María, Luis Martinez. El arbol, el camino, el estanque, ante la casa. Arquia/tesis,

³⁷ Santa-María, Luis Martinez. El arbol, el camino, el estanque, ante la casa. Arquia/tesis, 2004. p.17

³⁸ Santa-María, Luis. El arbol, el camino, el estanque, ante la casa. 2004. p.17

“Alguns arquitectos desenvolverão estas incertezas entre o exterior e o interior: da perfeição como desafio, do lirismo, da doce entrega à ambiguidade dos limites. A terra está no interior e a obra pode estar à volta, no exterior.”³⁹ Relembra que o exterior não é apenas o que está do outro lado da casa, algo separado, pois pertencem um ao outro. “À noite, a terra, o exterior, foram conquistas lentas e colossais.”⁴⁰ A arquitectura deve ser tida como meio para alcançar a harmonia entre o ser humano e o meio ambiente.⁴¹

As práticas agrícolas de autoconsumo são uma expressão doméstica ou de domesticação da natureza, que nestes territórios de matriz rural, entretanto extensivamente urbanizados, sempre se mantiveram e que recentemente ganharam expressão através de hortas comunitárias. Esta prática relaciona-se assim com a diversidade de modelos de habitar plurifamiliares e com a proposta de inclusão de hortas no projeto. Desta forma, nalguns territórios, a conversão de áreas naturais em espaços públicos tem vindo a consistir numa prioridade e até necessidade.⁴²

No lugar que serve de ‘casa’ para o projeto, a presença de árvores caracteriza o sítio, com uma força de expressão notória. Segundo John Berger, as árvores têm presença e estabelecem uma oposição à solidão. Observa:

*“Mesmo quando se trabalha em total solidão, tem-se na floresta a sensação indescritível de se estar acompanhado. [As] árvores constituem uma presença. Mantêm, cada uma segundo a sua espécie, um equilíbrio extraordinário entre o movimento e a imobilidade, entre a ação e a passividade. E é neste equilíbrio constantemente regulado que a sua presença se torna palpável.”*⁴³

As árvores também marcam um lugar, definem-no. Criam espaço. Definem os seus limites, deixando margem para a permeabilidade entre espaços. Mudam constantemente ao longo do tempo, criando uma diversidade na forma como se apresentam no lugar: a árvore ora limita e cria privacidade com a sua folhagem completa, ora serve como limite menos evasivo devido ao desaparecimento da folhagem em certos momentos do ano, e conduz um percurso, marca espaços, como se de um pilar se tratasse. As árvores fazem de um sistema em constante mutação, anterior à casa. Estas acompanham todo o seu processo de construção e permanência.

39

Santa-Maria, Luis. El arbol, el camino, el estanque, ante la casa. 2004. p.71

40

Santa-Maria, Luis. El arbol, el camino, el estanque, ante la casa. 2004. p.71

41

Arís, Carlos Martí. Llocs públics en la natura. Universitat de Girona. Servei de Publicacions, 2009.

p.54

42

Arís, Carlos Martí. Llocs públics en la natura. 2009. p.54

43

Berger, John. Páginas de la herida. p.149

Segundo Santa-María, não são entendidas como exteriores pois são “seres próximos”⁴⁴. As árvores são os “tectos do pátio, os técnicos, os encarregados de guardar o ar do céu. Porque o pátio liga a terra ao céu através da interposição física das árvores e liga a terra fechada do jardim à terra da terra.”⁴⁵ São, por isso, parte integrante do projeto e adquirem um posicionamento central na estrutura de composição.



Fig. 18. Planta da área de implantação com representação da mancha arbórea

⁴⁴ Santa-María, Luis. El árbol, el camino, el estanque, ante la casa. 2004 p.24

⁴⁵ Martínez, Luis Santa-María. El árbol, el camino ante la casa. Fundación Caja de Arquitectos, Madrid. 2004. p. 66



Fig. 19. Continuidade entre os espaços verdes da proposta e os da habitação plurifamiliar existente, o volume proposto pretende ativar a relação entre ambos



Fig. 20. Percursos preexistentes no lugar de implantação do projeto

Espaço público e comunidade: lugares de convivência e cura

Atualmente assiste-se à impessoalidade e individualidade com que se vive o espaço público. Mesmo nas ruas em frente às casas, não se vê ninguém. O ritual diário é mais ou menos comum: levantar cedo, chegar tarde, entrar em casa, fechar-se e ir dormir. O ciclo repete-se. Não há tempo para estar na rua, para conhecer os vizinhos. Não se é para além do prédio, para além do muro da casa. As ruas foram refletindo este afastamento. Tornaram-se mais largas, permitindo mais carros, mas consequentemente mais perigosas, afastando o peão. A esta reflexão acrescenta-se a comparação que Álvaro Domingues faz entre a cidade e a estrada: “Contrariamente à cidade, a rede de estradas não é uma configuração centrada com elementos de referenciação estáveis. A estrada é um percurso, uma sequência de formas, funções e signos; um centro em linha.”⁴⁶ A estrada trata-se de um percurso contínuo com elementos técnicos e funcionais: “bermas, valetas, passeios, rotundas e estrada, muita estrada”⁴⁷, que apenas permite um fluxo e não pontos fixos e estáveis, como a cidade. Considera que tudo o resto são tentativas de dar mais identidade a algo que é repetitivo e artificial.⁴⁸

Aspetos como “[o] grafismo branco do chão, a continuidade entre o asfalto e o revestimento do terreno fronteiro à casa-loja, o automóvel estacionado, ou a ausência absoluta de marcações de limites entre o público e o privado”⁴⁹ atenuam a impessoalidade das ruas e uma permeabilidade entre “estrada e não-estrada”⁵⁰. Carlos Martí Arís⁵¹ alerta para a necessidade de reabrir a discussão sobre conceitos como a cidade e o espaço público, considerar novos significados e atribuir novos valores. Acrescenta que os arquitetos devem definir a forma como o espaço se pode adaptar às condições da vida humana. De que forma se materializa este conceito em espaços públicos concretos? A arquitectura liga o ser humano à natureza e as condições geográficas ligam a natureza à cidade. Não é possível compreender uma cidade sem a situar no seu contexto geográfico único. “A forma e posição [do espaço público], o seu tamanho e qualidades espaciais derivam das condições do lugar e aproveita ao máximo as suas qualidades topográficas.”⁵²

No projeto, a forma do espaço público está fortemente vinculada aos percursos que as pessoas fazem ao mover-se pelo lugar: caminhos que se cruzam e zonas de encontro. A morfologia dos volumes esculpe a fluidez dos percursos pedonais. O espaço central para onde convergem os volumes é alinhado com um percurso existente no lugar.

46 Domingues, Álvaro. A Rua da Estrada – O problema é fazê-los parar! Porto: Dafne Editora, dezembro de 2009. p.123

47 Domingues, Álvaro. A Rua da Estrada. 2009. p.123

48 Domingues, Álvaro. A Rua da Estrada. 2009. p.123

49 Domingues, Álvaro. A Rua da Estrada. 2009. p.132

50 Domingues, Álvaro. A Rua da Estrada. 2009. p.132

51 Arís, Carlos Martí. Llocs públics en la natura. Universitat de Girona. Servei de Publicacions, 2009. P53

52 Arís, Carlos. Llocs públics en la natura. 2009. p.55

Com a crise pandémica ultrapassada, é possível fazer uma aproximação ao ambiente físico que rodeia o ser humano e refletir acerca da sua incapacidade de o tornar autónomo. A dicotomia interior-exterior deve ser reavaliada pois impacta as esferas sociais e urbanas, bem como a própria composição dos espaços domésticos. Nesta linha de pensamento, é imprescindível abordar estratégias de habitação que privilegiem os espaços comuns, articulando um sistema que calibre espaços individuais, comuns e públicos. Como alerta Ana Paricio, “já não se pode separar o edifício da rua, os dois espaços passam a formar um continuum que esbate o dentro e o fora.”⁵³

*“Se analisarmos, por exemplo, o que significa preparar a comida (comprar, transportar, armazenar, cozinhar, tratar resíduos, limpar...) ou cuidar das crianças (alimentar, acompanhar à escola, partilhar a educação), as fronteiras entre o espaço privado e o espaço público transformam-se em fluxos de movimento.”*⁵⁴

Neste processo, os espaços comuns e intermédios adquirem um papel central na simplificação das tarefas e atividades quotidianas. Quando se estabelece uma relação de proximidade dos espaços coletivos com a habitação e a rua, potencia-se a vida comunitária. Esta relação manifesta-se através da combinação de habitação com outras funções, como serviços, espaços de trabalho, comércio de proximidade e cafés que desempenham a “dupla função de satisfazer as necessidades básicas da vizinhança, mas, ao mesmo tempo, são espaços de encontro, pontos de ancoragem da comunidade.”⁵⁵ Para que os espaços intermédios sejam comunitários, é necessário que estejam abertos e acessíveis à comunidade e motivem a inclusão de todos. Nas cidades denotam-se sinais de exclusão:

*“[As] crianças não podem brincar na rua, há bancos que desaparecem por medo de serem ocupados por pessoas sem-abrigo, as ruas são projetadas para circular e fazer compras, mas não para estar nelas, e as calçadas são ocupadas por interesses privados (como mesas e cadeiras para bares ou publicidade).”*⁵⁶

⁵³ Paricio, Ana. Hábitat inclusivo: Repensar los espacios para facilitar la socialización del trabajo doméstico o de cuidado y la integración de todos los colectivos desde todos los ejes de desigualdad: sexo, origen, edad, clase y capacidades. *Questiões d’Habitatge*, número 22, 2019. p.58

⁵⁴ Paricio, Ana. Hábitat inclusivo. 2019. p.58

⁵⁵ Paricio, Ana. Hábitat inclusivo. 2019. p.59

⁵⁶ Paricio, Ana. Hábitat inclusivo. 2019. p.59

Nos espaços urbanos, a compatibilização de funções de cuidado e reprodução – como comprar, brincar, conviver – com serviços aliam-se a espaços inclusivos, já que edificado como a biblioteca, a escola, a loja local, o centro social ou a casa unifamiliar estão associadas a espaços coletivos – a praça, o jardim, o pátio. A diversificação de habitação, escritórios, indústrias e serviços promovem de melhor forma a comunidade e a apropriação das pessoas do que a dispersão e o zonamento de atividades, que se tornam dependentes do automóvel e por conseguinte requerem maior perda de tempo.⁵⁷

O método que permite atingir estes resultados está na leitura e compreensão do tecido social. Este, “que se esconde por trás das estruturas físicas é o que dá sentido aos espaços comuns e aos espaços públicos.”⁵⁸ Assim sendo, é necessário observar e conhecer os habitantes, as suas necessidades e as redes sociais de que fazem parte.⁵⁹ No seguimento desta consciência, Kevin Lynch defende que, na cidade, os elementos móveis são tão importantes quanto os elementos físicos imóveis: a circulação das pessoas e as atividades e ações que têm lugar na ruas têm tanta importância quanto os elementos fixos da cidade, como os edifícios e infraestruturas.

“Aperceção da cidade não como um objeto físico, mas orgânico e em constante evolução, é muito semelhante à que poderíamos ter de qualquer arquitetura ocupada, mas muito especificamente da residencial. Na verdade, poderíamos definir a habitação como um grupo de convivência que habita um lugar definido por espaços. Portanto, tão importantes na definição da habitação são os espaços como as funções e os usos que os habitantes lhes dão.”⁶⁰

⁵⁷ Paricio, Ana. Hábitat inclusivo. 2019. p.60

⁵⁸ Paricio, Ana. Hábitat inclusivo. 2019. p.60

⁵⁹ Paricio, Ana. Hábitat inclusivo. 2019. p.61

⁶⁰ Falagán, David H. Flexibilidad e igualdad de género en la vivienda. Qüestions d’Habitatge, número 22, 2019. p.11

Prática de Outros

Convento de Santa Maria Scala Coeli, Évora

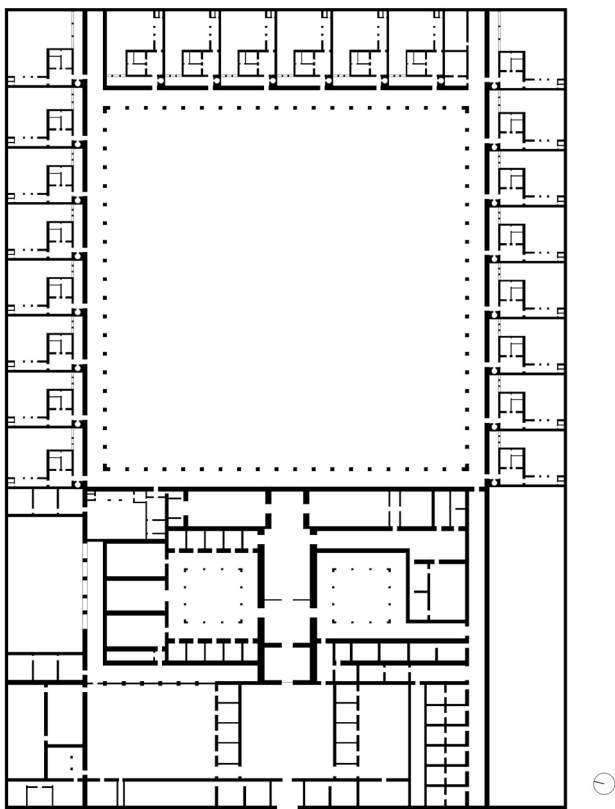


Fig. 21. Planta do Convento de Santa Maria Scala Coeli, Évora

O Convento de Santa Maria Scala Coeli situa-se em Évora e pertence à Ordem Cartusiana, formada por São Bruno. A vida neste mosteiro é realizada em comunidade, onde os padres e os irmãos coexistem, onde cada um desempenha as suas tarefas e missões sacerdotais, permitindo-lhes viver momentos em que se manifesta a partilha e a vida em conjunto e aqueles que se vivem individualmente. A ordem Cartuxa acredita numa espiritualidade que equilibra a individualidade eremítica com a partilha em comunidade:

“S. Bruno, fundador da Ordem dos Cartuxos, criou uma matriz que privilegia o habitar, mais do que qualquer outra dimensão ou função dentro do próprio mosteiro. A vida cartusiana implica que o monge tenha de viver em extremo isolamento e silêncio, mas esta forma de viver permite que, pelo menos uma vez por semana, os monges quebrem as regras, podendo conversar uns com os outros, tendo reuniões para se organizarem nas várias funções e, até, descarregar o peso da clausura que lhes molda personalidade.”¹

Os irmãos que habitam este Convento vivem maioritariamente sozinhos: dormem, comem e rezam na sua cela e plantam alimentos na sua horta. No entanto, têm momentos de convívio e há alturas que só fazem sentido em comunhão, como celebrações, momentos diários, bem como de oração e liturgia e o almoço ao domingo.

O Convento é composto por três tipos de pátios e cada um configura uma zona distinta. O Grande Claustro, “o coração do edifício, o centro da vida cenobítica”², “abraça e encerra o jardim com quatro galerias unidas nos extremos e cobertas por um terraço a sobrepujar o recinto quadrado”.³ As galerias do claustro, acolhidas pela arcaria, fazem a transição e divisão entre o espaço exterior e o interior, entre o espaço público e “o reservado”⁴, correspondendo assim a um espaço intermédio. É a partir deste elemento estruturador que se desenvolve todo o restante edificado, com especial destaque às celas, formando o eremitério. O acesso ao eremitério é obrigatoriamente feito ao passar por aquele espaço.

O claustro pequeno, que serve como elemento agregador de espaços como a sacristia, as capelas, a biblioteca, a sala do capítulo, a cozinha, o refeitório, era também o espaço onde os cenobitas se encontravam e conviviam, ritual que prosseguia o almoço e sucedia apenas ao domingo e nos dias de festa litúrgica.⁵ O claustro das celas assume o carácter mais intimista e privado de pátio. A cela é composta por vários espaços: o vestíbulo, em simultâneo antecâmara e local de trabalho, a sala da Avé-Maria ou sala-oficina, da qual irradiam todos os outros espaços, o quarto de dormir e um estúdio de leitura, no fundo do pátio encontra-se a latrina. Este espaço exterior é o que, por excelência, permite ao monge o contacto com o meio natural e remete para os “primeiros padres do deserto que, em pleno ar livre, encontraram o recolhimento necessário à prática da sua espiritualidade.”⁶

O Convento da cartuxa de Évora destaca-se pela organização e configuração das celas dos irmãos. Surgem prominentes na planta uma vez que resultam em habitações que formam uma comunidade que permite aos ‘habitantes’ conviverem devido ao espaço que as liga: o claustro.



Fig. 22. Células do Convento

1 Ferro, L. A “dócil arquitetura do silêncio”. Entrevista a Rosário Silva para a rádio renascença. 23 março, 2018.

2 Castro, Maria João. A viagem do silêncio, Cartuxa de Santa Maria Scala Coeli. Diacrítica: Revista do Centro de Estudos Humanísticos, vol. 38, n.º 3, 2024. p.53

3 Castro, Maria João. A viagem do silêncio, Cartuxa de Santa Maria Scala Coeli. 2024. p.53

4 Castro, Maria João. A viagem do silêncio, Cartuxa de Santa Maria Scala Coeli. 2024. p.53

5 Castro, Maria João. A viagem do silêncio, Cartuxa de Santa Maria Scala Coeli. 2024. p.57

6 Castro, Maria João. A viagem do silêncio, Cartuxa de Santa Maria Scala Coeli. 2024. p.55

Bairro da Malagueira



Fig. 23. Planta do Bairro da Malagueira

Uma das questões que se pretende tratar no desenvolvimento do projeto de habitação plurifamiliar em banda é em que medida se consegue ligar e articular as áreas fragmentadas do tecido urbano existente, nomeadamente através da escolha para o projeto desta Dissertação. Desta forma, recorreu-se ao caso de estudo que trata este desafio, o Projeto para o Bairro da Malagueira, em Évora, de Álvaro Siza Vieira.

“[A] proposta confrontou-se com um contexto urbano onde eram já detetáveis problemas de descontinuidade, de relativa dispersão, heterogeneidade e fragmentação dos assentamentos pré-existentes (quer quanto à escala, quer quanto à morfologia, quer quanto aos modelos de referência), cuja origem e transformação se processou na ausência de referências perenes e de elementos estruturadores da cidade e do território.”⁷

Álvaro Siza, na reportagem “Desenho Urbano” na RTP1 em 1996, conduzido por Manuel Graça dias, introduz o projeto a partir do lugar, afirmando que neste existe sempre história e contexto.



Desta forma, parte da rede de percursos utilizados nos terrenos de implantação, uma vez que no local, nos anos 40, existia um bairro clandestino já com presença de pequenos comércios – cafés, correios e mercearias.

O que se procurou para o projeto da presente Dissertação e que se encontrou na Malagueira foi a elaboração do projeto alicerçada na ideia de ocupação anterior de preexistência.⁸ Perante um território fragmentado, recorre-se a elementos – o lago e o aqueduto – que estabeleçam ligação e a continuidade do centro histórico – muralhas, portas, fronteira – a este lugar. O projeto tem em vista consolidar um tecido urbano contínuo, pelo que o conjunto é lido como uma estrutura aberta.⁹

O espaço público é tido como um “suporte indispensável da proposta de expansão da cidade”¹⁰, e que, em conjunto com as morfologias e tipologias, tem aqui um papel integrador e estruturador do tecido urbano.¹¹ É descrito por como um “exercício de síntese que é capaz de refundar um lugar, a partir da multiplicidade de relações cruzadas entre pré-existência, fragmentos urbanizados, território e cidade tradicional”.¹²

Um dos desafios com o qual Siza se depara é a integração do espaço verde central e um curso de água existentes na estrutura do Plano. O projeto reúne assentamentos que, à semelhança da paisagem alentejana, se dispõem no território de acordo com a topografia tendo igualmente em conta o espaço verde central e assentamentos de disposição mais livre que transformam o lugar.¹³

O sistema viário adquire uma escala de maior proximidade, na qual as ruas não apresentam passeio e têm de largura seis metros, caracterizando “[u]m tecido urbano denso e articulado que garante a coesão e a legibilidade do espaço público do Bairro.”¹⁴ As ruas de distribuição ao acesso às habitações orientam-se para o espaço central, com o intuito de gerar continuidade da estrutura urbana e uma integração do edificado no sistema ecológico existente.

A essência deste lugar reside na identidade coletiva gerada, através de uma rede de espaços intermédios integrados e interação com os restantes espaços do plano, seja os espaços de transição no topo dos edifícios, os espaços públicos junto de equipamentos e que se intersejam com ruas de acesso às casas.¹⁵ Este sistema permite que exista uma continuidade entre os espaços privados, semi-privados e públicos e incentiva à vida coletiva da comunidade. Existe uma dualidade dos espaços públicos, entre os que se apresentam genéricos e sistematizam a relação entre o público e o privado, e os que assumem um papel de transição.¹⁶ Nas margens viradas para o espaço verde central, Siza potencia a vida coletiva, criando espaços de comércio, cafés e restaurantes que incentivam a funções e vivências partilhadas, enquanto a rua de acesso às casas resguarda uma escala doméstica e de vizinhança, mais privada.

O aqueduto, que resulta num canal de infraestruturas do bairro elevado face à cota da rua cerca de três metros, em média, tem em simultâneo um papel articulador e estruturador no conjunto, assumindo “em diversos pontos a dimensão de um pórtico percorrível (garantindo a protecção do sol e da chuva), a conduta estende-se e desdobra-se pelo terreno, constituindo-se simultaneamente como guia para a edificação.”¹⁷

Para além dos espaços intermédios tradicionais na cidade, como a porta, o pátio, a travessa, a rua coberta, o largo, o jardim, há espaços de cariz excecional, que fazem a articulação entre o tecido edificado e os espaços públicos de carácter urbano.¹⁸

O caso do Bairro da Malagueira estrutura um plano que equilibra a regulamentação e a apropriação dos habitantes. A casa, ao estar na origem da identidade dos habitantes, adiciona-lhe as suas vontades e desafios. Deve existir um equilíbrio entre a regulamentação e a liberdade de apropriação e transformação dos habitantes, para que estes sejam habitantes e não meros utilizadores, mas que se mantenha em simultâneo a coerência do Plano. Quando a “subversão se torna em regulamento”¹⁹ gera-se o descontrolo.

7 Coelho, João Rodrigo Parreira. O projecto do espaço público nas áreas de expansão da cidade consolidada: o caso do bairro da Malagueira. Livro de Atas de Conferência Internacional, FAUP. 2013. p.3

8 RTP. Quinta da Malagueira, Programa da série Ver Artes. Realização de Edgar Feldman. Autor: Manuel Graça Dias. RTP 2, 22 fev. 1996. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/quinta-da-malagueira/>. Acesso em: 17 julho 2025.

9 RTP. Quinta da Malagueira. 1996.

10 Coelho, João. O caso do bairro da Malagueira. 2013. p.3

11 Coelho, João. O caso do bairro da Malagueira. 2013. p.3

12 Coelho, João. O caso do bairro da Malagueira. 2013. p.3

13 Coelho, João. O caso do bairro da Malagueira. 2013. p.6

14 Coelho, João. O caso do bairro da Malagueira. 2013. p.6

15 Coelho, João. O caso do bairro da Malagueira. 2013. p.7

16 Coelho, João. O caso do bairro da Malagueira. 2013. p.6

17 Coelho, João. O caso do bairro da Malagueira. 2013. p.7

18 Coelho, João. O caso do bairro da Malagueira. 2013. p.7

19 Baseado em RTP. Quinta da Malagueira, Programa da série Ver Artes. Realização de Edgar Feldman. Autor: Manuel Graça Dias. RTP 2, 22 fev. 1996. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/quinta-da-malagueira/>. Acesso em: 17 julho 2025.

II. UNIDADE, RECINTO, FAMÍLIA

Casa de Casas

Implantação no terreno

Unidade habitacional

Architects don't invent anything

Narrativas projetuais de Hilberseimer e Utzon

_Utzon: Fredensborg Houses

_Hilberseimer: Casas-pátio em 'L'

Processo experimental de agrupamento de Casas

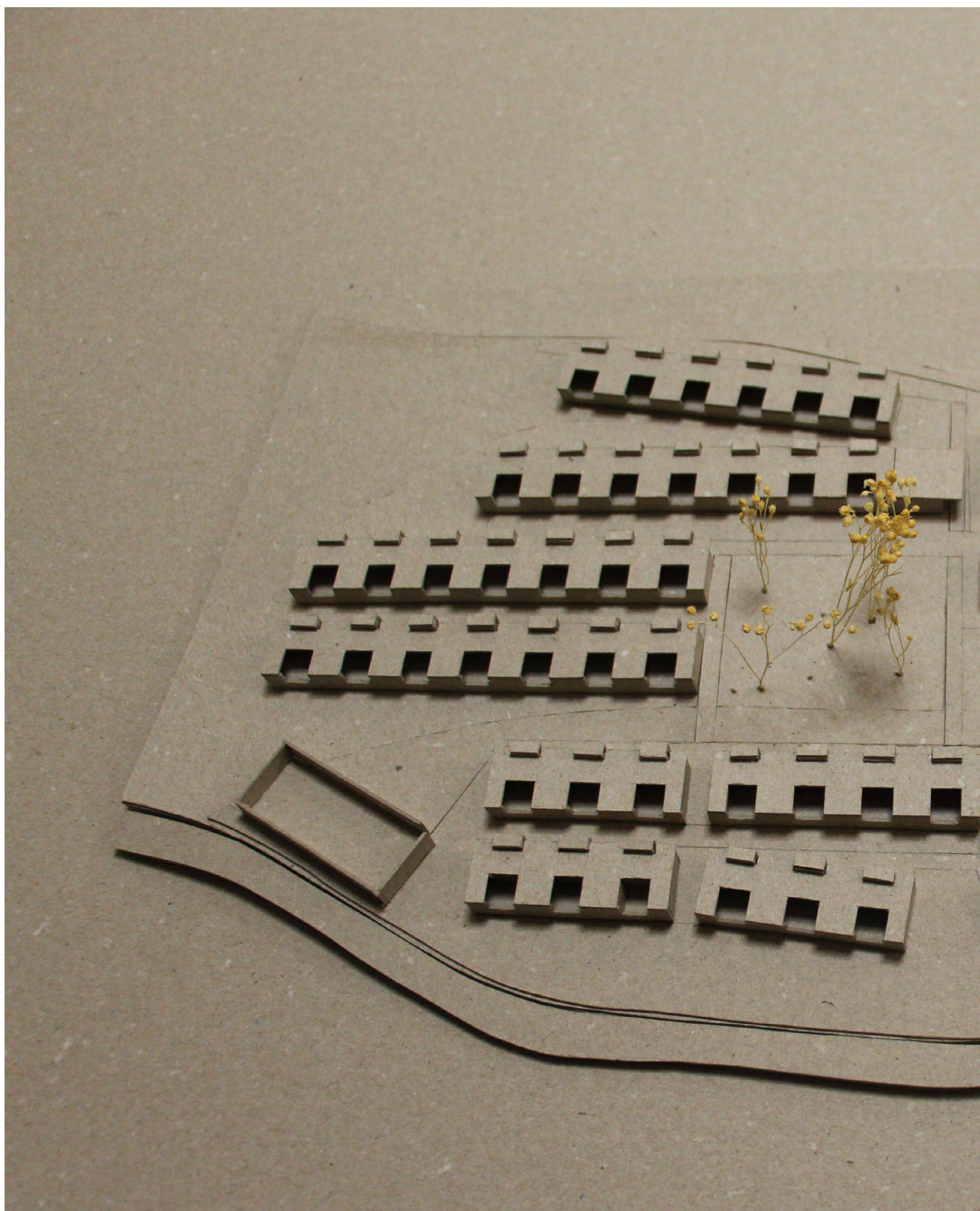


Fig. 24. Maquete de implantação no lugar, escala 1:500

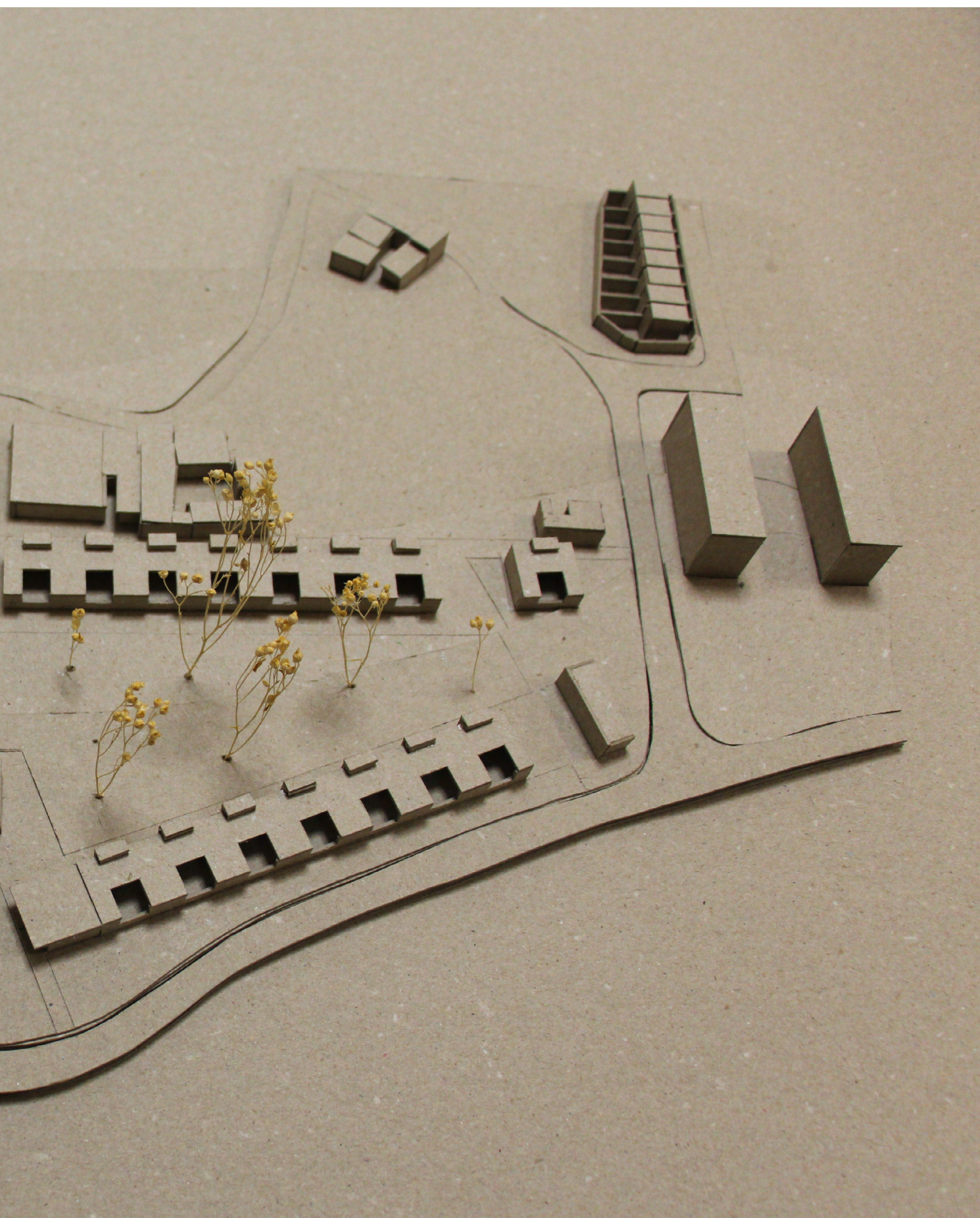




Fig. 25. Projeto de agrupamento de casas em três escalas de representação, planta de implantação à escala 1:2000, corte e alçado a 1:500, planta aproximada a 1:500, planta da casa a 1:100 (de cima para baixo)

Casa de Casas

Implantação no terreno

Carlos Martí Arís contraria a ideia assumida por alguns de que o bloco linear é a única resposta ao tema da habitação.⁶¹ Defende que:

“[O] tecido urbano da cidade tradicional foi formado historicamente, quase sem exceções, com agrupamentos de casas unifamiliares, isto é, que a casa como entidade singular racional, sem estar sujeita a regras precisas de agrupamento e sociabilidade, não tem que ser sinónimo de subúrbio, isto é dizer de urbanidade diluída ou deficitária, mas antes resulta perfeitamente compatível com as condições do tecido urbano.”⁶²

Sob a relevância desta reflexão, pretendeu-se fazer a continuidade do edificado de baixa densidade existente no lugar da Cadinha e que caracteriza a morfologia urbana da povoação, através da configuração da tipologia casa-pátio desenvolvida em agrupamentos de habitações. Consiste numa tentativa de suavização da morfologia urbana mediante a articulação com o edifício de habitação de alta densidade que se dispõe de forma desarticulada com a envolvente. O projeto teve vários propósitos na sua implantação no território.

A proposta para o terreno de implantação consolida casas organizadas em casas dispostas e agrupadas em banda orientando o pátio a sul, fazendo com que a entrada na casa se faça na fachada oposta, a norte. O agrupamento das casas resulta num volume edificado de baixa densidade, de cariz horizontal no território e que conjuga entre seis a oito unidades de habitação cada. Foi a partir de uma reflexão advinda de experiências de agrupamento de casas tendo por base premissas de casos de estudo que se procedeu ao à experimentação da articulação entre as habitações e do desenho do espaço público e exterior. Tirou-se partido da pendente natural do terreno como oportunidade para organizar os diferentes níveis e percursos. Pretende-se a preservação e valorização da diversidade de espécies arbóreas existentes, reconhecendo o seu papel fundamental na identidade e sistema ecológico do lugar.

Martí Arís afirma que “A maneira como interpretamos a história, (...) vai determinar como nós abordamos os problemas atuais”⁶³. Neste seguimento, o autor reinterpreta dois conceitos de espaço público da Antiguidade Clássica. A Ágora, que caracteriza como “espaço urbano que emerge nas relações definidas de série de elementos ou peças autónomas”⁶⁴, e como estrutura aberta que estabelece uma relação e diálogo intenso com a paisagem natural envolvente,

61 Martí Arís, Carlos. Aportaciones del sur a la cultura moderna del habitar. Falta editora, 2000. p. 20

62 Martí Arís, Carlos. Aportaciones del sur a la cultura moderna del habitar. Falta editora, 2000. p. 21

63 Arís, Carlos. Llocs públics en la natura. 2009. p.54

64 Arís, Carlos. Llocs públics en la natura. 2009. p.56

incorporando-a sem, no entanto, definir limites.⁶⁵ O segundo trata-se do Fórum, espaço de desenho claro e definido, “em que os elementos cedem parte da sua autonomia formal para formar um cenário para si próprio.”⁶⁶ O primeiro conceito é resgatado e aplicado no projeto, de forma a valorizar e preservar o espaço verde central existente.

A disposição dos volumes habitacionais pelo território foi pensada com base neste conceito de ‘ágora’ resgatado pelo autor Carlos Martí Arís – consiste numa disposição dos volumes que segue as diferentes direções traçadas pelos limites do terreno, abrindo-se para um espaço comum central, a partir do qual irradiam os acessos às habitações. Este espaço exterior emerge das “relações definidas por uma série de elementos ou peças autónomas”⁶⁷ e é tido como uma estrutura aberta que estabelece uma relação e diálogo intenso com a envolvente, incorporando-a sem, no entanto, definir limites físicos de encerramento e possibilitando a hipótese de continuidade do projeto no território.

Os espaços que se determinou como intermédios, que fazem a articulação entre os espaços privados, os espaços públicos e a rua, correspondem ao perímetro em frente à fachada norte e dá acesso à habitação – a galeria a céu aberto – e aos percursos associados aos espaços arborizados centrais. Segundo Venturi, a galeria desempenha a característica de espaço “direcional e não-direcional”⁶⁸, já que pode adquirir “várias funções ao mesmo tempo ou em tempos diferentes.”⁶⁹ É versátil ao ponto de atuar como galeria de passagem para entrada nas habitações e um espaço de permanência e um ponto onde as pessoas se encontram para socializar. Ou seja, incorpora a dicotomia ‘movimento vs. permanência’. Nestes espaços intermédios, pretende-se potenciar usos diversificados, como áreas de convívio, de descanso, de dedicação ao cultivo das hortas comuns e associá-los aos espaços interiores adjacentes ao edificado habitacional com a pretensão de usos mistos e colectivos.

No terreno estruturam-se três pontos de entrada no lugar – um ponto associado à casa preexistente, outro no novo prolongamento da Rua Três Caminhos junto do momento de interseção com outro percurso crucial, e um último na continuidade da Travessa da Presa. São alicerçados a estes momentos de entrada no terreno equipamentos de serviços, comércio local, cafés, e espaços de uso da comunidade, na tentativa de criar áreas de pausa premeditada dos habitantes, chamar pessoas das imediações e quebrar alguma estigmatização

65 Arís, Carlos. Llocs públics en la natura. 2009. p.56

66 Arís, Carlos. Llocs públics en la natura. 2009. p.56

67 Martí Arís, Carlos. Llocs públics en la natura. Escola Politècnica Superior da laUniversitat de Girona, 2008. p. 58

68 Venturi, Robert. Complexity and Contradiction in Architecture. Museum of Modern Art, New York, 1977. p.40

69 Venturi, Robert. Complexity and Contradiction in Architecture. 1977. p.40

face ao espaço exterior público associado ao edifício de habitação social, com o propósito de unir e conectar ao invés de separar.

Os espaços acima referidos, associados aos pontos de entrada, de uso coletivo, articulam-se com espaços de apoio comunitário, designadamente um espaço de armazenamento dos produtos das hortas comunitárias, um espaço de serviços partilhados, pensados como lugares de encontro e cuidado intergeracional, onde, por exemplo, os idosos possam cuidar das crianças, espaços de uso comercial como cafés, padarias, mercearias, mercados, de forma a reforçar o suporte a esta área e a chamar as pessoas a vivenciar o sítio.

Tentou-se calibrar os diferentes graus de intimidade e apropriação dos espaços, distinguindo o espaço exterior público, acessível a todos, os espaços semi-privados, com piso permeável, uma espécie de “galeria térrea” de acesso e comum às habitações de cada volume, e por fim, o pátio privado e o espaço em frente associado a este, que corresponde a 3m de profundidade e pode ser limitado apenas por vegetação ou rede. Este jogo de escalas permite uma transição gradual entre o coletivo e o íntimo, favorecendo o sentido de comunidade sem comprometer a privacidade.

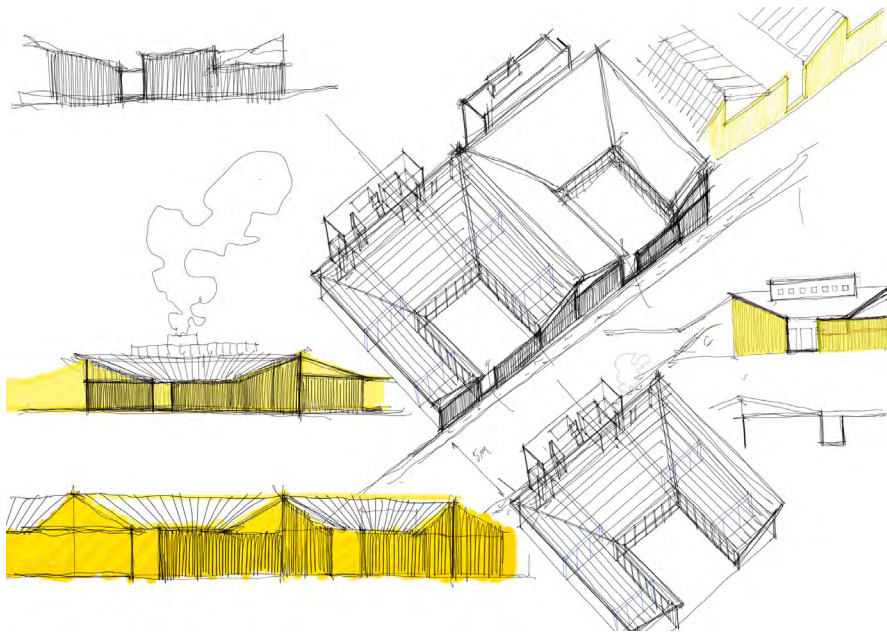


Fig. 26. Esquisso da casa

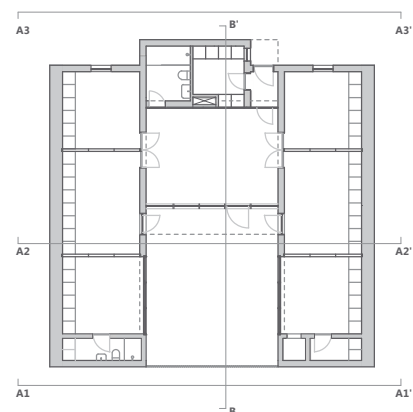
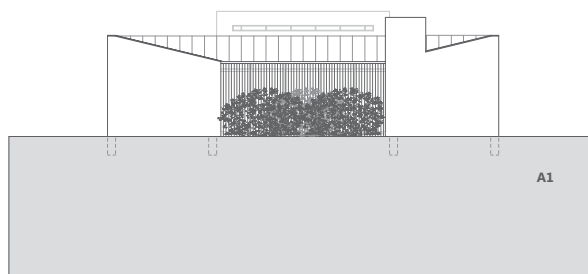
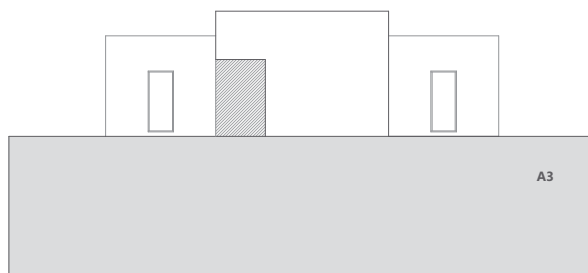


Fig. 27. Corte e alçado da casa, escala 1:200

“A questão não é se temos de nos ajustar com dificuldade ao que foi produzido com ainda mais dificuldade, mas se criamos algo que, desde o início, faz parte de nós mesmos, para o bem ou para o mal.”⁷⁰

O fundamento base para o desenvolvimento deste projeto partiu da questão **como é que um projeto único, repetitivo e estático conseguirá responder a dinâmicas familiares com diferenças culturais e sociais, com projetos de vida, ambições e rotinas diferentes?** Para ir de encontro a respostas a esta premissa, a Casa desenvolve um sistema que conjuga dispositivos de flexibilidade – painéis amovíveis, portas de correr e móveis modulares – e a aplicação de conceitos como adaptabilidade, polivalência e evolutividade. Com recurso a estes elementos a casa consegue adaptar-se ao longo do tempo, permitindo ter, para além da cozinha e a casa de banho, duas alas de cada lado do pátio com a possibilidade de se transformam de dois grandes espaços até seis espaços, com recurso a painéis móveis que se retiram e colocam formando uma divisória de separação. A Casa molda-se às necessidades em constante mudança do núcleo familiar ao longo da sua vida ou ao longo do dia. A casa começa no recinto: nas paredes estruturais que desenham os seus limites e as várias possibilidades de configurações espaciais. À medida que há necessidade, a casa via aumentando, dentro dos limites pré-definidos.

A unidade de habitação corresponde à configuração de uma casa-tipo que se desenvolve em volta do pátio. A questão que percorreu todo o processo criativo prendeu-se com a monotonia e falta de identidade contingentes a casas repetitivas dispostas no território na condicionante de se transformar num modelo de urbanidade utópica limitada, paradoxalmente, associada a uma configuração que se repete sem fim. Para além disso, como já visto anteriormente, uma única tipologia não consegue responder a habitantes com diferentes necessidades de habitabilidade. Portanto, recorre-se a estratégias de flexibilidade que se tornam a peça chave que permitiu que a casa-tipo se adapte à diversidade dos núcleos habitacionais.

Apesar de uma uniformidade da morfologia das casas, na qual se estruturam dois volumes de cariz distintos: o volume mais alto, que simbolicamente remete para o elemento chaminé, tornando-se independente do volume mais baixo, estruturado em ‘U’, que envolve o pátio e através de telhados de uma só água – evocando a casa átrio romana e o sistema ‘impluvium’.

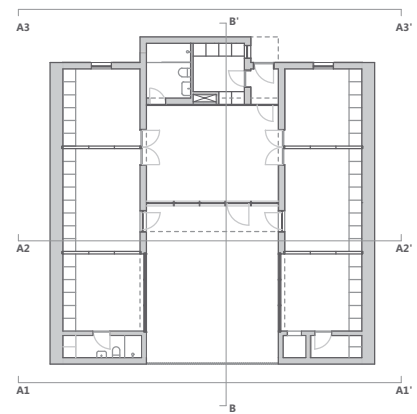
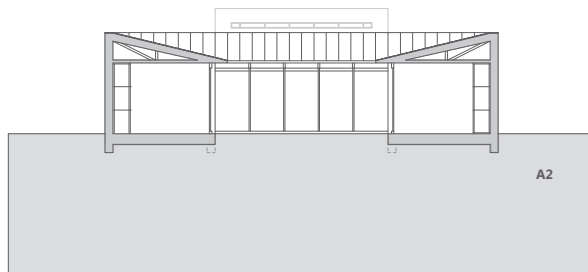
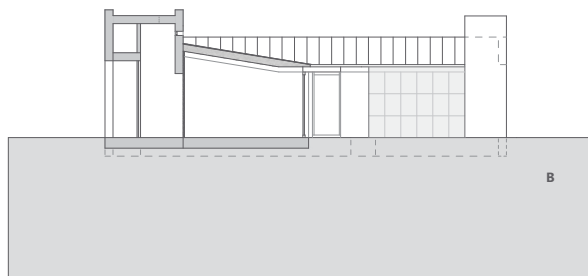


Fig. 28. Corte e alçado da casa, escala 1:200

O volume que se dispõe na fachada a Norte da casa representa simbolicamente e literalmente a chaminé e consiste num volume vertical de contraste propositado perante a morfologia horizontal do outro volume da casa. Está posicionada e dimensionada de forma a criar ritmo no agrupamento das casas. Para além desta função simbólica e literal em simultâneo, incorpora a entrada na casa, a cozinha e a casa de banho. A abertura na parede a sul deste volume permite entrada de luz nestes espaços orientados a norte. Um banco surge nesta fachada, remetendo para um costume antigo na Cadinha, na qual as pessoas se sentavam à porta de casa à espera de que alguém passasse para conversar.

*Architects don't invent anything*⁷¹

Partindo da afirmação de Álvaro Siza e que mais tarde é parafraseada por Kenneth Frampton: ‘os arquitetos nada inventam’, pressupõe-se que o ato de projetar arquitetura não é original, no sentido em que não é possível criar algo ‘novo’, pois parte-se sempre de algo que já se viu, espaços que já se viveram, projetos sobre a qual já se leu. Cada obra, casa projeto, é semelhante a um outro, isto é, há certas subtilezas de obras já existentes que são aplicadas adaptando-se a um contexto e realidade diferentes, fazendo com que, no entanto, nenhum projeto seja igual. Gera-se um conceito paradoxal. No ato de projetar, o arquiteto tem por base a sua memória consciente ou inconsciente, carregando consigo uma herança social, cultural e criativa que se vai materializando nos projetos que vai realizando.

Esta assunção conduz ao facto de, atualmente, se estar em posição de vantagem em relação aos arquitetos que existiram antes. Tem-se consciência do passado e do presente que foi destes, e os efeitos das suas escolhas, dos seus métodos, das consequências e impactos que tiveram nas pessoas e no meio ambiente. Desta consciência advém a vontade e dever de criar levando este conhecimento. Sentimo-nos da mesma forma que os que nos antecederam, porque temos os problemas do hoje como tinham os seus problemas, mas nós temos a vantagem de ser conhecedores do passado, e do que foi o seu presente, o que foi feito e o que adveio disso: “O autor [vive] naquilo que não é apenas o presente, mas o momento presente do passado, a menos que esteja consciente, não acerca do que está morto, mas do que é já vivo.”⁷² Podemos afastar-nos e ver o passado com clareza. O nosso passado é cada vez mais denso, rico.⁷³

T. S. Eliot adverte que, para conhecer a obra de um autor, é necessário não o individualizar, pois a essência da sua obra engloba a ‘imortalidade’ de autores mortos e dos seus antecessores. “Salientamos com satisfação o que o separa poeticamente”⁷⁴ de outros autores e o privilégio de compreender a inspiração de um autor na obra de outro. Eliot refere que a ‘Tradição’ é por vezes usada com o intuito de conotar algo negativamente: utiliza-se “essa palavra para lamentar a sua ausência.”⁷⁵ É difícil referi-la sem a alusão à “ciência da arqueologia”⁷⁶. Para conhecer a obra de um autor, é necessário não o individualizar, pois a essência da obra engloba a ‘imortalidade’ dos poetas mortos e os seus antecessores.

71 Referência à afirmação proferida por Álvaro Siza Vieira: “Architects don't invent anything, they transform reality”.

72 Eliot, T. S. *Selected Essays*, 1917–1932. Faber & Faber, 1999. p.14

73 Eliot, T. S. *Selected Essays*, 1917–1932. p.15

74 Eliot, T. S. *Selected Essays*, 1917–1932. p.15

75 Eliot, T. S. *Selected Essays*, 1917–1932. p.18

76 Eliot, T. S. *Selected Essays*, 1917–1932. p.18

Se a única forma de ‘Tradição’ herdada consiste em seguir os caminhos da geração anterior, numa adesão cega ou tímida, esta deve ser desencorajada. Já muitas correntes se dissiparam e “a novidade é melhor do que a repetição”.⁷⁷ A ‘Tradição’ não pode ser herdada pois é apenas alcançada com muito trabalho e sensibilidade histórica. Esta última envolve a percepção, não apenas do passado, mas da sua presença no presente. Desta forma, o que faz um autor ser da ‘Tradição’ é a sua consciência do que é atemporal e temporal. Isto é o que faz com que o mesmo se consciencialize acerca do seu papel e posição no tempo, bem como da sua contemporaneidade.⁷⁸

Serve esta reflexão como ponto de partida para diferenciar algumas obras que servem de base para a fundamentação do projeto.

⁷⁷ Álvaro Siza em conferência na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
⁷⁸ Eliot, T. S. *Selected Essays, 1917–1932*, p.18

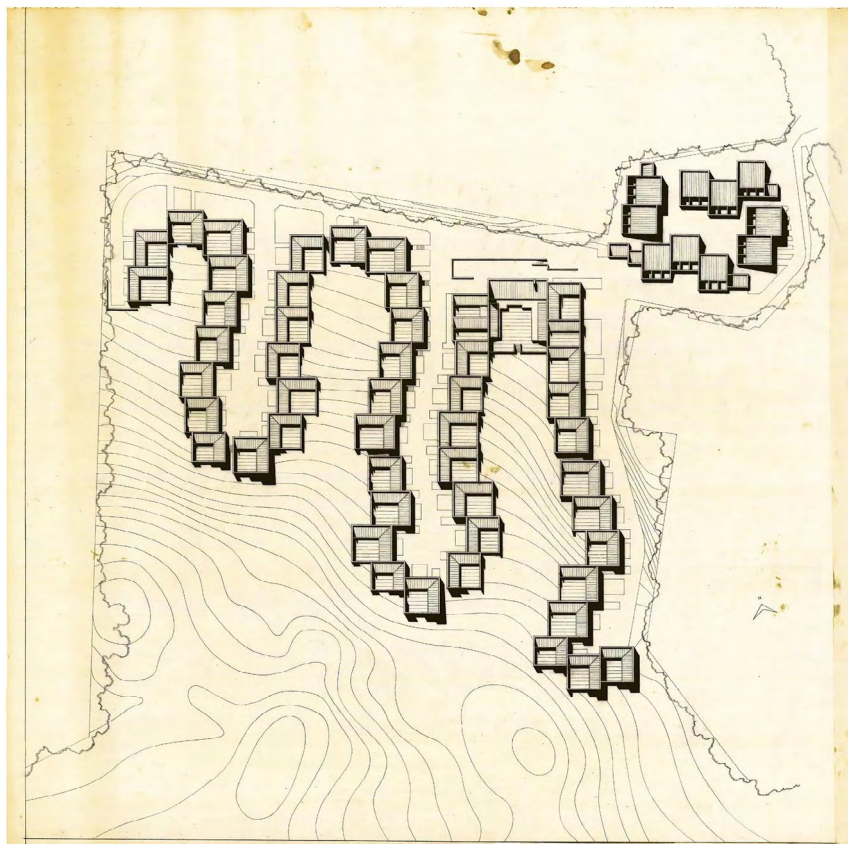


Fig. 29. Fredensborg Houses, Jorn Utzon

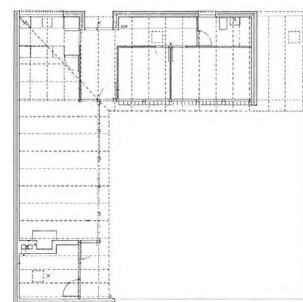


Fig. 30. Unidade, Fredensborg Houses, Jorn Utzon

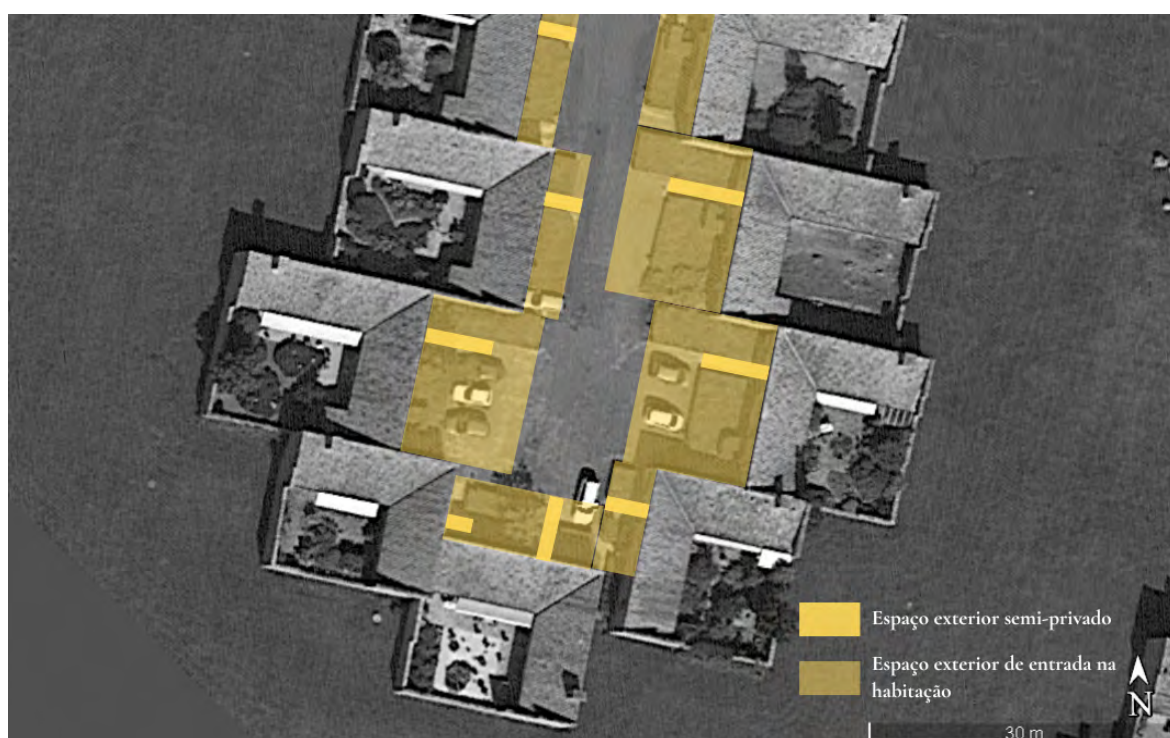


Fig. 31. Esquema de análise do espaço exterior adjacente à entrada na habitação sobreposto a imagem aérea

Narrativas projetuais de Hilberseimer e Utzon

Utzon: Fredensborg Houses

O terreno que foi eleito para a implantação do projeto das setenta e sete casas em Fredensborg é caracterizado por uma pendente suave e constante. O contexto envolvente é composto por uma urbanização de baixa densidade. O projeto cria uma simbiose entre a envolvência natural existente e as casas, aliando a privacidade dos espaços domésticos e do pátio à permeabilidade destes com a envolvência através de um recorte do muro que faz o limite da casa. Os pátios estão orientados a sul, denotando a preocupação de Utzon com a insulação do espaço e dos interiores da casa e abrem-se para um vale.

Este projeto evidencia-se a influência que o autor Lin Yutang exerce na obra de Utzon acerca da tradição chinesa: o caimento e material dos telhados, o agrupamento das casas, a relação que estas estabelecem com o meio ambiente, sente-se não só uma inspiração que deriva da conceptualização da arquitectura chinesa, nomeadamente da Forbidden City, e da aproximação com a tradição/cultura primitiva na procura pela harmonia e no estímulo e inspiração provenientes da natureza.⁷⁹ Observa-se uma morfologia orgânica, que se desenrola através de uma desfragmentação dos volumes ao longo de uma linha que parece fazer o desenho das curvas dos dedos das mãos. A composição é pautada por dispositivos como escadas, rampas, passeios que permitem o acesso do espaço público ao jardim que a percorre. As sequências de chaminés remetem para as torres de ventilação da arquitectura árabe, destacando-se e criando um contraste com o predomínio da horizontalidade das casas.

Utzon faz a clara separação entre os espaços exteriores de acesso à casa, diferenciando o pavimento e envolvendo o seu perímetro adjacente com espécies de vegetação de forma a distanciar esta área semi-privada do espaço exterior de uso coletivo: a rua interior ao agrupamento das casas. Na composição que cria Utzon, a calibração entre as várias escalas de privacidade é conseguida de forma suave ao analisarmos a relação entre espaço privado (pátio), espaço semi-privado (entrada exterior na casa) e espaço coletivo (rua interior), quebrando esta relação na passagem para o espaço público ao abrir apenas um acesso da rua principal à rua interior comum. O edificado isola-se do tecido urbano ao limitar a relação entre as duas ruas. Em simultâneo, a intervenção provoca um certo isolamento perante a disposição comum das habitações da cidade, que mantêm os muros, vegetação e elementos de transição a definir o limite do lote e faz a frente da rua. Para além de habitações, o projeto conjuga também um restaurante e espaços coletivos, adquirindo alguma diversidade social à vivência dos espaços.

⁷⁹ Yu-T'ang, Lin. *My Country and My People*. The Journal of Educational Sociology, New York, 1936. p.294

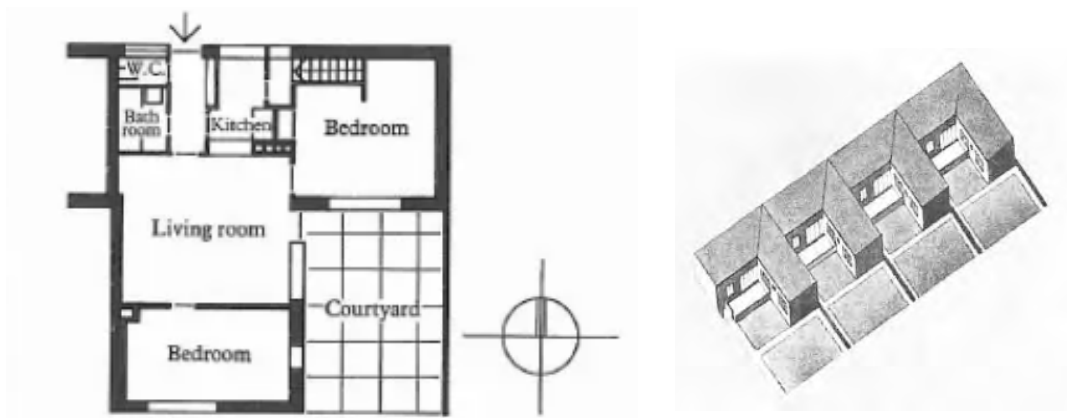


Fig. 32. "Single-storey terrace house", Ludwig Hilberseimer, 1929

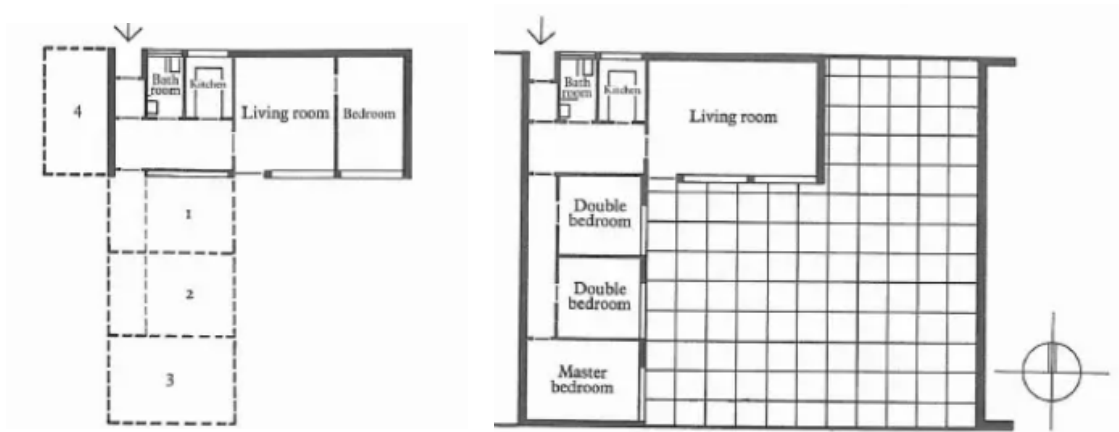


Fig. 33. "L-House type E", Hilberseimer, 1931

Hilberseimer: casas-pátio em 'L'

Hilberseimer começou por desenvolver propostas urbanas com base na teoria da Cidade Linear de Arturo Soria. A sua contribuição amplifica a “densidade e intensidade urbana das propostas [d]e Soria adicionando blocos de habitações para arrendamento e reformulando a arquitectura da grande cidade desde o ponto vista da produção industrial e a cultura de massas.”⁸⁰

Na Cidade Satélite Vertical (1944) desenvolvida durante a segunda guerra mundial, Hilberseimer tem como um dos principais focos a aplicação dos materiais construtivos da produção industrial na habitação. No caso da necessidade de aumento da cidade, a ampliação era feita ao longo do eixo de infraestruturas, baseando-se na Cidade-Jardim de Ebenezer Howard. Esta proposta era uma “alternativa à proposta altamente centralizada de Corbusier”⁸¹. Através da criação de um sistema de zonamento, foram definidas “zonas húmidas, zonas de dia e zonas de noite”⁸². Já a Cidade Vertical (1924) distribui as infraestruturas por níveis.

“Se nos lembrarmos que [os] princípios básicos [de planeamento da área residencial] se baseiam nas necessidades psicológicas, sociais e físicas das pessoas que vivem na zona, é evidente que tudo o que afecta o modo de vida destas pessoas faz parte do plano de ocupação. O plano das casas, as distâncias entre elas e a sua ligação com o sistema de ruas são pormenores de planeamento urbano que não podemos ignorar.”⁸³

Esta preocupação reflete-se no trabalho que Hilberseimer começa a desenvolver, no qual pretende um equilíbrio entre alturas mistas, entre habitações em altura e unifamiliares. Faz com que se concilie vários estilos de vida. No entanto, interessa dar relevo à revisão efetuada a estas propostas de edificado denso da metrópole moderna e que leva Hilberseimer a desenvolver modelos mais dispersos e integrados na malha urbana. Na década de 1930 o arquiteto foca-se na elaboração de casas-pátio unifamiliares em 'L', que considerava o meio termo entre casas em banda e casas unifamiliares implantadas de forma independente.⁸⁴

⁸⁰ Ribeiro, Xavier Llobet. Mies y Hilberseimer: La metrópolis como ciudad jardín. Fundación Arquia, 2007. p.123

⁸¹ Ribeiro, Xavier Llobet. Mies y Hilberseimer: La metrópolis como ciudad jardín. Fundación Arquia, 2007. p.128

⁸² Ribeiro, Xavier. Mies y Hilberseimer. 2007. P.129

⁸³ Hilberseimer, Ludwig. The New City: Principles of Planning. Wisconsin Cuneo Press, inc., Chicago, 1944. p.74

⁸⁴ <https://www.metalocus.es/en/news/urbanism-bauhaus-ludwig-hilberseimer>

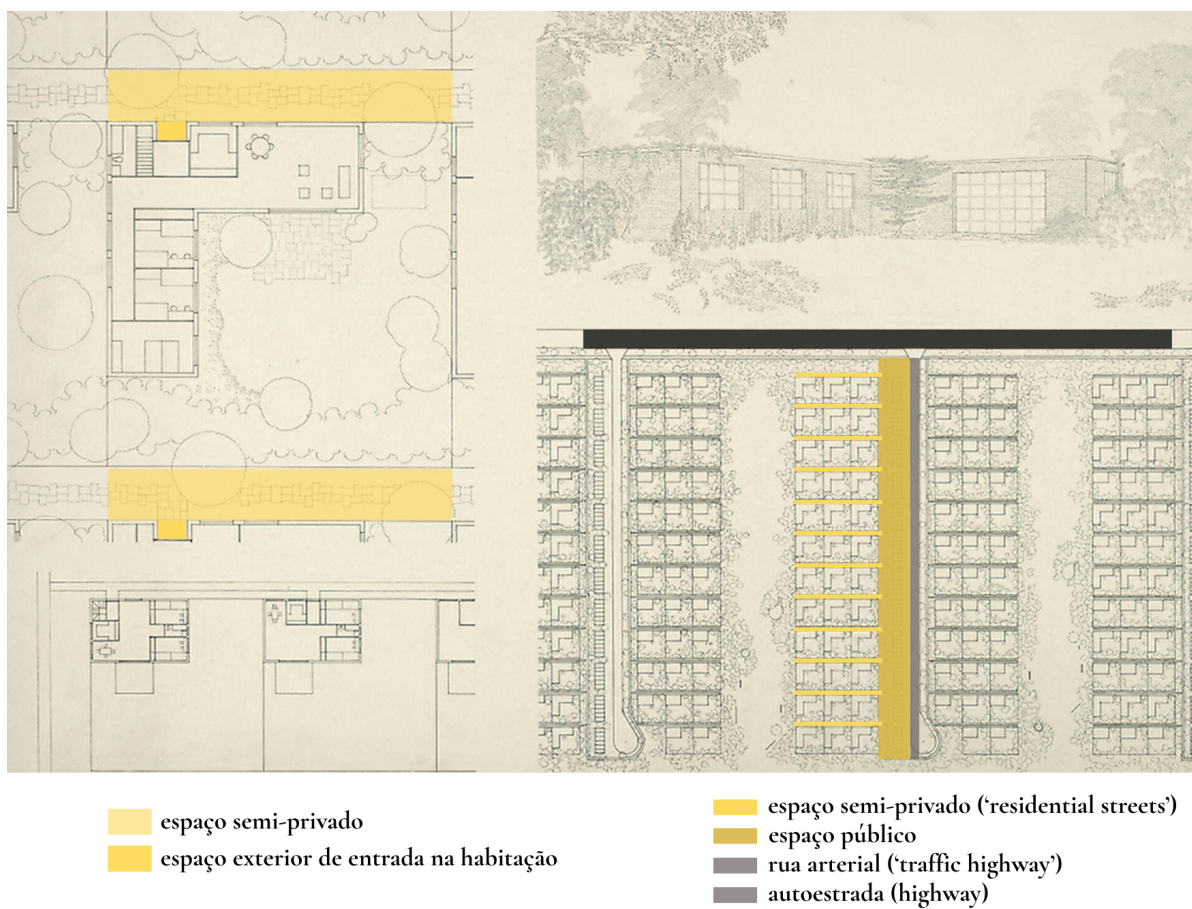


Fig. 34. Esquema reinterpretativo da autora sob "L-shaped patio houses", Ludwig Hilberseimer

“Esta forma em L permite uma insolação adequada em todos os espaços. O sol de sudeste penetrará os quartos e o sol do sudoeste a sala de estar.”⁸⁵ Considera que este tipo de casa em L deve ser considerada como resposta aos desafios na habitação.⁸⁶

Como era tradicional nas casas alemãs, a casa na sua planta inicial apresentava ‘cellars’ – caves. A sala torna-se o centro da casa e a partir da qual se acede aos quartos, não existindo corredores na distribuição espacial. Preocupa-se com a orientação solar e com a privacidade, afirmando que a “sala de estar está virada para leste e oeste, enquanto os quartos estão virados para sul[. A] través da planta em forma de L, resolve-se um problema particularmente grave das habitações baixas. Apesar da proximidade das outras casas, o jardim é totalmente privado.”⁸⁷

A tipologia que cria em 1931 permite a expansão da casa e o acréscimo de quartos à medida que o núcleo familiar aumentava. Comparativamente à anterior, esta concentra a cozinha e casa de banho no ponto de interseção dos braços do ‘L’, permitindo que a sala se dispusesse num dos braços e os quartos no outro, diferenciando a insulação dos espaços e incorporando uma estrutura binuclear.⁸⁸

Hilberseimer hierarquiza os espaços exteriores, dividindo-os por espaços privados, correspondentes ao pátio privado da casa, espaços semi-privados, adjacentes à entrada exterior na habitação e os espaços públicos que se convergem para a rua arterial, ou ‘traffic highway’ como a denomina Hilberseimer, o espaço verde associado a sudeste, os estacionamento designados as casas e por fim a autoestrada, ‘highway’. Esta hierarquização dos espaços públicos gera uma composição equilibrada e extremamente otimizada. No entanto, cria uma separação entres os vários tipos de habitação, isolando-os.

85 Hilberseimer, Ludwig. *The New City*. 1944. p.75

86 Hilberseimer, Ludwig. *The New City*. 1944. p.75

87 Macintosh, Duncan. *The Modern Coultryard*. Architectural Association, paper n. 9, Lund Humphries, London, 1973. p.31

88 Macintosh, Duncan. *The Modern Coultryard*. 1973. p.32



Fig. 35. Esquema experimental do processo de agrupamento de casas partindo das casas-pátio em L desenvolvidas por Hilberseimer



Fig. 36. Processo experimental de agrupamento de casas partindo das Casas-pátio desenvolvidas por Jorn Utzon

Processo experimental de agrupamento de Casas

No decorrer de um processo de experimentação e de conjugação da unidade e do módulo no todo, foram levadas a cabo experiências de agrupamento de casas tendo por referência premissas projetuais de Ludwig Karl Hilberseimer e Jørn Utzon, e que marcam fases diferentes no processo do projeto. Partindo das obras ‘L-shaped courtyard houses’ e ‘Fredensborg Houses, respetivamente. Apesar de aparentarem visões diferentes, acabam por se tornar complementares na medida em que trabalham a agregação de habitações e na sua articulação com o espaço público.

A proposta que tem por base Hilberseimer é organizada de forma clara e funcional, pautada por uma estrutura otimizada do tecido urbano. O recurso ao módulo que se repete gera uma linguagem formal coerente alicerçada num vocabulário construtivo assente no rigor e racionalidade. Estas premissas podem revelar limitações na medida em que a padronização, não só cair na utopia como vão de encontro a uma abstração e alienação para com as condições do sítio de implantação e condicionam o sentido de identidade e pertença dos habitantes ao lugar. Ainda assim, o modelo desenvolvido por Hilberseimer pode ser tido como solução para contextos em grande escala e de expansão urbana e que envolvam processos de requalificação por se tratar de uma estratégia rápida. O desafio reside na dificuldade de adaptação a territórios de morfologia e topografia acentuada e devido à separação de edificado de alta e baixa densidade, pode gerar isolamento social.

A estratégia de Utzon surge como complemento e até contraponto à de Hilberseimer. Através de uma composição assente numa grelha orgânica, e com a condicionante de haver um menor aproveitamento do solo e uma consequente quebra do tecido urbano, o modelo evidencia a capacidade de adaptação às condições topográficas irregulares do lugar e que estabelece uma ligação com a envolvente vegetal e uma proximidade com a escala humana. O facto de existir a integração de edificado de usos mistos e não uma restrição à habitação, faz com que se potencie uma diversidade social e um espírito de comunidade e identidade local. Esta tipologia de agrupamento de casas é facilmente adaptável a estratégias de co-housing, habitação coletiva em comunidade e que é recetiva à vivência de todas as fases etárias, recuperando valores de vizinhança e partilha. Um ponto a ter em consideração é a manutenção que os espaços exteriores requerem, pois, o desleixo leva à deterioração da vegetação e pavimentos.

III. INTERIOR, CÂMARA, INTIMIDADE

Resiliência: modos de habitar

Intimidade e privacidade: percepções e limites

Da câmara ao pátio: transições e gradações

Prática de Outros

O pátio a céu aberto

Casa dos Pássaros

Villa Thiene

A Casa preexistente: matriz

A Casa resiliente: proposta

Configuração espacial

Flexibilidade: estratégias e dispositivos de desenho

Resiliência: modos de habitar

Entende-se por resiliência a capacidade de “retornar ao estado original de equilíbrio, após suportar perturbação que o tenha afastado desse mesmo estado”⁸⁹ e a de “reagir e suportar contrariedade ou situação de crise”⁹⁰. A palavra provém do latim ‘resilire’, que significa voltar atrás. Se adicionarmos à arquitetura esta capacidade, torna-se capaz de se adaptar constantemente perante vicissitudes, sem perder o seu equilíbrio e essência. A casa, onde a vida quotidiana e o ‘vulgar’ têm lugar, com a sua volubilidade, permanência e inconstância, é, portanto, o alvo de interesse na aplicação deste conceito. Acrescenta-se a esta definição a inclusão, a durabilidade, a adaptabilidade e sustentabilidade. A flexibilidade, ao possibilitar a alteração da casa ao longo do tempo, permite que os indivíduos a adaptem às suas exigências e necessidades, prolongando assim a sua existência e durabilidade. Pode-se assim assumir que uma casa resiliente é aquela que as pessoas continuam a escolher, porque resiste, em constante adaptabilidade, e sobrevive às mudanças sociais, ambientais e emocionais.

A resiliência da casa manifesta-se, paralelamente à flexibilidade, na compreensão da construção da intimidade e privacidade e na sua materialização através de espaços estruturantes – como o quarto, o hall e o pátio – que configuram a casa e as esferas privado/coletivo e interior/exterior. Pensar a Casa Resiliente nunca fez tanto sentido numa altura em que novas formas de vida têm lugar, necessidades e aspirações. A consolidação de que os núcleos familiares já não se limitam à composição tradicional do pai, mãe e os filhos, traduzem assim a necessidade de pensar em novas formas de pensar a casa e o espaço doméstico. A casa precisa de deixar de ser pensada apenas para responder a esses habitantes, pois é finalmente reconhecida a volubilidade e diversidade do núcleo habitacional.

A transformação das formas de habitar reflete volatilidade do núcleo familiar ao longo do tempo. O que hoje é assimilado como transformações que assinalam grandes diferenças, quando observado de um ponto de vista abrangente na linha temporal, é na verdade apenas parte natural da evolução. “[A] unidade familiar será, até à revolução industrial e à consequente alteração do modelo de produção, uma unidade de produção e uma rede alargada, estabelecida tanto através de relações de sangue como de relações de trabalho.”⁹¹

89 “Resiliência.” Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, Priberam, <https://dicionario.priberam.org/resili%C3%A7%C3%A3o>. Consultado em 24 de Janeiro de 2025.

90 “Resiliência.” Dicionário da Língua Portuguesa, Infopédia, Porto Editora, <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/resili%C3%A7%C3%A3o>. Consultado em 24 de Janeiro de 2025.

91 Martínez, Zaida. *Mujeres, casas y ciudades*, 2019. p. 37

Zaida Martínez ressalta que, nos pós-século XIX, a Igreja e o poder civil mobilizaram todos os recursos para a adoção da família nuclear, constituída pelo pai, mãe e filhos, como opção do que seria natural⁹² e sobre os papéis distintos entre o pai e a mãe, entre o homem e a mulher.

Atualmente, para além das variações do modelo nuclear, regista-se o aumento populacional, a “alteração de estruturas urbanas, as mudanças radicais no sistema produtivo e laboral e a introdução de média e alta tecnologia nos edifícios que influenciam e redefinem a estrutura e mentalidade familiar e, por arrastamento, a caracterização do seu espaço habitacional.”⁹³ O panorama habitacional atual é pautado e influenciado por fatores como a pandemia, que ainda hoje deixa rastros, nomeadamente na reavaliação dos espaços dentro da casa e o impacto que têm na vivência dos seus habitantes, e que estimula uma “mudança imperativa para a sustentabilidade ecológica e um discurso crescente que incita à reconsideração do corpo humano, tanto a nível individual como social.”⁹⁴ Adicionando a crise na habitação, que leva a um aumento do preço das habitações, há a necessidade de indivíduos incluírem nos seus núcleos habitacionais outros familiares, mais debilitados e em carência de apoio, jovens que se mantêm em casa dos pais até mais tarde, ou que, para se emanciparem, vêm-se na necessidade de coabitar. Regista-se também o aumento do regime de trabalho para estilo remoto que faz com que a casa adquira polivalência e seja indispensável viabilizar um espaço de trabalho. Estas formas de habitar a casa requerem novas formas de a projetar.

Segundo José Cabido, a casa, ao longo dos tempos, apresentou-se sempre como “elemento da estrutura social nuclear que é a família”⁹⁵, pilar do ser humano. A casa não se trata apenas dos seus espaços, mas também as pessoas que a habitam e os objetos que guarda.⁹⁶ Ao projetar uma casa para um núcleo habitacional, através da distribuição dos espaços, da sua articulação e composição é possível influenciar a dinâmica relacional das pessoas que a habitam. O arquiteto altera e mantém essas dinâmicas através do desenho dos espaços e a sua articulação e a definição de padrões de circulação no interior da casa. Desta forma o arquiteto desempenha o papel de tornar possível a adaptação dos espaços às pessoas. Fuertes e Monteys, questionam, ao observar um interior vazio: “em que ponto reconhecemos, [num] interior desnudo, uma casa? É graças às suas características formais ou à presença de um ambiente doméstico? Que elementos formais do espaço fazem com que se reconheça uma casa?”⁹⁷

92 Martínez, Zaida. *Mujeres, casas y ciudades*, 2019. p. 37

93 Croft, Vasco. *Arquitectura e Humanismo: O papel do arquitecto, hoje em Portugal*, Terramar, 2001. p.15

94 Blas, Sergio Martín; Domínguez, Guiomar Martín; D’Oria, Mariacristina. *Shifting domesticities: recent social housing practices and policies in Spain*. City, Territory and Architecture, 2024. p.1

95 Cabido, José António Jacob. *Reflexões sobre o interior doméstico*, 1995 p.15

96 Fuertes, Peres; Monteys, Xavier. *Casa Collage*. Editorial Gustavo Gili, S.L., 2014. p.18

97 Fuertes, Peres; Monteys, Xavier. *Casa Collage*, 2014. p.18

Talvez seja um somatório de componentes, fatores, fenómenos. Descrever os elementos que compõem o espaço é como descrever o carácter da casa e reflete a própria identidade dos seus habitantes: a casa é o reflexo das pessoas que a habitam. A tentativa de novas abordagens à forma e configuração dos espaços está intrinsecamente ligada às transformações do grupo doméstico⁹⁸ face à mudança da “vida privada e à reconfiguração do papel entre a esfera pública e privada”⁹⁹.

“A consideração da unidade operatória do grupo doméstico, no discurso antropológico, surge da profunda revisão que as actividades de índole doméstica, relacionadas com a produção e consumo alimentar, a sexualidade, o cuidado com os filhos e os serviços de manutenção do conforto, que anteriormente enquadravam a organização da família e que agora se vêem questionadas, quantitativa e qualitativamente, perante a mudança social da família.”¹⁰⁰

Serve como mote de desenvolvimento da Casa Resiliente a seguinte reflexão: Como é que a Casa consegue responder a dinâmicas familiares com diferenças culturais e sociais, com projetos de vida e ambições diferentes? Como é que deve ser projetada a casa hoje e para que usuários? Questiona-se ainda: qual o grau de definição com que se projeta os espaços da casa de forma a permitir uma apropriação livre dos usuários? Será possível reconhecer uma casa num conjunto de espaços desnudos, com dimensões iguais e que se podem transformar em qualquer coisa? Será precisamente esse grau de indefinição dos espaços que permite que esses se transformem numa casa? Se se limita demasiado o uso dos espaços, uma pré-determinação do posicionamento da mesa da sala de jantar e a dimensão da cama, está-se a condicionar a apropriação do indivíduo, a sua própria vivência e uma imposição de um certo estilo de vida? Poderá um certo grau de indefinição e incompletude dos espaços não hierarquizados ser considerado um princípio de resiliência?

A investigação articula um conjunto de temas derivados desta reflexão, a partir dos quais se constrói o projeto da Casa Resiliente. A resiliência da Casa manifesta-se também nos espaços que estruturam a intimidade – que exploram a relação do eu com os outros, do indivíduo e o coletivo.

98 Ramos, Rui Jorge Garcia. A casa: arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português. FAUP Publicações, Faculdade de Arquitectura da Universidade Porto, 2010. p.93

99 Ramos, Rui. A casa. 2010. p.93

100 Ramos, Rui Jorge Garcia. A casa, 2010. p.93

Intimidade e privacidade: percepções e limites

O termo privacidade, na sua manifestação atual, é reconhecido tardiamente na história. Georg Simmel precisa que o conceito de individualidade surge após a Revolução Francesa, associado à liberdade, em oposição à individualização a partir da distinção, marcada pelo renascimento.¹⁰¹ Ana Sofia Silva afirma que a partir deste momento a individualidade e a liberdade reivindicam a consciência de que os homens são iguais e que as diferenças que os distanciavam até ao momento eram criadas de forma artificial. Associada a esta inovação, surge a vontade do homem ter uma casa para si, criar o seu lugar com a sua família, e assim o núcleo habitacional reduz, deixando de ser constituído pelos restantes familiares e pessoas com quem trabalhavam.¹⁰² “O núcleo familiar (pais e filhos) continua a ser um pilar da sociedade e reivindica um espaço para si próprio.”¹⁰³ A casa passa a aproximar-se do conceito de refúgio.

Zaida Martínez destaca que “o espaço interior privado não se tornou exclusivo da família nuclear até ao final do século XVIII. Apesar dos ditames morais da igreja, os interiores continuarão a ser espaços de usos confusos e limites difusos.”¹⁰⁴ O conceito de privacidade individual será obtido de forma sedimentar e “durante séculos será uma prerrogativa exclusiva dos homens proprietários das casas.”¹⁰⁵ A configuração espacial da casa reflete esta constituição do núcleo habitacional.

A título ilustrativo, no século XVI não era comum ter-se o próprio espaço – denominados ‘privacies’¹⁰⁶ –, sendo apenas centenas de anos mais tarde que emerge o conceito do espaço da qual o indivíduo se pode retirar da presença dos restantes e onde pode estar só. Então, apesar de se observar iconografias de monges e pensadores num espaço que parece ser retratado como estúdio individual, é na verdade um espaço de variados usos, dos quais são todos públicos.¹⁰⁷ O conceito de privacidade era desconhecido e as casas eram vivenciadas por muita gente. Para além disso, os espaços não tinham usos específicos. No mesmo espaço, a mesa de escrever tornava-se ao meio dia a mesa onde os elementos da casa faziam as refeições e ao fim da tarde era desmontada para que o banco se tornasse o sofá e para que, à noite este espaço se convertesse no quarto de dormir.¹⁰⁸

101 Pereira da Silva, Ana Sofia. La intimidad de la casa. El espacio individual en la arquitectura doméstica en el siglo XX. Diseño Editorial, Buenos Aires, 2015. p.23

102 Silva, Ana. La intimidad de la casa. 2015. p.23

103 Silva, Ana. La intimidad de la casa. 2015. p.23

104 Martínez, Zaida. Mujeres, casas y ciudades, 2019. p.40

105 Martínez, Zaida. Mujeres, casas y ciudades, 2019. p.40

106 Rybczynski, Witold. Home, 1986. p.18

107 Rybczynski, Witold. Home, 1986. p.18

108 Rybczynski, Witold. Home, 1986. p.18

Alexis de Tocqueville define a natureza da privacidade e interioridade e as condições que a tornam possível como uma vontade de isolamento social e a de se retirar para um lugar afastado da grande sociedade, criando assim a sua pequena sociedade.¹⁰⁹

“Em contraste com o público, a privacidade pertenceu desde a Antiguidade aos assuntos privados do cidadão. Inspirada no século XVII, reflete o valor individual que advém da apropriação do eu, a capacidade de se retirar para um espaço a salvo do olhar dos estranhos, a fim de assegurar uma ordem personalizada.”¹¹⁰

O conceito de privacidade “está irremediavelmente incluído numa oposição dialética: o que não é público”¹¹¹ (a ‘grande sociedade’¹¹² para Tocqueville). Sendo que, retirar-se “não se reduz apenas a um ato, na perspectiva dialética público-privado [a ‘pequena sociedade’], mas indica a capacidade de se conceder uma parcela de soberania, contando com as facilidades oferecidas pela subtração ao exterior.”¹¹³ Murillo refere ainda que “a privacidade, juntamente com as exigências do espaço público, compõe as esferas que transferem ao indivíduo a soberania de se constituir como sujeito.”¹¹⁴ Não obstante o reconhecimento de que nenhuma existência humana “é possível sem um mundo, que direta ou indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos”¹¹⁵, a calibração entre os momentos comuns e individuais torna-se essencial para o indivíduo que se insere no ‘grupo doméstico’ que habita os espaços da casa e na sociedade.

O modo como é tida a privacidade e a evolução da percepção do que era o seu conceito ao longo do tempo alterou o modo como era vivido o ambiente doméstico e sobretudo a articulação entre os espaços da casa. No decorrer desta reflexão, tornou-se indispensável fazer uma aproximação a esses espaços: a câmara ou quarto, o espaço de fumo, o hall e o pátio.

109 Murillo, Soledad. El mito de la vida privada. 1996. p.3

110 Murillo, Soledad. El mito de la vida privada, 1996. p.2

111 Murillo, Soledad. El mito de la vida privada. 1996. p.3

112 Murillo, Soledad. El mito de la vida privada. 1996. p.3

113 Murillo, Soledad. El mito de la vida privada. 1996. p.3

114 Murillo, Soledad. El mito de la vida privada. 1996. p.4

115 Arendt, Hannah. A condição humana. Relógio d’ Água, 2001. p.31

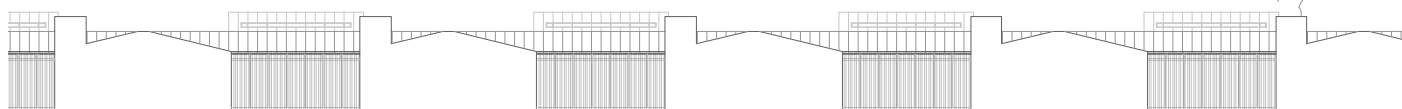


Fig. 38. Chaminés das Fredensborg Houses(em cima) com desenho da autora sob a imagem, “El humo como axis mundidel hogar”, desenho de Yago Bonet, Casa Collage (ao centro), chaminés no agrupamentos de casas-pátio em banda, projeto da autora (embaixo)

Da câmara ao pátio: transições e gradações

O espaço existencial do ser humano nasce no ato de habitar, que começa na câmara e posteriormente no quarto. Partindo da palavra anglo-saxónica ‘room’, que através da dualidade do seu significado – como espaço e como quarto – expressa que o quarto é o cerne da concretização do habitar.¹¹⁶ O quarto carrega em si a capacidade de gerar a identidade do ser humano. É tido como um elemento que carrega tensão e contradição em simultâneo, pois concilia o acolhimento da inércia do ser humano e impulsiona-o ao exterior, ao desconhecido. “A partir do lugar de paragem, dessa posição que se afasta de um trânsito cego e sem pólos, é oferecida ao homem a possibilidade simultânea de abraçar o exterior e de se ver a si próprio. Parar é ver. Parar num lugar é preparar-se para o compreender com as forças do seu próprio ser, para o incorporar.”¹¹⁷

Para Bernard Rudofsky, se a arquitetura dá propósito ao espaço, o quarto é a “entidade arquitetónica fundamental que dá medida à habitação humana.”¹¹⁸ Para além do significado do quarto, reflete-se sobre a independência das divisões em relação à restante casa, fazendo com que os elementos que fazem parte e que dão sentido ao espaço, como as janelas, portas, mesas, a cama, e o armário possam ser mais ou menos vagos. Quando é proposta uma independência dos espaços, a casa para a ser o resultado de uma agregação estratégica e organizada de espaços ao invés da subdivisão do espaço para depois o converter em certos usos.

Depois do quarto enquanto génese do habitar, o espaço de fumo surge como núcleo térmico e social. O espaço de fumo, presente em várias estruturas primitivas como as Pallozas Galegas e os Castros Portugueses – que Yago Correa atribui a denominação de casas de fumo – que representa inicialmente um espaço único onde predomina o fumo para a desinfeção e conservação e confeção de alimentos, vai evoluindo e acompanhando a casa até à arquitectura moderna, que, segundo o autor, se transforma num “espaço arquitetónico muito alto ou de pé direito duplo com luz zenital e que liga uma série de espaços mais pequenos”¹¹⁹ e menciona ainda como elemento integrante deste espaço um mezzanine e o ‘fogo’ (fogueira ou lareira) disposto no seu centro.¹²⁰

116 Correa, Yago Bonet. La arquitectura del humo. Fundación Caja de Arquitectos, Barcelona, 2007. p.16

117 Santa-Maria, Luis. El árbol, el camino, el estanque, ante la casa. 2004. p.14

118 Guarneri, Andrea B. Bernard Rudofsky. A Humane Designer. Ed. SpringerNew York, 2002. p. 62

119 Correa, Yago Bonet. La arquitectura del humo. Fundación Caja de Arquitectos, Barcelona, 2007. p.16

120 Correa, Yago Bonet. La arquitectura del humo. 2007. p.43

Na ótica da estudante, este espaço, ou o conceito que incorpora, mais tarde evolui para uma dualidade, correspondendo ao entendimento do que é a sala, geralmente centralizada na casa, e onde a lareira se posiciona no seu centro e adquire a função de, não só de conforto térmico, mas de elemento organizador do espaço, e que reúne um conjunto de pessoas à sua volta e da cozinha, que em muitas culturas, nomeadamente em Portugal, adquire o papel de espaço multifacetado, por ser um espaço com acesso direto ao exterior, é onde se recebe os convidados, onde se convive, onde se cozinha, onde se partilham refeições, onde existe o ‘fumo’ e o centro da vida familiar.

Para Yago Correa, este espaço corresponde ao espaço ‘hall’ – “palavra anglo-saxónica [e de] homónimo alemão halle”¹²¹ na Europa Atlântica.¹²² A palavra hall, que se refere a um espaço arquitetónico, é de tradução difícil devido a uma atribuição inadequada, nomeadamente ao vestíbulo. “Na realidade exprime um espaço habitacional muito definido em arquitectura, cujo nome dispensa tradução, designando uma sala ampla onde podem ser desempenhadas múltiplas funções.”¹²³ As premissas descritivas deste espaço estão expressas nas Villas Palladianas, onde o hall se organiza no centro da composição com o intuito de ser o ponto de convergência de uma sequência de acesso à Villa – passando pela loggia, pelo vestíbulo, espaço de intermediário entre o exterior e o interior, e por fim o hall – onde se encontram outras pessoas para o convívio e se tem acesso aos restantes espaços. Yago defende que a arquitectura de Palladio não veio romper o entendimento do conceito de ‘hall’ até então, isto é, “[como] núcleo central e espacial invariável”¹²⁴, mas sim uma reconfiguração deste espaço por meio de premissas modernas na sua época.¹²⁵

No Renascimento, através da atribuição de funções específica aos espaços, o ‘hall’ perde a essência funcional, tornando-se num espaço de cariz simbólico, de passagem e ligação a áreas da casa diferentes.¹²⁶ Por conseguinte, é obrigado a adaptar-se a outros usos e a diferentes circunstâncias. Incidindo na Villa Palladiana, Yago Correa refere que:

“[A] casa veneziana típica, tal como a tradicional inglesa, tinha uma grande sala central que ia da fachada até à parte de trás e era usada como local de reunião e acesso às outras divisões. Palladio afirma expressamente esta tradição e acrescenta que tal salão deve ser um vestíbulo de entrada no piso térreo (...).”¹²⁷

121 Correa, Yago Bonet. La arquitectura del humo. 2007. p.43

122 Correa, Yago Bonet. La arquitectura del humo. 2007. p.43

123 Correa, Yago Bonet. La arquitectura del humo. 2007. p.43

124 Correa, Yago Bonet. La arquitectura del humo. 2007. p.85

125 Correa, Yago Bonet. La arquitectura del humo. 2007. p.85

126 Correa, Yago Bonet. La arquitectura del humo. 2007. p.103

127 Correa, Yago Bonet. La arquitectura del humo. 2007. P83

Como se pode constatar, em certos casos, a definição do espaço hall mistura-se com o vestíbulo, sendo que lhe é até atribuído posteriormente o termo ‘entrance hall’ no caso das habitações Neo-Palladianas.¹²⁸ O entendimento que chega à atualidade tem que ver com a aplicação deste termo ao espaço respetivo à entrada nas casas mais modestas da burguesia no pós-revolução industrial na tentativa de aumentar o prestígio dos habitantes da casa.¹²⁹

No século XIX o hall passa a posicionar-se ao lado do vestíbulo, e constitui-se assim como o espaço destinado a receber visitas e adquire a função de espaço social, substituindo o carácter doméstico e de vivência na casa, assimilando-se à separação da área social da área privada na distribuição espacial da casa romana.

Do hall, espaço central e de convergência, chega-se ao pátio, elemento mediador entre o íntimo e o coletivo.

“[A] casa com pátio serviu como termo-chave na sua formulação de um modo de domesticidade que poderia permitir ao sujeito habitar enquanto à deriva, estar em casa em qualquer lugar. Torna-se um dispositivo ou mediador [que] serviu como uma demonstração de uma formulação pós-regional, até mesmo pós-nacional, da arquitetura, uma arquitetura de instabilidade.”¹³⁰

A casa-pátio “é um arquétipo sistemático e versátil”¹³¹ que adquire a capacidade de versatilidade de “usos, formas, tamanhos, estilos e características diferentes.”¹³² Na casa, o pátio configura a relação exterior/interior. Para Bernard Rudofsky, o pátio é “o lugar físico e simbólico onde o sagrado da esfera privada está concentrado.”¹³³ O autor recusa a ideia de que o espaço exterior consiste apenas num espaço para ser admirado do interior. O jardim e o pátio incorporam um grau de importância superior na habitação, completando o interior.

128 Correa, Yago Bonet. La arquitectura del humo. 2007. P103

129 Correa, Yago Bonet. La arquitectura del humo. 2007. P103

130 Non-Pedigreed Architecture: Felicity D. Scott and Marion von Osten in Conversation. P.178

131 Capitel, Antón. La arquitectura del pátio. Editorial Gg, Barcelona, 2005. p.6

132 Capitel, Antón. La arquitectura del pátio. 2005. p.6

133 Guarneri, Andrea B. Bernard Rudofsky: a humane designer. Springer Wien New York, 2002. p.62

Prática de Outros

O Pátio a céu aberto

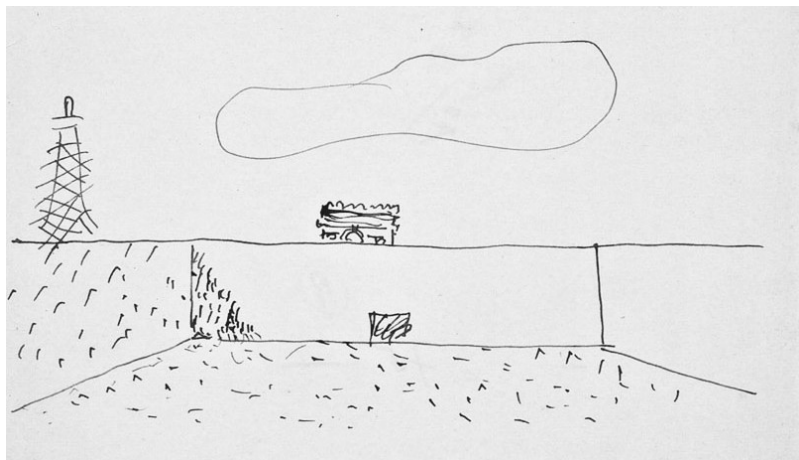


Fig. 39. Esquisso do pátio do Apartamento Beistegui, Paris, Le Corbusier

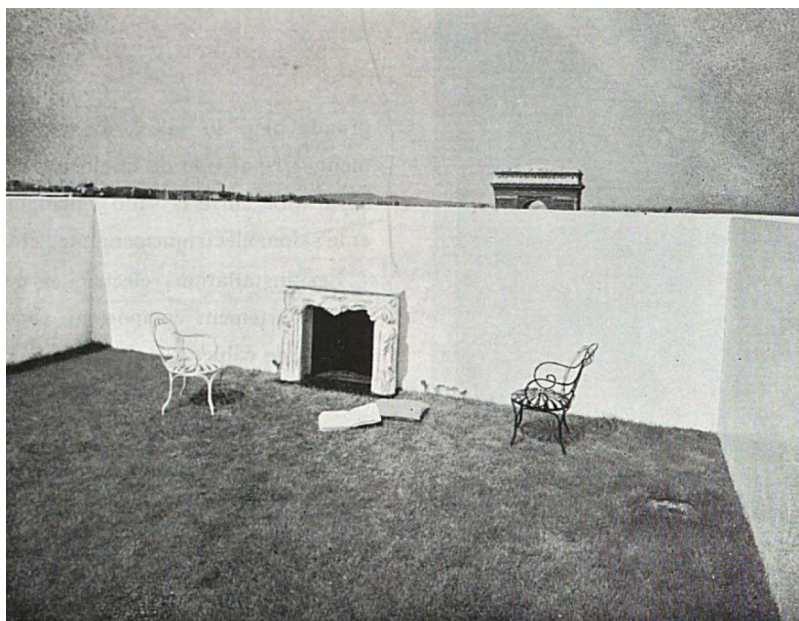


Fig. 40. Pátio do Apartamento Beistegui, Paris, Le Corbusier

Le Corbusier, apesar de partilhar a mesma abordagem do pátio enquanto quarto exterior, ou como este o caracterizava, “chambre à ciel ouvert” (quarto a céu aberto), no terraço que projeta para o apartamento de Beistegui, em Paris, a sua intervenção é distinta da de Rudofsky. O pátio constitui-se como parte integrante de um itinerário do ponto inferior ao superior da casa, que faz com que exista uma descontinuidade entre a cota do interior e o exterior – a sala e o pátio não partilham o mesmo chão. A propósito deste tema, Martí Arís, através das pinturas de Vermeer descreve a proximidade que este retrata nas obras entre o exterior e o interior, e a forma como o primeiro é transposto para o segundo, apesar do seu impacto – a luz, as cores, as sombras, as texturas – vir de fora, mantém “[o] seu carácter exteriorizado. Alguns objetos da sala refratam esta luminosidade que afeta o exterior, como um mapa, um globo, um jarro de água.”¹ No entanto, estabelece a analogia com as janelas modernas altas face ao ‘chão’ que retrata Edward Hopper, onde o exterior não é trazido para o interior, nem se reflete nos objetos e móveis do espaço. Na ótica do autor, esta quebra de trocas entre o interior e o exterior ocorre pelo distanciamento do ambiente interior ao chão e influencia negativamente quem vivencia esses espaços. Fá-los solitários, “[porque] não são acompanhados nem pelo seu presente nem pelo seu chão, porque já não vêm o terreno que o edifício onde estão ocupa, porque já não há nada inocente ou distante ou simplesmente difícil e inexpugnável diante das suas janelas.”²

No terraço do apartamento de Beistegui, Corbusier levanta muros que limitam o espaço nas quatro extremidades e inclui uma lareira centrada num dos muros, acentuando o carácter de uma sala ao ar livre, sem cobertura. O pátio surge na configuração espacial enquanto espaço privilegiado e lugar de introspeção, numa posição superior. “O exterior de uso estacional é extremamente artificializado, afastando-se do solo ou, (...) tal como nas inmuebles-villa, o solo ascende ao céu, uma ascensão que começa no pátio e continua pelo terraço-jardim numa ilusão arquitetónica de grande alcance.”³ Antón Capitel questiona se Corbusier terá pensado nos palácios renascentistas no desenvolvimento deste projeto, uma vez que a sua abordagem preconiza uma simplificação destes ao retirar do pátio a confusão das ‘carruagens’ e “incómodos implícitos” e confiná-los ao piso térreo, deixando o pátio voltado para o céu. Estes arquétipos, aparentemente antagónicos – na casa pátio este provém do sistema claustral, referido por Yago Correa, virado para o interior da casa e a Villa Palladiana aberta para o território – aproximam-se através do seu espaço central, nas Villas Palladianas o Hall, ou o salão, e na Villas de Corbusier correspondente ao pátio.⁴ Esta reflexão acerca destes quatro espaços da casa fez com que se definissem as premissas estruturais do projeto da Casa Resiliente.

1. Santa-María, Luis. El árbol, el camino, el estanque, ante la casa. Arquia/tesis, 2004. p.21

2. Santa-María, Luis. El árbol, el camino, el estanque, ante la casa. Arquia/tesis, 2004. p.21

3. Capitel, Antón. La arquitectura del pátio. Editorial Gg, Barcelona, 2005. p.166

4. Correa, Yago. La arquitectura del humo. 2007. p.166

Casa dos Pássaros romana, Italica

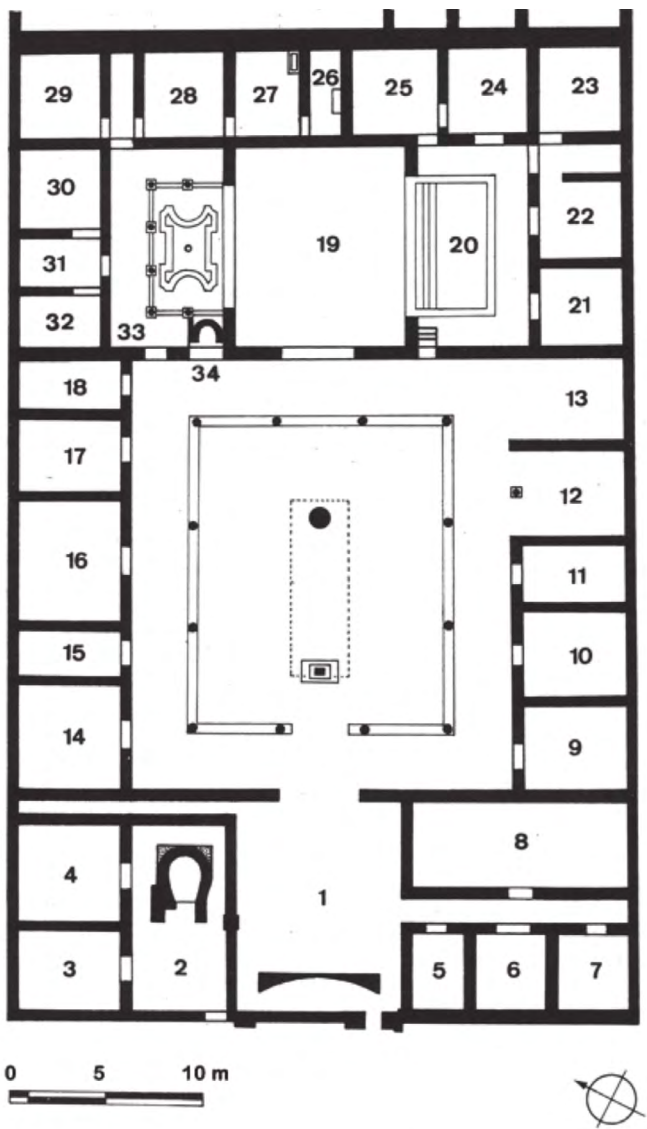


Fig. 41. Casa dos Pássaros, séc. II d. C.

A “herança oriental do habitar”¹ que se materializa na casa romana, não se traduz apenas na disposição dos espaços, mas também na “tendência de se voltarem para o interior”² e para o pátio, sendo as fachadas voltadas para a rua estreitas. O coração da casa – o pátio, peristilo – era o espaço onde se reunia a família, onde se fazia o culto, onde se recebiam visitas - é a partir dele que se acedia aos espaços mais importantes da casa. Marca também a separação entre o domínio privado e social da casa.

A casa fazia a separação clara entre a área respetiva aos homens e à que correspondia às mulheres, ‘gynaecium’. O núcleo familiar romano era constituído pelo paterfamilias³, a sua esposa, os seus filhos e filhas, escravos que os serviam, “algumas dezenas de homens livres, conhecidos como “clientes”⁴. O ambiente da casa romana era bastante social.

A casa romana dispunha-se “longitudinalmente e linearmente através de pátios”⁵, estes variando em número consoante a riqueza e importância da família. O vestíbulo apresentava várias portas e enunciava aos visitantes a riqueza e poder da família.⁶

A Casa ‘dos Pássaros’ de Itálica consiste numa casa de peristilo central, na qual as quatro galerias porticadas e aposentos estão dispostos pelos quatro lados do peristilo⁷. A área extensa da casa exige a abertura de outros pátios para entrada de luz. Na planta da casa, denota-se a entrada disposta numa posição lateral, gerando alguma ambiguidade pelo desalinhamento com o pátio e as galerias. A entrada dá acesso a um vestíbulo de grandes dimensões. Uma vez que a ‘tabernae’, um “estabelecimento comercial”⁸, amplamente aberta para a rua, mas sem qualquer acesso ao interior da casa, pressupõe que o dono da casa alugaria esta divisão para exploração de outrem.

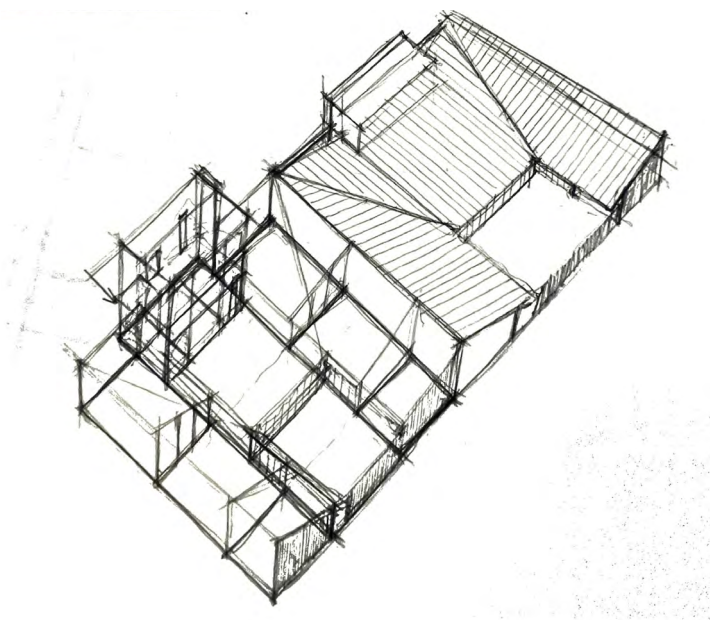


Fig. 42. Esquisso da casa resiliente

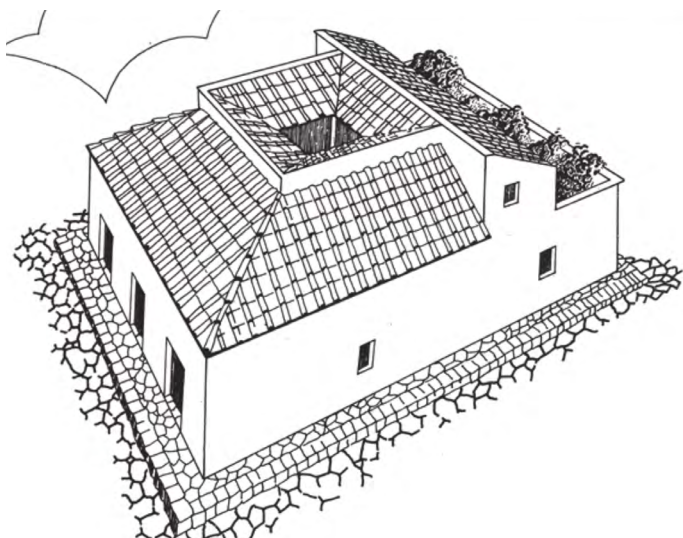


Fig. 43. Reconstituição do que seria o modelo teórico da casa romana do século II e III, Jorge de Alarcão

A entrada, fauces, define um enfiamento na qual estão o peristilo e o 'triclinium', este último com a mesma dimensão da entrada. "O peristilo, bem centrado, tinha doze colunas. O centro seria ajardinado, sob ele, ficava uma cisterna cujas aberturas são perfeitamente identificáveis."⁹ A sala destinada à sociabilidade da casa, onde se organizariam banquetes e momentos de convívio e lazer, distribui-se frente ao peristilo, privilegiando de uma relação visual com este. A organização da casa desenvolvida na dissertação remete, de forma simplificada, para esta casa romana, na qual a sala fica a sala alinhada pelo eixo central do pátio e os espaços – que podem ou não ser quartos – encontram-se nas laterais, formando alas ortogonais a esse espaço exterior que ordena todos ao seu redor. Através deste eixo central que percorre a casa na longitudinal, é perceptível uma composição tripartida. A sala que leva ao nome da casa, encontra-se do lado esquerdo do peristilo, centrada, devido ao seu pavimento com mosaicos que representava várias aves. Este espaço serviria para receber convidados, daí a sua proximidade com a entrada e distribuição pela área social da casa.

A casa pátio romana caracteriza-se principalmente pelas irregularidades da planta devido à tentativa de adaptação às próprias irregularidades dos quarteirões onde esta se implanta. Assim sendo, o pátio é integrado como elemento que estabiliza e recupera a regularidade. Quer isto dizer que o pátio configura a regularidade através dos corredores e quartos.¹⁰ Na Casa dos Pássaros o pátio adquire o papel estruturador da composição através das galerias. Segundo Rapoport¹¹, a configuração espacial da casa grega e romana e o processo de adição de espaços é concretizado através do método de subdivisão do espaço.

1. Martínez, Zaida. Mujeres, casas y ciudades, 2019. p.34

2. Martínez, Zaida. Mujeres, casas y ciudades, 2019. p.34

3. Martínez, Zaida. Mujeres, casas y ciudades, 2019. p.36

4. MURILLO, Soledad. El mito de la vida privada. De la entrega al tiempo propio. Editorial Siglo XXI, Madrid, 1996. p.71

5. Martínez, Zaida. Mujeres, casas y ciudades. 2019. p.36

6. Martínez, Zaida. Mujeres, casas y ciudades. 2019. p.36

7. Alarcão, Jorge de. Introdução ao estudo da casa romana. Coimbra: Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, 1985. p.19

8. Alarcão, Jorge. Introdução ao estudo da casa romana, 1985. p.7

9. Alarcão, Jorge de. Introdução ao estudo da casa romana. 1985. p.19

10. Capitel, Antón. La arquitectura del pátio. Editorial Gg, Barcelona, 2005. p.14

11. Rapoport, A. House Form and Culture, New Jersey: Prentice Hall, 1969. p.36

Villa Palladiana Thiene, Cicogna

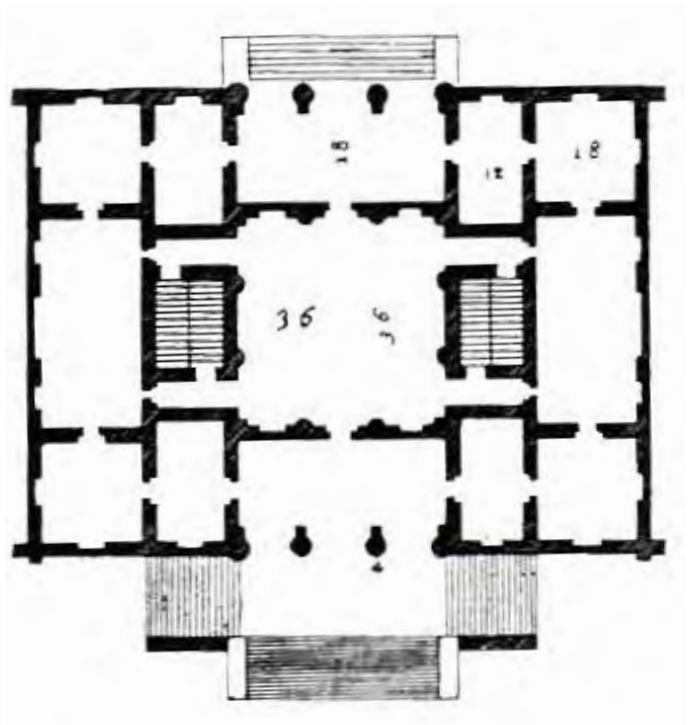


Fig. 44. Villa Thiene em Cicogna, Palladio, 1556-59

Como acima referido, o espaço interior privado, correspondente apenas à família nuclear, surge apenas no final do século XVIII, e a sua manifestação com limites, será conseguida de forma progressiva ao longo dos séculos. Esta condição traduz-se na casa através de espaços que continuam a adquirir “usos confusos e limites difusos”.¹ O Renascimento solidifica a divisão clara dos papéis do género feminino e masculino, atribuindo a cada um o seu lugar na sociedade, sendo o papel do homem destinado ao domínio público e a mulher fica restrita à casa.

“A casa da aristocracia renascentista será a mostra para a construção de uma nova intimidade [...] Nesta casa-palácio, que representaria essencialmente uma nova sociedade urbana, guerreira e comercial, surgiria um dos espaços mais eloquentes desta nova situação e uma metáfora espacial do domínio do homem sobre a mulher. O gabinete ou estúdio é para o homem um último reduto, inacessível no coração da casa.”²

Este foi o primeiro espaço a condensar o significado de privacidade na casa.³

As pinturas desta época representam maioritariamente mulheres no espaço interior doméstico. A mulher aparece a realizar tarefas domésticas, sempre do lado de dentro da janela. Esta “não pode fazer parte do espaço público exterior: a janela não é um limiar a transpor, é um limite, é um ecrã a partir do qual podemos olhar para um mundo ao qual não pertencemos, nem nos pertence.”⁴

Para Palladio, “era mais importante resolver uma estrutura orgânica e coerente do que reproduzir modelos estabelecidos.”⁵ Portanto, esta arquitectura respondia às exigências dos clientes através da aplicação de “chaves “modernas” para a evolução de uma forma de entender e sentir o espaço.”⁶

Segundo Yago Correa, as Villas Palladianas estão vinculadas a uma arquitectura rural, não só associados a uma economia como “[a] formas locais retiradas das existentes.”⁷ Giogio Grassi reflete sobre esta questão, e assinala que estes edifícios de cariz ‘rural’ não refletem a qualidade de excecionalidade, mas sim de naturalidade. Expressam de forma direta uma funcionalidade ligada ao natural, isto é, ao quotidiano e às suas necessidades inerentes, vinculadas ao ciclo da natureza, refletindo assim uma “ideia de ‘função’ muito ampla e geral, capaz de acolher não só usos diversos, mas também significados mutáveis”.⁸ A função de cada espaço não se limita a uma, nem é rígida, e que vai variando consoante a passagem do tempo.

O autor elenca uma analogia e vê proximidades nas casas com pátio e as Villas Palladianas através da sua disposição no ‘alto’, dominando o seu território e de natureza morfológica ‘compacta’. Os espaços da Villa Palladiana são caracterizados pelas passagens completamente alinhadas – que podem ser portas ou janelas – em espaços sociais consecutivos, não mais do que cinco divisões consecutivas, conferindo uma profundidade maior ao ambiente interior. Palladio propõe assim “a sua própria maneira de unir as divisões através de portas entrelaçadas.”⁹ Esta estratégia de “comunicação de passagens”¹⁰, foi conhecida mais tarde pelo termo ‘enfilade’. O facto destes espaços estarem dispostos em função do salão que é o centro – onde se recebia convidados e onde se encontravam para conviver – permitindo o acesso a todos os outros compartimentos.

Na Villa Thiene, dispõe as enfilade ao longo das quatro direções na composição espacial, centrando-as pelo eixo do ‘hall’, “com as implicações em termos de utilização dessas salas e da sua privacidade, e fá-las culminar na paisagem nua”.¹¹

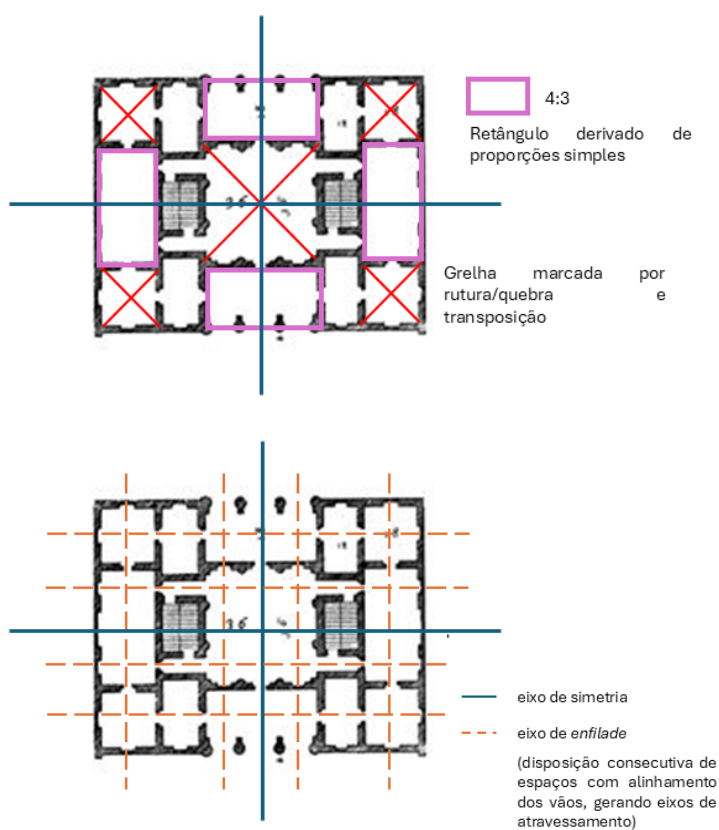


Fig. 45. Esquemas de análise da Villa Thiene, Cicogna

Na tentativa de interpretar o sistema de proporções geométricas, recorreu-se a esquemas de análise que permitiram analisar a complexidade das plantas de Palladio. Denota-se um esquema estrutural concêntrico e hierárquico, que assegura o domínio do centro da composição, de organização tripartida clarificado por linhas de apoio. O sistema de proporções que usa não só denota a manifestação de eixos de simetria como uma grelha clara e precisa de três por cinco que através da disposição das escadas, varia entre a quebra e rutura dessa grelha através da transposição.¹² Ao fazer uma análise da organização espacial, percebe-se que não existem sinais de subdivisão dos espaços, como sucede noutras Villas, como é o caso da Villa Emo (figura acima), subsistindo uma quebra das linhas orientadoras da composição. Estas estratégias prendem-se com o aumento ou redução das áreas dos espaços consoante a sua função. Ackerman descreve “a uniformidade dos esquemas que [Palladio] utiliza nas plantas e alçados: uma composição tripartida com um corpo central construído em torno do eixo de entrada e dois corpos simétricos que o flanqueiam.”¹³

Outro aspeto que difere de outras Villas e que sobressai neste caso de estudo é o facto de Palladio não fazer uso da transposição e quebra para reduzir a largura do vestíbulo, criando um contraste no percurso de entrada na Villa – loggia-vestíbulo-hall – e gerando uma sequência que enfatiza a monumentalidade do hall face aos restantes espaços.

É de realçar os eixos definidos pelos alinhamentos das enfilade de Palladio, nos espaços adjacentes e consecutivos com vãos de passagem perfeitamente alinhados. Palladio estende-os nas quatro direções e desloca-os para o eixo do hall, desafiando os usos dos espaços e como é tida a privacidade. Este conceito possibilita uma versatilidade de usos que tem que ver com o conceito de polivalência, que se transpõe para o projeto.

1. Martínez, Zaida. Mujeres, casas y ciudades. 2019. p.40

2. Martínez, Zaida. Mujeres, casas y ciudades. 2019. p.41

3. Marc Wigley, “Sense títol: l’allotjament del gènere”, en Sexualitat i espai. El disseny de la intimitat, Beatriz Colomina. Barcelona: Edicions UPC, 1997. P. 218 citado em Martínez, Zaida. Mujeres, casas y ciudades. 2019. p.41

4. Martínez, Zaida. Mujeres, casas y ciudades. 2019. p.42

5. Correa, Yago. La arquitectura del humo. 2007. p.80

6. Correa, Yago. La arquitectura del humo. 2007. p.80

7. Correa, Yago. La arquitectura del humo. 2007. p.81

8. Giorgio Grassi, Nota sobre la arquitectura rural em 2c: Construcción de la Ciudad, n. 10, 1977. p.58.

9. Rowe Colin. The Mathematics of the Ideal Villa and other essays. Mit Press, 1982.

10. Rowe Colin. The Mathematics of the Ideal Villa and other essays. 1982.

11. Santiago de Molina: <https://www.santiagodemolina.com/2024/02/puertas-encadenadas.html>

12. Spallone, R., Calvano, M. Experimentos Paramétricos em 5 por 3 Villas de Palladio. Nexus Netw J 24 , 287–313, 2022. <https://doi.org/10.1007/s00004-022-00592-1>

13. Ackerman, James S. Palladio. Harmondsworth: Penguin, 1966. p.125

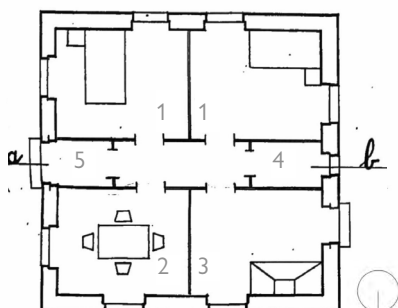
Requerente: D. Julia Ferreira de Castro

Lugar de Cadimbo

Lousora - Feira

Legenda	
1	quartos
2	sala
3	cozinha
4	quarto de banho
5	hall de entrada

Esc. 1:100



planta



alçada principal

Fig. 46. Plantas, cortes e alçados originais da Casa Preexistente



Fig. 48. Fotografia da casa preexistente

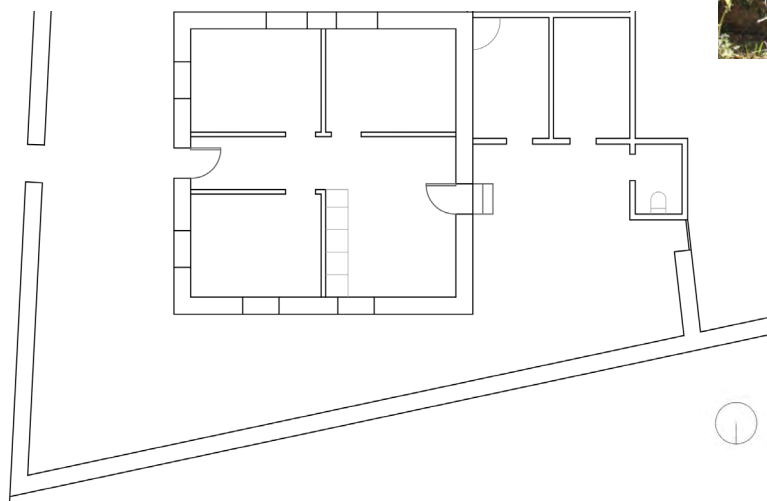


Fig. 47. Planta da Casa Preexistente

A casa preexistente: matriz

No projeto original para a casa preexistente é conseguida uma composição tripartida quando considerado o eixo que gera simetria posicionado no ponto central da faixa central transversal. A largura da faixa central é menor que as laterais, e estas são da mesma dimensão. Na faixa central estão reservados os espaços casa de banho e entrada em pontas opostas, no centro dispõe-se os espaços através da qual é feita a distribuição para os restantes espaços e que representa o ponto central da composição espacial. Estes apresentam dimensões iguais, não havendo assim distinção entre espaços privados e espaços sociais. Sugere assim questões de versatilidade na liberdade de uso dos espaços. No entanto, os espaços supostamente designados para a cozinha e a sala estão orientados a Norte e os quartos a Sul.

A planta originalmente projetada para a casa, na sua aplicação prática, sofreu alterações, nomeadamente a casa de banho, que passa a estar num volume exterior ao núcleo original. Derivada desta alteração, a cozinha perde a parede que a separava da casa de banho, fazendo com que se perdesse a leitura de composição que se pretendia inicialmente. Foram acrescentados na área adjacente à casa mais dois espaços. Um deles destinado à ocupação do fogão a lenha e o outro para o armazenamento de palha para alimentar os animais. A composição da casa alterou-se completamente, formando assim um conjunto de volumes que organizam um pátio.

Porém, é através da disposição preexistente que o pátio passa a ser um tema fundamental para o desenvolvimento do projeto para a Casa Resiliente. Serve também de mote fazer a transição de habitação coletiva de alta densidade que consiste num edifício de exceção neste lugar para habitação de custos controlados de baixa densidade, que se articula e dá continuidade ao tecido habitacional existente de morfologia predominantemente horizontal.

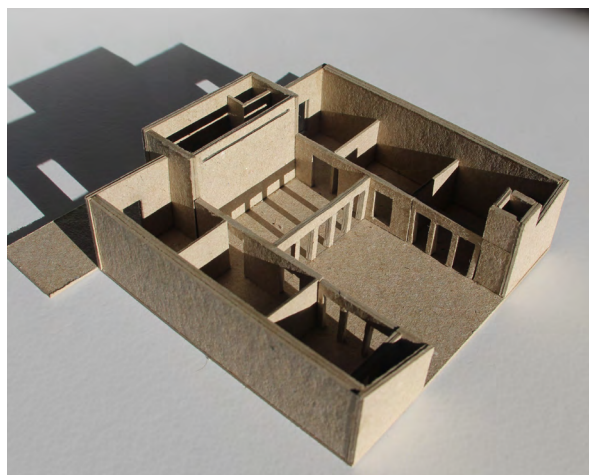
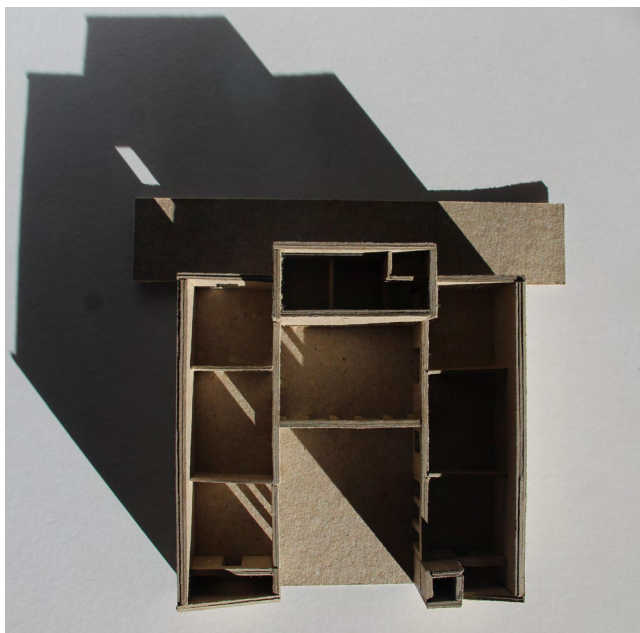


Fig. 49. Fotografias da maquete da Casa, escala 1:150

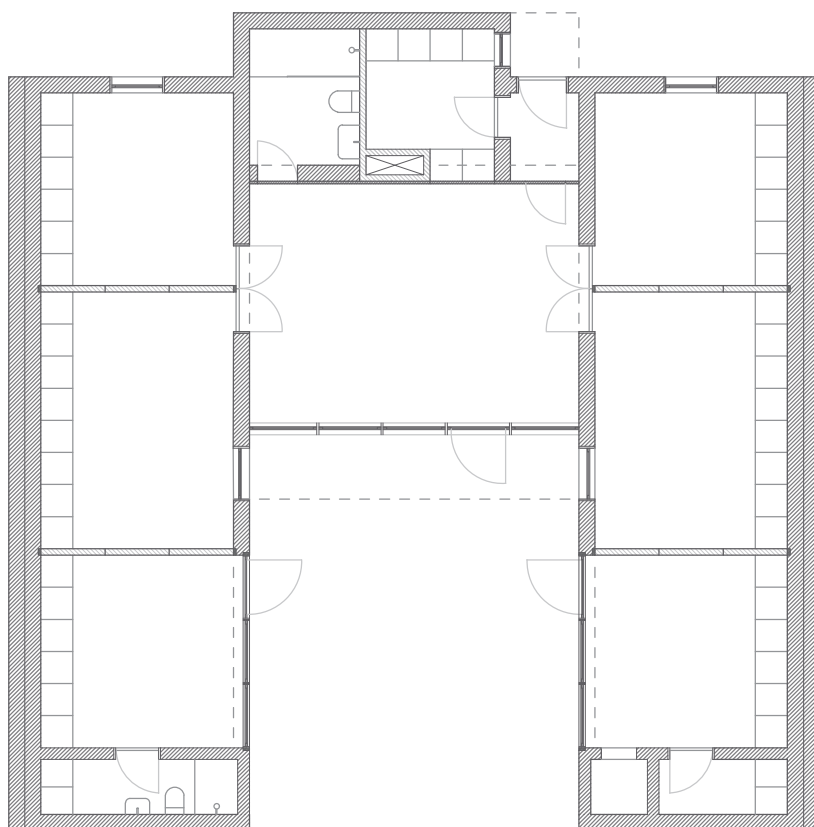


Fig. 50. Planta da Casa, escala 1:100

A Casa resiliente: proposta

No desenvolvimento da Casa Resiliente, recorreu-se a referências durante este processo que reunissem proximidades projetuais e afinidades matriciais. São destacadas a Casa dos Pássaros, Romana, a Villa Thiene, de Palladio e a Casa preexistente que representa igualmente uma referência e um ponto de partida para o projeto. Estes casos de estudo têm em comum as premissas de um jogo de centralidades, simetria complexa, matriz em grelha com ajustes e valores de composição semelhantes.

Tratando-se de habitações de baixa densidade, desenvolvidas num piso térreo, foi necessário o tratamento do espaço privado-público associado à casa e um contrabalançar de questões de privacidade. A célula base organiza-se através de uma grelha na qual os espaços se distribuem por três faixas, ou seja, uma composição tripartida – infraestruturas dispostas na faixa central, e espaços com as mesmas dimensões nas laterais. Consiste assim num sistema de dimensões que configura o esquema “a – b – a”.

Configuração espacial

George Nelson e Henry Wright introduzem o “espaço sem nome”¹³⁴ à configuração que assumem como tradicional da casa. Este, reflete sobre a fórmula vinculada/fincada à organização padrão dos espaços da casa, que se reduzem à classificação ‘cozinha, sala, quarto’ - que era suposto proporcionar ao agregado familiar todos os espaços essenciais à vida e desta forma suprir todas as necessidades básicas. Todavia, esta padronização só carece de um aspeto: o ato de efetivamente viver. Visto que as pessoas não são animais nem máquinas, não foram feitas para estar numa ‘gaiola’ com uma apropriação e vivência limitada. Esta proposta de inclusão de um espaço extra no padrão limitativo tradicional surge da necessidade de “espaço para receber pessoas de forma despreocupada”¹³⁵, e onde se pudesse encontrar um refúgio, onde se pudesse estar à vontade a não fazer nada em específico ou a fazer qualquer coisa sem medo de estragar os móveis¹³⁶ e que possa adquirir diversos usos. Por conseguinte, a inexistência de corredor na distribuição para os espaços da casa faz com que o espaço central adquira uma outra dimensão e definição, tornando-se num espaço que não serve apenas de passagem ou distribuição para os restantes cómodos. A sua dimensão aumenta exponencialmente dando lugar a múltiplas funções. Corresponde ao espaço central que liga todos os outros e ao ‘pátio interior’ por estar contíguo a este.

¹³⁴ Nelson, George; Wright, Henry. *Tomorrow's house: a complete guide for the home-builder*. Ulan Press, 1945. p.76

¹³⁵ Nelson, George; Wright, Henry. *Tomorrow's house*, 1945. p.77

¹³⁶ Nelson, George; Wright, Henry. *Tomorrow's house*, 1945. p.79

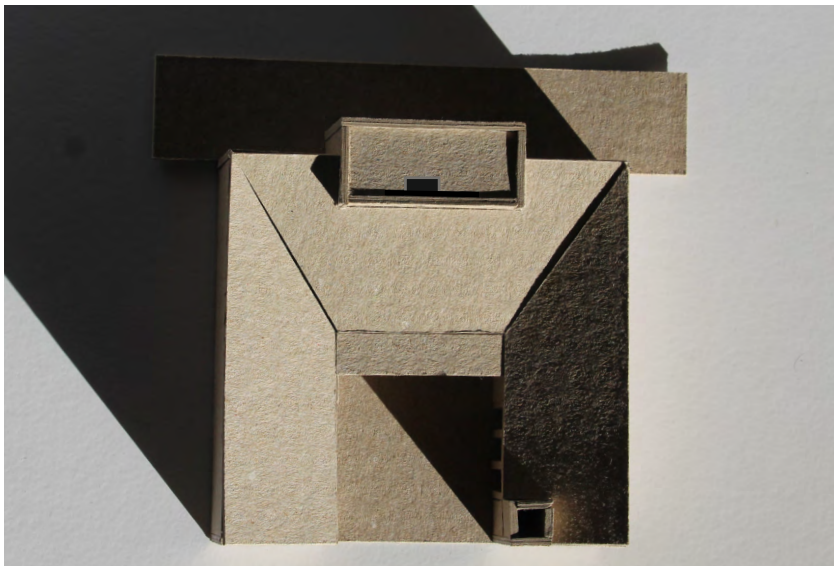


Fig. 51. Fotografias da maquete da Casa, escala 1:100

Incorpora o conceito de ‘espaço sem nome’ da habitação, onde as pessoas podem ser elas mesmas e que pode adquirir versatilidade de uso. Os dispositivos, como os painéis móveis e o conceito de polivalência dos espaços nas alas laterais permitem alterar a apropriação do espaço sem mudar a estratégia base, ou seja, a ‘espinha dorsal’ e o ‘esqueleto’ da casa.

No livro *Casa Collage*¹³⁷ é abordada a questão da indefinição do uso dos espaços e como foi tema de discussão para arquitetos da Europa central. Aponta que este modo de projetar os espaços domésticos apareceu durante o século XIX em casas de renda acessível. A função dos espaços não é definida, permitindo que os habitantes o façam na sua apropriação.

Questiona-se a função do corredor na composição da casa, que serve em muitos casos apenas para passagem, fazendo com que não tenha outro uso que não servir outros espaços, e na qual, muitas vezes, o quarto é concebido apenas como uma “caixa sem saída, apenas com uma porta”¹³⁸. No entanto, este pode, através dos elementos como portas e da sua distribuição e carácter, estender-se e estar contíguo a outros espaços – isto faz com que a casa seja uma agregação de espaços e não uma subdivisão. Pensar na configuração espacial da habitação apenas como a junção de peças úteis pode consistir numa visão redutora da casa. O corredor consiste num espaço que é quase evitado, não sendo usado pelos indivíduos porque o querem, mas apenas porque precisam de o percorrer para chegar a espaços onde podem estar e existir, habitar.

O predomínio da sala sobre todos os outros espaços da casa pressupõe uma solução para “famílias tradicionais durante um período das suas vidas - compreendido entre o nascimento e emancipação dos filhos”¹³⁹, não respondendo às necessidades de todos os modelos familiares e a todas as fases da vida. A ânsia por resolver estes problemas pode gerar ambiguidades das peças da casa, no seu “tamanho, na posição que ocupam e nas relações entre si”¹⁴⁰. Pressupõe, por conseguinte, a necessidade da dissolução de uma hierarquização dos espaços. Expressa-se um debate sobre as dimensões pré-definidas para cada uso, como por exemplo os quartos serem menores que a sala. O facto de os espaços nas faixas laterais terem todos a mesma dimensão faz com que não haja uma hierarquização e que estes se tornem polivalentes. Apesar da composição se aproximar a uma configuração concêntrica, é possível constatar a inclinação para uma policentralidade.

137 Fuertes, Pere; Monteys, Xavier. *Casa Collage*, 2014. p.56
138 Fuertes, Pere; Monteys, Xavier. *Casa Collage*, 2014. p.56
139 Fuertes, Pere; Monteys, Xavier. *Casa Collage*, 2014. p.56
140 Fuertes, Pere; Monteys, Xavier. *Casa Collage*, 2014. p.52



A. Bad Example



B. Good Example

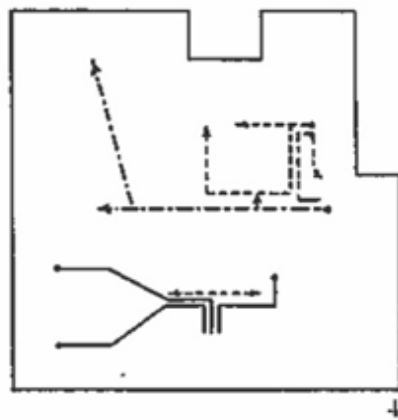
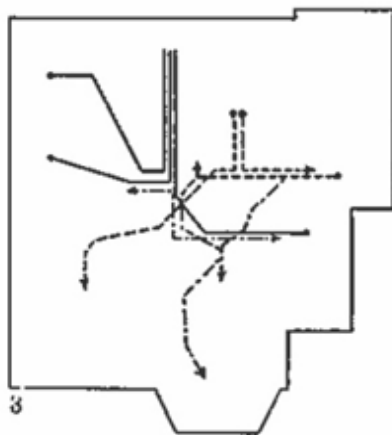


Fig. 52. Casa Funcional, Alexander Klein

Chega-se à reflexão de que ao dar destaque dimensionalmente a um compartimento central, não só se valoriza automaticamente os restantes espaços por lhe ser atribuído um carácter diferente, como se possibilita uma versatilidade de apropriações. Isto é, a não-hierarquização não implica uma uniformização absoluta. Paradoxalmente, a flexibilidade exige certos limites para ser efetiva. Um espaço totalmente indiferenciado corre o risco de se dissipar funcionalmente, perdendo a força ao ‘ser tudo’, pois transforma-se em ‘nada’. Por conseguinte, o espaço central adquire uma ampliação face aos restantes compartimentos enquanto núcleo central. Esta variação materializa o conceito ‘hall’ anteriormente discutido e torna este compartimento num espaço-charneira onde se articulam as várias tonalidades do habitar: ponto de encontro, convívio, descanso, comer, trabalhar de circulação.

O conceito “Wohnung für das Existenzminimum”, reivindicado no segundo encontro dos CIAM¹⁴¹, em 1929, para permitir o acesso a habitação digna e com condições de habitabilidade às classes trabalhadoras e que reúne uma síntese da casa burguesa e habitação operária, orienta-se para uma visão mais individualista, contrariando formas diversificadas de atuação na arquitetura da casa. Procurou-se reconfigurar a unidade familiar, que através de novas tipologias habitacionais se pretendia criar o ‘homem-tipo’ e consequentemente ‘famílias-tipo’. Alexander Klein é uma das figuras centrais deste movimento. Com o intuito de chegar às proporções ideais, tanto de cada espaço como do conjunto geral, levou a cabo estudos acerca das dimensões mínimas dos espaços domésticos, das circulações das pessoas na casa e das proporções gerais. De forma a alcançar uma circulação mais otimizada, propôs uma reorganização dos espaços da casa através da divisão da casa em dois binómios: binómio lavar/dormir e binómio cozinhar/comer. Através da determinação exata de percursos mecanizados, o atrito dos habitantes era igualmente reduzido, evitando deslocações desnecessárias. Do ponto de vista funcional, é mais eficiente viabilizar uma separação entre os espaços na casa que são maioritariamente usufruídos de noite e os espaços dia, ou a determinação dos espaços tendo em conta as atividades domésticas a eles designados e as dimensões que estas necessitam. Ainda assim, fazendo a ponte para a realidade atual, a procura pelo equilíbrio entre a individualidade e convivência das pessoas que partilham a casa é determinante para as relações interpessoais do núcleo familiar. A tentativa de definição objetiva e individualista segundo “[o] binómio forma-função, procede-se a uma abstracção dessa relação, reduzindo-se a vida a um conjunto de necessidades determináveis a serem satisfeitas pelo espaço. A função da Architectura é assim reduzida a uma função utilitária.”¹⁴²

141 Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna.

142 Barreiro da Silva, André Correia. A organização interna da casa: Entre a rigidez e as possibilidades funcionais na habitação. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2013. p.10

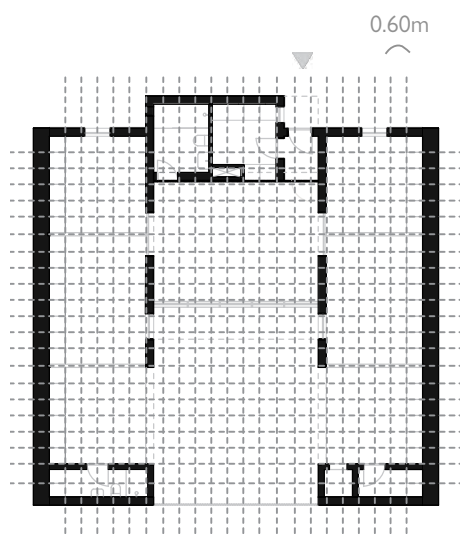


Fig. 53. Planta esquemática da Casa, grelha compositiva

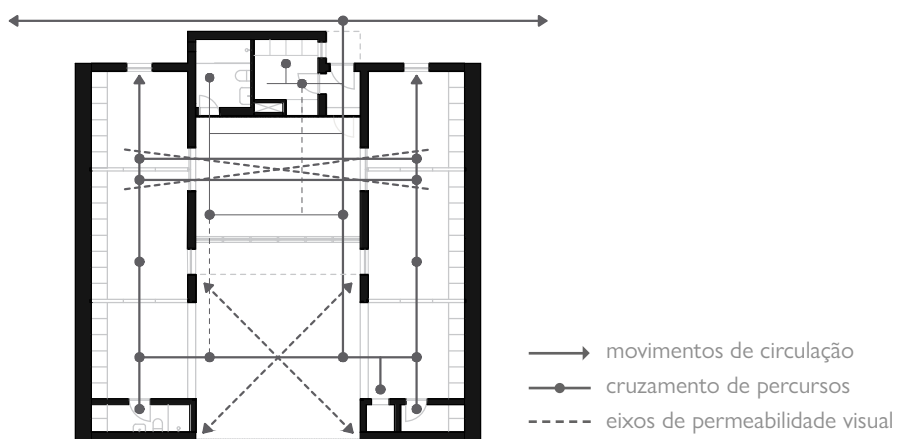


Fig. 54. Planta esquemática da Casa, circuitos e permeabilidades

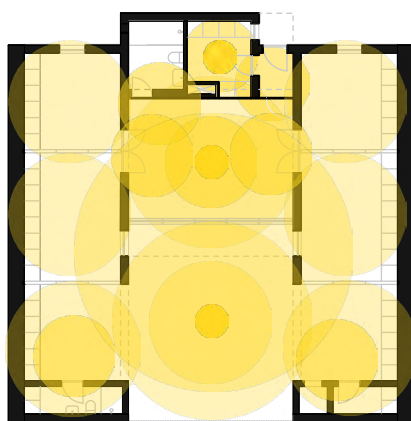


Fig. 55. Planta esquemática da Casa, áreas de maior cruzamento e intensidade de uso

Portanto, esta regulamentação assente numa padronização para responder a questões de salubridade, eficiência no século XX, revela-se insuficiente em momentos atuais “[de] diversidade demográfica, de redefinição dos modelos de convívio ou de tendência para a individualização na apropriação dos espaços.”¹⁴³

A separação de áreas na casa pode gerar um distanciamento entre os indivíduos, e por essa razão procura-se encontrar outras soluções que assegurem o meio termo. Caso contrário, os habitantes tornam-se meros utilizadores já que o desenho dos espaços é um reflexo direto das necessidades e exigências funcionais quotidianas. “[A] pré-determinação funcional, informada pela previsão de usos [, leva a uma rigidez funcional] quando a vida não cumpre a previsão.”¹⁴⁴ Como é que a vivência do ser humano que é imprevisível pode ter espaço numa configuração da casa rígida, padronizada e pré-definida, e sendo assim, previsível?

Partindo da permeabilidade transversal, tema que é discutido na Casa Funcional de Alexander Klein, no projeto da Casa Resiliente é trabalhada sob a forma de retaliação, dado que os binómios diurno e noturno se misturaram, o que faz com que haja cruzamento premeditado das pessoas da casa. Não existe o dimensionamento dos espaços tendo em conta a previsão da sua função, estes têm todos a mesma configuração.

Flexibilidade: estratégias e dispositivos de desenho

Tatjana Schneider e Jeremy Till defendem que a casa aplica estratégias de flexibilidade desde a arquitetura doméstica primitiva, através do uso de materiais perecíveis nas estruturas. No segundo encontro dos CIAM, de mãos dadas com as ponderações acerca do Existenzminimum, surge o conceito de flexibilidade e questionam-se os seus limites, condições e manifestos. É discutida como solução para resolver os desafios na habitação de dimensões controladas e otimizadas.

Schneider e Till refletem sobre as necessidades e razões que levam ao recurso da flexibilidade na habitação. Podem distinguir-se premissas pessoais, por questões de expansão da família, práticas, por certas limitações físicas da faixa etária idosa e tecnológicas com surgimento de inovações e da sua aplicação.¹⁴⁵

¹⁴³ Falagán, David H. Flexibilidad e igualdad de género en la vivienda. *Qüestions d'Habitatge*, número 22, 2019. p.13

¹⁴⁴ Barreiro da Silva, André Correia. *A organização interna da casa*, 2013. p.10

¹⁴⁵ Schneider, Tatjana; TILL, Jeremy. *Flexible housing*. Routledge, 1st edition, 2007. p. 13

De certa forma, “[a] sociedade dinâmica passa por várias estruturas familiares ao longo do seu ciclo de vida”¹⁴⁶ e cada ‘grupo doméstico’¹⁴⁷ apresenta necessidades distintas e essas necessidades vão-se alterando ao longo do tempo, fazendo com que a flexibilidade seja uma estratégia de retaliação face à obsolescência da casa e com que esta encontre soluções para que esteja em adaptação constante e contínua. As razões que apontam para a necessidade de alteração dos espaços da casa prendem-se com questões demográficas, devido ao aumento ou diminuição das pessoas da casa, económicas, relativas ao aumento do mercado de arrendamento e ambientais, pela necessidade de adaptação a mudanças climáticas.¹⁴⁸

Os dispositivos de flexibilidade permitem que se premeditem e concretizem alterações pós-ocupação na casa por parte dos habitantes, assim como a capacidade de a ajustar e adaptar ao longo do tempo e de forma mais económica e sustentável, sem destruir a estrutura do edifício. Esta premissa tem origem no conceito de Support and Infill de Habraken, priorizando a ocupação e os usos dos espaços em detrimento das condições formais da arquitetura.¹⁴⁹ Habraken critica uma arquitetura repetitiva e massiva do pós-guerra, submetendo o habitante à adaptação de condições espaciais que lhe eram impostas e fazendo com que este nunca conseguisse ter poder de decisão e influência sobre o seu ambiente doméstico. Partindo da consciência de que o habitante e a habitação não podem ser pensados em separado, no sentido em que se influenciam mutuamente, Habraken propõe uma abordagem a partir da qual a adaptação se tornaria uma ferramenta para potenciar uma maior liberdade de apropriação do habitante à habitação. Divide os edifícios em dois grupos: os “componentes de longa duração que constituem a estrutura e os componentes de curta duração que respondem às necessidades individuais e podem ser modificados sem prejudicar a integridade global do sistema.”¹⁵⁰

Por outro lado, Robert Venturi acredita que a sala multifuncional é a estratégia que melhor responde às necessidades de flexibilidade da arquitetura. Refere que os espaços passaram a ter funções específicas a partir do século XVIII e, no seu entendimento, a flexibilidade deve materializar-se no espaço que é mais genérico que específico, com móveis removíveis, permitindo assim uma flexibilidade preceptiva ao invés de física que transforma o espaço através de paredes divisórias amovíveis.

¹⁴⁶ Montaner, J. M. Flexibilidad arquitectónica e igualdad de género en la vivienda colectiva. *Questions d'Habitatge*, número 22, 2019. p.3

¹⁴⁷ Ramos, Rui Jorge Garcia. A casa: arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português. FAUP Publicações, 2010.

¹⁴⁸ Schneider, Tatjana; TILL, Jeremy. *Flexible housing*. Routledge, 1st edition, 2007. p. 14

¹⁴⁹ Falagán, David H. *Flexibilidad e igualdad de género en la vivienda*, 2019. p.11

¹⁵⁰ Martín, C. *Towards flexible and industrialised housing solutions*. Re-dwell, MSCA – ITN, 2023

Desta forma, a primeira estratégia permite “a robustez e permanência ainda necessárias no edifício.”¹⁵¹ A favor de que a “ambiguidade válida promove uma flexibilidade útil.”¹⁵², defende que um espaço “pode ter várias funções ao mesmo tempo ou em tempos diferentes.”¹⁵³ Venturi refere que Kahn reconhece as complexidades mutáveis de funções específicas, e que o consegue diferenciando os espaços por meio de uma hierarquização destes, através da sua dimensão e qualidade, sendo assim designados e divididos por espaços de serviços e os espaços principais, espaços direcionais e não-direcionais.¹⁵⁴

Na visão da estudante, existem Estratégias de flexibilidade – adaptabilidade, polivalência e evolutividade – e Dispositivos espaciais que desenvolvem e potenciam essas tipologias. O conceito Adaptabilidade relaciona-se com a capacidade do espaço se ajustar ou de se apropriar a algo, a qualquer função e uso ou alguém, fazendo uso de dispositivos espaciais; a aplicação do termo polivalência tem que ver com o desempenho de várias funções ou utilidade diferentes no mesmo espaço associado a espaços não-hierarquizados e de uso indefinido; e a evolutividade associa-se à qualidade de ser susceptível à evolução para além do espaço pré-definido.¹⁵⁵

No entanto, há autores que defendem que a adaptabilidade é o conceito que corresponde ao espaço que se pode adaptar a outras funções, por exemplo, uma habitação que se transforma num edifício comercial, e flexibilidade, característica do que é versátil, que se altera para acomodar várias funções sem alterações estruturais. Por assim dizer, pondera-se o distanciamento das estratégias de atuação de cada um destes conceitos. A título de exemplo, Schneider e Till fazem a clara separação entre estes dois termos, designando que a adaptabilidade engloba a polivalência devido ao seu potencial de adquirir diferentes usos no mesmo espaço, sem modificações físicas e através da possibilidade da alteração de padrões de circulação, organização e designação de espaços. A flexibilidade “é conseguida através da alteração do tecido físico do edifício”¹⁵⁶, através da alteração de uma divisão, aumentando-a, unindo-a a outra, movendo paredes. Viabiliza alterações temporárias - deslizar uma parede - e permanentes - modificação de uma divisória interna. Steven Groák acrescenta que adaptabilidade traduz a capacidade de diferentes usos sociais e a flexibilidade de diferentes configurações físicas do espaço.¹⁵⁷

151 Venturi, Robert. *Complexity and Contradiction in Architecture*. Museum of Modern Art, New York, 1977. p.40

152 Venturi, Robert. *Complexity and Contradiction in Architecture*, 1977. p.39

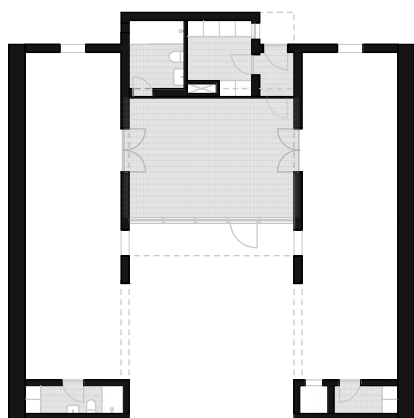
153 Venturi, Robert. *Complexity and Contradiction in Architecture*, 1977. p.39

154 Venturi, Robert. *Complexity and Contradiction in Architecture*, 1977. p.39

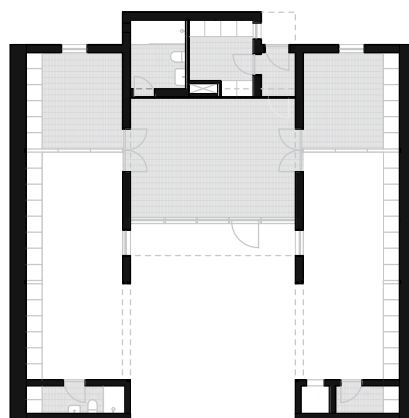
155 Definições baseadas no site Infopédia: Dicionários Porto Editora. <https://www.infopedia.pt/>

156 Schneider, Tatjana; TILL, Jeremý. *Flexible housing*. Routledge, 1st edition, 2007. p. 14

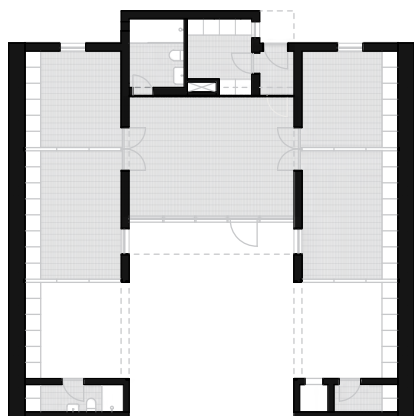
157 Groák, Steven. *The Idea of Building: Thought and Action in the Design and Production of Buildings*. London: E & FN Spon, 1992.



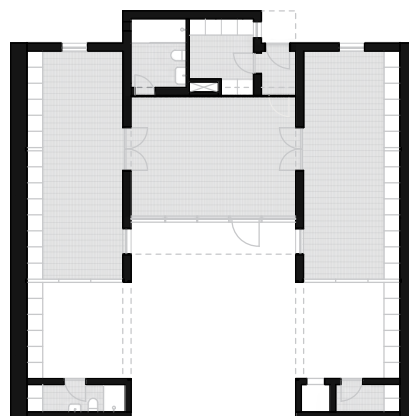
Ocupação mínima



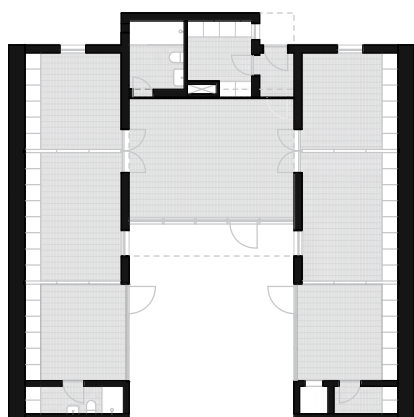
1º nível de ocupação



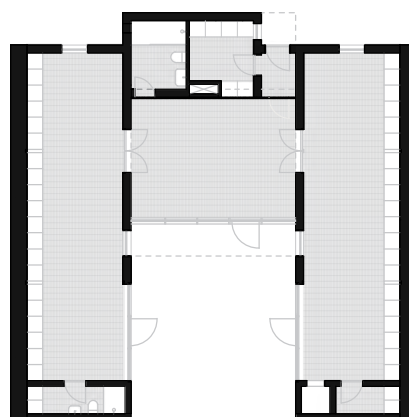
2º nível de ocupação com o espaço dividido pelos painéis



2º nível de ocupação



3º nível de ocupação com os espaços divididos pelos painéis



3º nível de ocupação

Fig. 56. Possibilidade de ocupação da Casa em planta



Variação mínima



1º nível de ocupação



2º nível de ocupação



3º nível de ocupação

Fig. 57. Possibilidade de ocupação da Casa em maquete

Voltando às reflexões a que se chegou com esta investigação, as Estratégias que se definiu como essenciais para a habitação flexível estão englobadas no termos Flexibilidade, que se considera mais abrangente e aberto, e apresentam elementos de desenho sincrónicos ou diacrónicos. São descritos como sincrónicos o carácter de fenómenos considerados num dado período, correspondendo a um átrio, um pátio, uma porta, um vão. Apelidam-se diacrónicos os elementos de transformação tendo em conta a sua evolução ao longo do tempo, incorporando todos os componentes desdobráveis e mutáveis, como uma parede e um móvel (cama, armário, painéis que formam uma parede). Verificam-se formas de alteração do espaço mais ou menos evasivas e com transformação feita a curto ou longo prazo. Hertzberger, ao investigar sobre a estratégia de desenho ‘polivalência espacial’ e o conceito espaço-tempo, alega que

“O plano flexível parte da convicção de que não existe uma solução definitiva, pois o problema a resolver encontra-se em constante transformação. [...] Um sistema que permanece flexível, precisamente pela mutabilidade dos elementos que nele devem ser integrados, resultaria numa solução neutra para questões específicas, mas dificilmente na mais pertinente ou adequada...”¹⁵⁸

No projeto privilegia-se o desenvolvimento do conceito de polivalência, pois permite que os limites dos espaços estejam definidos e a conversão a usos diferentes consoante a necessidade, ou seja, preconiza-se liberdade de apropriação controlada, no sentido em que as alterações se possibilitam dentro dos limites pré-estabelecidos. Integram-se “espaços complementares polifuncionais, identificáveis com uma utilização que possa evoluir ao longo da vida útil do edifício. Neste sentido, recomenda-se também que os espaços exteriores próprios [...] tenham dimensões adequadas para serem utilizados como espaços habitáveis.”¹⁵⁹ Os espaços polivalentes que se dispõem nas laterais transversais conciliam-se com um sistema de painéis móveis que permitem a extensão dos espaços e faz com que se tornem num só ou se dividam e formem outros. Estes apresentam dimensões de 2,8m de altura, 1,20m de largura e 0,12m de espessura e são compostos por placas de gesso cartonado em cada face, dois núcleos de poliuretano e um núcleo central em lã mineral. O seu miolo em lã mineral integra três montantes de alumínio e é disposto entre dois painéis com barreira de vapor. Os painéis são de encaixe macho-fêmea.

De certa forma, a flexibilidade está aliada à tentativa de rompimento com a divisão dos papéis de género nos espaços, que pode ser conseguida

¹⁵⁸ Hertzberger, Herman. Lições de arquitectura. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
¹⁵⁹ Falagán, David. Flexibilidad e igualdad de género en la vivienda, 2019. p.53

através da desconstrução da dicotomia entre espaço coletivo e privado.¹⁶⁰ De forma a contrariar a desigualdade de género nos papéis e tarefas domésticas é aconselhável que:

“[A] cozinha esteja numa posição central e visível, não relegada e fechada, e deve permitir o trabalho colaborativo entre várias pessoas da família, tornando visíveis e partilháveis as tarefas domésticas. Na prática, isso implica que o projeto da casa tenha em conta todo o ciclo da roupa e a previsão de locais para a sua manutenção; que cada um dos membros da unidade familiar tenha o seu próprio espaço; e, além disso, que haja espaços adequados para arrumação.”¹⁶¹

Tendo esta premissa em vista, a cozinha está numa posição estrategicamente central, disposta entre a casa de banho e a entrada. Através dos móveis modulares que incorpora, ao desempenhar o papel duplo de armário e ‘janela’, quando abertos, permitem uma relação visual direta com o espaço central da casa. Um dos elementos do espaço doméstico que serve como dispositivo na configuração dos espaços é o mobiliário. Destacam-se dois tipos de mobiliário, o convencional, que se destina a atividades quotidianas, como mesas e cadeiras, e o arquitetónico, que consiste em móveis que dividem e separam o espaço.

“[O] destino do ser humano é grande e mutável, e não só do Homem mas de todas as coisas pequenas e grandes de que se gosta de rodear”¹⁶²:

“[Os] móveis, e a todos os objetos que acompanham a vida de um ser humano, de uma família, de várias gerações. O ser humano passa e o móvel permanece: permanece para recordar, para testemunhar, para evocar a quem já não está, às vezes para desvendar alguns segredos, que o rosto do ser humano, o seu olhar e a sua voz ocultam(...)”¹⁶³

Os móveis modulares na casa, associados ao sistema de flexibilidade, surgem como elementos que conferem continuidade às faixas laterais da composição. Acompanham longitudinalmente os espaços das alas de forma a servir de armazenamento para a casa, homogeneizando os espaços contíguos tornando-se num só quando os painéis se retiram.

160 Montaner, J. M. Flexibilidad arquitectónica e igualdad de género en la vivienda colectiva, 2019. p.5

161 Montaner, J. M. Flexibilidad arquitectónica e igualdad de género en la vivienda colectiva, 2019. p.5

162 Alberto Savinio: Fuertes, Pere; Monteys, Xavier. Casa Collage. 2014. p.17

163 Alberto Savinio: Fuertes, Pere; Monteys, Xavier. Casa Collage. 2014. p.17

Não obstante a incorporação de uma variedade de possibilidades de níveis de apropriação (limitada), a casa mantém a sua ‘espinha dorsal’: as paredes estruturais que formam o recinto. A sua identidade não é comprometida pelas transformações pela qual a casa passa. Através de espaços que a estruturam – o quarto, o hall, o espaço de fumo e o pátio – da sua relação entre si e dos dispositivos de desenho de flexibilidade que incorporam – painéis móveis, móveis modulares, portas – a casa explora tentativas de ser resiliente, inclusiva e identitária de quem a habita.

Ao desenvolver estratégias como a indiferenciação dos compartimentos e polivalência, a ausência de hierarquizações, a permeabilidade espacial, percebeu-se que a liberdade de apropriação sem limites pré-estabelecidos não é liberdade, no sentido em que condiciona por si só qualquer apropriação. Para que a casa se transforme de acordo com as necessidades que vão surgindo, deve adotar princípios inquebráveis. Desta forma, identificar padrões de circulação e de atividades domésticas, bem como os possíveis usos dos compartimentos, torna-se indispensável durante o processo de estruturação da casa.

A organização espacial da casa pretende que esta acompanhe ciclos de vida e práticas quotidianos de modelos familiares distintos, que incorporam várias realidades sociais e etárias.

Considerações finais

No momento de concluir a dissertação, consolidou-se que os temas sob os quais gravitou – a casa e o habitar – constituem-se como centrais desta dissertação e da reflexão sobre a prática arquitetónica.

Durante o processo de desenvolvimento do projeto, demonstrou-se que a dicotomia tradicional entre habitação unifamiliar e plurifamiliar constitui-se como insuficiente para o desenvolvimento e definição de propostas que privilegiam a dimensão humana e social. Morfologicamente trata-se de habitação unifamiliar de casas-pátio em banda, porém, no campo socioespacial, corresponde a habitação plurifamiliar organizada em casas-pátios por volumes de baixa densidade. O projeto explorou uma condição intermédia entre estas duas categorias, propondo uma tipologia de habitação coletiva de baixa densidade organizada em unidades autónomas que permitiu articular a intimidade com a comunidade. O maior desafio apresentado fixou-se no encerramento do projeto, por se tratar de um exercício que tanto motiva a experimentação das várias possibilidades, apesar de se ter chegado ao momento de decisão da proposta apresentada. Certamente se irá voltar a este projeto, como inspiração para outros que virão ou para dar continuidade ao trabalho que aqui se começou.

Compreendeu-se que o desafio mais relevante ao desenvolver a casa reside na qualidade das relações que os espaços promovem, entre si, entre as pessoas e com estas. O espaço público e os espaços intermédios revelam-se essenciais para regenerar laços sociais e devolver à comunidade o sentimento de pertença e identidade das pessoas que a constituem. Da mesma forma, a natureza - presente nas árvores, nos pátios e nos vazios - foi entendida como elemento de equilíbrio, cura e conexão.

Esta dissertação considerou a casa ato de reconciliação: entre o vestígio do que foi e o novo, entre o interior e o exterior, entre o íntimo e o partilhado, entre o chão duro e a terra, entre o eu e o outro. Termina-se na expectativa de que o contributo desta dissertação reforce, numa era de individualidade, o contínuo potencial da comunidade e dos espaços partilhados.

Referências Bibliográficas

Ackerman, James S. Palladio. Harmondsworth: Penguin, 1966.

Alarcão, Jorge de. Introdução ao estudo da casa romana. Coimbra: Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, 1985.

Arendt, Hannah. A condição humana. Relógio d'Água, 2001.

Arís, Carlos Martí. Llocs públics en la natura. Universitat de Girona. Servei de Publicacions, 2009.

Barreiro da Silva, André Correia. A organização interna da casa, 2013.

Berger, John. Páginas de la herida. Visor Libros, S. L., 1995.

Bernard Rudofsky. A Humane Designer. BOCCO, Andrea. 2003.

Blas, Sergio Martín; Domínguez, Guiomar Martín; D'Oria, Mariacristina. Shifting domesticities: recent social housing practices and policies in Spain. City, Territory and Architecture, 2024.

Blaser, Werner. Patios: 5000 años de evolución desde la antigüedad hasta nuestros días. Editorial Gustavo Gili, 2004.

Cabido, José António Jacob. Reflexões sobre o interior doméstico, 1995.

Capitel, Antón. La arquitectura del pátio. Editorial GG, Barcelona, 2005.

Castro, Maria João. A viagem do silêncio, Cartuxa de Santa Maria Scala Coeli. Diacrítica: Revista do Centro de Estudos Humanísticos, vol. 38, n. 3, 2024.

Coelho, João Rodrigo Parreira. O projecto do espaço público nas áreas de expansão da cidade consolidada: o caso do bairro da Malagueira. Livro de Atas de Conferência Internacional, FAUP, 2013.

Correa, Yago Bonet. La arquitectura del humo. Fundación Caja de Arquitectos, Barcelona, 2007.

Croft, Vasco. Arquitectura e Humanismo: O papel do arquitecto, hoje em Portugal. Terramar, 2001.

Domingues, Álvaro. (Sub)úrbios e (sub)urbanos: o mal-estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? Revista da Faculdade de Letras, 1994.

Domingues, Álvaro. A Rua da Estrada – O problema é fazê-los parar! Porto: Dafne Editora, dezembro de 2009.

Eliot, T. S. Selected Essays, 1917–1932. Faber & Faber, 1999.

Falagán, David H. Flexibilidad e igualdad de género en la vivienda. Qüestions d’Habitatge, n. 22, 2019.

Ferro, L. A “dócil arquitetura do silêncio”. Entrevista a Rosário Silva para a Rádio Renascença, 23 março 2018.

Fuertes, Peres; Monteys, Xavier. Casa Collage. Editorial Gustavo Gili, S.L., 2014.

Garutti, Francesco. Our happy life: Architecture and well-being in the age of emotional capitalism. Sternberg Press, 2019.

Gerald Burke, citado em Communities – Planning and Participation, The Open University, 1983, p.124.

Giorgio Grassi. Nota sobre la arquitectura rural em 2c: Construcción de la Ciudad, n. 10, 1977.

Guarneri, Andrea B. Bernard Rudofsky: a humane designer. Springer Wien New York, 2002.

Groák, Steven. The Idea of Building: Thought and Action in the Design and Production of Buildings. London: E & FN Spon, 1992.

Habraken, N. J. Supports. An Alternative to Mass Housing. Routledge, 1961.

Hertzberger, Herman. Lições de arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Hilberseimer, Ludwig. The New City: Principles of Planning. Wisconsin Cuneo Press, Chicago, 1944.

Leal, Augusto Soares de Pinho. Portugal Antigo e Moderno. Lisboa: Liv. Editora de Mattos Moreira e Companhia, 1874.

Lin, Yu-T'ang. My Country and My People. The Journal of Educational Sociology, New York, 1936.

Luís Santa-María, Casa da Cascata, de Frank Lloyd Wright. In: Santa-María, Luis Martinez. El árbol, el camino, el estanque, ante la casa. Arquia/tesis, 2004.

Macintosh, Duncan. The Modern Coutyard. Architectural Association, paper n.9, Lund Humphries, London, 1973.

Marc Wigley. "Sense títol: l'allotjament del gènere". In: Colomina, Beatriz. Sexualitat i espai. El disseny de la intimitat. Barcelona: Edicions UPC, 1997.

Martí Arís, Carlos. Aportaciones del sur a la cultura moderna del habitar. Falta editora, 2000.

Martín, C. Towards flexible and industrialised housing solutions. Re-dwell, MSCA – ITN, 2023.

Martínez, Zaida Muxi. Mujeres, casas y ciudades: Más allá del umbral. Dpr-Barcelona, 2019.

Montaner, J. M. Flexibilidad arquitectónica e igualdad de género en la vivienda colectiva. Qüestions d'Habitatge, n.22, 2019.

Murillo, Soledad. El mito de la vida privada. De la entrega al tempo propio. Editorial Siglo XXI, Madrid, 1996.

Nelson, George; Wright, Henry. Tomorrow's house: a complete guide for the home-builder. Ulan Press, 1945.

Paricio, Ana. Hábitat inclusivo: Repensar los espacios para facilitar la socialización do trabalho doméstico e integração... Qüestions d'Habitatge, n. 22, 2019.

Pereira da Silva, Ana Sofia. La intimidad de la casa. El espacio individual en la arquitectura doméstica en el siglo XX. Diseño Editorial, Buenos Aires, 2015.

Portas, Nuno. A cidade como arquitectura: apontamentos de método e crítica. Livros Horizonte, 1969.

Ramos, Rui Jorge Garcia. A casa: arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português. FAUP Publicações, 2010.

Rapoport, A. House Form and Culture. New Jersey: Prentice Hall, 1969.

Reis, Maria Cecília Rodrigues. Lourosa: sua história e gentes. Tipografia Nunes, Lda, 1989.

Ribeiro, Xavier Llobet. Mies y Hilberseimer: La metrópolis como ciudad jardín. Fundación Arquia, 2007.

Rowe, Colin. The Mathematics of the Ideal Villa and other essays. MIT Press, 1982.

Rybczynski, Witold. Home. Nova Iorque: Viking Press, 1986.

Schneider, Tatjana; TILL, Jeremy. Flexible housing: opportunities and limits. Architectural Research Quarterly, 2005.

Schneider, Tatjana; Till, Jeremy. Flexible housing. Routledge, 1st edition, 2007.

Scott, Felicity D.; Osten, Marion von. Non-Pedigreed Architecture: Felicity D. Scott and Marion von Osten in Conversation. Publication Series of the Academy of Fine Arts Vienna, 2013. p. 172-178.

Spallone, R.; Calvano, M. Experimentos Paramétricos em 5 por 3 Villas de Palladio. Nexus Netw J 24, 287–313, 2022.

Venturi, Robert. Complexity and Contradiction in Architecture. Museum of Modern Art, New York, 1977.

Referências Bibliográficas Web

Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM). Disponível em: <https://cm-feira.pt/web/guest/revisaopdm>. Acesso em: 24 fev. 2026.

Metalocus. Urbanism Bauhaus. Ludwig Hilberseimer. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.metalocus.es/en/news/urbanism-bauhaus-ludwig-hilberseimer>. Acesso em: 24 fev. 2026.

Molina, Santiago de. Puertas encadenadas. Santiago de Molina: Múltiples estrategias de arquitectura, 12 fev. 2024. Disponível em: <https://www.santiagodemolina.com/2024/02/puertas-encadenadas.html>. Acesso em: 24 fev. 2026.

Portugal. IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Disponível em: <https://www.ihru.pt/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

Portugal. Portal da Habitação. Disponível em: <https://www.portaldahabitacao.pt/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

Quinta da Malagueira. Realização de Edgar Feldman. Autoria de Manuel Graça Dias. Portugal: RTP 2, 22 fev. 1996. Programa da série Ver Artes. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/quinta-da-malagueira/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

Resiliência. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2008-2024. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/resili%C3%Aancia>. Acesso em: 24 jan. 2025.

Spallone, R.; Calvano, M. Experimentos Paramétricos em 5 por 3 Villas de Palladio. Nexus Network Journal, vol. 24, p. 287–313, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00004-022-00592-1>. Acesso em: 24 fev. 2026.

Dissertações de Mestrado e Teses de Doutoramento

Aires Camponez, Sara. Casa | Dispositivo Malévolo | Movimento. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2016.

Baltazar Abreu, Joana Isabel. Cem Anos de Coabitação, cohousing como solução permanente. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2020.

Barreiro da Silva, André Correia. A organização interna da casa: Entre a rigidez e as possibilidades funcionais na habitação. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2013.

Fontes de imagens

Fig. 01. Mapa mental.

Esquema da autora.

Fig. 02. Children's Paradise, Hong Kong, Fan Ho, 1959

Disponível em: <https://ocula.com/art-galleries/blue-lotus-gallery/artworks/fan-ho/childrens-paradise/>

Fig. 03. Enquadramento territorial de Lourosa no concelho de Santa Maria da Feira

Desenho da autora.

Fig. 04. Esquema síntese da estrutura urbana de Lourosa

Desenho da autora.

Fig. 05. Referência a “Feira” (S. M. da Feira), mapa datado de 1883; Referência a “Lorosa” (Lourosa), mapa datado de 1892.

Disponível em: <https://www.dgterritorio.gov.pt/dgt/historia-patrimonio/cartografia-antiga>

Fig. 06. Os lugares de Lourosa com indicação dos espaços agrícolas e florestais a verde.

Desenho da autora.

Fig. 07. Mapa de Localização de Equipamentos existentes. Em: Reis, Maria Cecília.

Lourosa: Sua história e Gentes. Monografia. Tipografia Nunes, Lda. 1989

Fig. 08. Mapa rede viária.

Desenho da autora.

Fig. 09. Espaços florestais e agrícolas.

Google Maps com intervenção da autora.

Fig. 10. Enquadramento do Lugar da Cadinha em Lourosa

Google Maps com intervenção da autora.

Fig. 11. Esquismo de análise do Lugar da Cadinha.

Desenho da autora.

Fig. 12. Fotografias do lugar de implantação.

Fotografias da autora; Google Maps.

Fig. 13. Tecido urbano, identificação a laranja do edificado industrial.

Desenho da autora.

Fig. 14. Identificação do edificado, parcelário e rede viária nas proximidades do lugar de implantação.

Desenho da autora.

Fig. 15. Planta da área de intervenção

Desenho da autora.

Fig. 16. Lugar de implantação do projeto, imagem aérea.\
Google Maps.

Fig. 17. Fotografia do lugar de implantação e da casa preexistente ao fundo.
Fotografia da autora.

Fig. 18. Planta da área de implantação com representação da mancha arbórea.
Desenho da autora.

Fig. 19. Continuidade entre os espaços verdes da proposta e os da habitação plurifamiliar existente, o volume proposto pretende ativar a relação entre ambos.
Desenho da autora.

Fig. 20. Percursos preexistente no lugar de implantação do projeto.
Desenho da autora.

Fig. 21. Planta do Convento de Santa Maria Scala Coeli, Évora.
Desenho © DPERU/DPE, com base em Casale, G. V. (1590).

Fig. 22. Células do Convento.
Disponível em: <https://www.fea.pt/patrimonio/mosteiro-de-santa-maria-scala-coeli>.

Fig. 23. Planta do Bairro da Malagueira.
Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.008/936/pt>

Fig. 24. Maquete da implantação no lugar, escala 1:500.
Fotografia da autora.

Fig. 25. Projeto de agrupamento de casas em três escalas de representação, plantade implantação à escala 1:2000, corte e alçado a 1:500, planta aproximada a 1:500, planta da casa a 1:100.
Desenho da autora.

Fig. 26. Esquisso da casa
Desenho da autora.

Fig. 27. Corte e alçado da casa, escala 1:200.
Desenho da autora.

Fig. 28. Corte e alçado da casa, escala 1:200.
Desenho da autora.

Fig. 29. Fredensborg Houses, Jorn Utzon.
Disponível em: <https://arquitecturaviva.com/works/proyecto-fredensborg-1>.

Fig. 30. Unidade, Fredensborg Houses, Jorn Utzon.
Disponível em: <https://arquitecturaviva.com/works/proyecto-fredensborg-1>.

Fig. 31. Esquema de análise do espaço exterior adjacente à entrada na habitação sobreposto a imagem aérea.

Desenho da autora.

Fig. 32. “Single-storey terrace house”, Ludwig Hilberseimer, 1929.

Macintosh, D. (1973), p. 30-31.

Fig. 33. “L-House type E”, Hilberseimer, 1931.

Macintosh, D. (1973), p. 32.

Fig. 34. Esquema reinterpretativo da autora sob “L-shaped pátio houses”, Ludwig Hilberseimer.

Hilberseimer, L. (1944), p.75

Fig. 35. Esquema experimental do processo de agrupamento de casas partindo das casas-pátio em L desenvolvidas por Hilberseimer.

Desenho da autora.

Fig. 36. Processo experimental de agrupamento de casas partindo das Casas-pátio desenvolvidas por Jorn Utzon.

Desenho da autora.

Fig. 37. Mapa mental.

Desenho da autora.

Fig. 38. Chaminés das Fredensborg Houses com desenho da autora sob a imagem, “El humo como axis mundi del hogar”, desenho de Yago Bonet, Casa Collage, chaminés no agrupamentos de casas-pátio em banda.

Disponível em: <https://arquitecturaviva.com/works/proyecto-fredensborg-1>; desenho da autora.

Fig. 39. Esquismo do pátio do Apartamento Beistegui, Paris, Le Corbusier.

Disponível em: <https://arkt.space/en/attico-beistegui-di-le-corbusier-una-promenade-architecturale/>

Fig. 40. Pátio do Apartamento Beistegui, Paris, Le Corbusier.

Disponível em: <https://arkt.space/en/attico-beistegui-di-le-corbusier-una-promenade-architecturale/>

Fig. 41. Casa dos Pássaros, séc. II d. C..

Alarcão, J. (1985), p. 87.

Fig. 42. Esquismo da casa resiliente.

Desenho da autora.

Fig. 43. Reconstituição do que seria o modelo teórico da casa romana do século II e III.

Alarcão, J. (1985), p. 61.

Fig. 44. Villa Thiene em Cicogna, Palladio, 1556-59.

Disponível em: <https://www.archinform.net/projekte/5556.htm>.

Fig. 45. Esquemas de análise da Villa Thiene, Cicogna.

Desenho da autora.

Fig. 46. Plantas, cortes e alçados originais da Casa Preexistente.

Departamento de urbanismo da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

Fig. 47. Planta da Casa Preexistente.

Desenho da autora.

Fig. 48. Fotografia da casa preexistente.

Fotografia da autora.

Fig. 49. Fotografias da maquete da Casa, escala 1:150.

Fotografia da autora.

Fig. 50. Planta da Casa, escala 1:100.

Desenho da autora.

Fig. 51. Fotografias da maquete da Casa, escala 1:100.

Fotografia da autora.

Fig. 52. Casa Funcional, Alexander Klein.

Disponível em: <https://burning.farm/essays/enjoy-the-silence>.

Fig. 53. Planta esquemática da Casa, grelha compositiva.

Desenho da autora.

Fig. 54. Planta esquemática da Casa, circuitos e permeabilidades.

Desenho da autora.

Fig. 55. Planta esquemática da Casa, áreas de maior cruzamento e intensidade de uso.

Desenho da autora.

Fig. 56. Possibilidade de ocupação da Casa em planta.

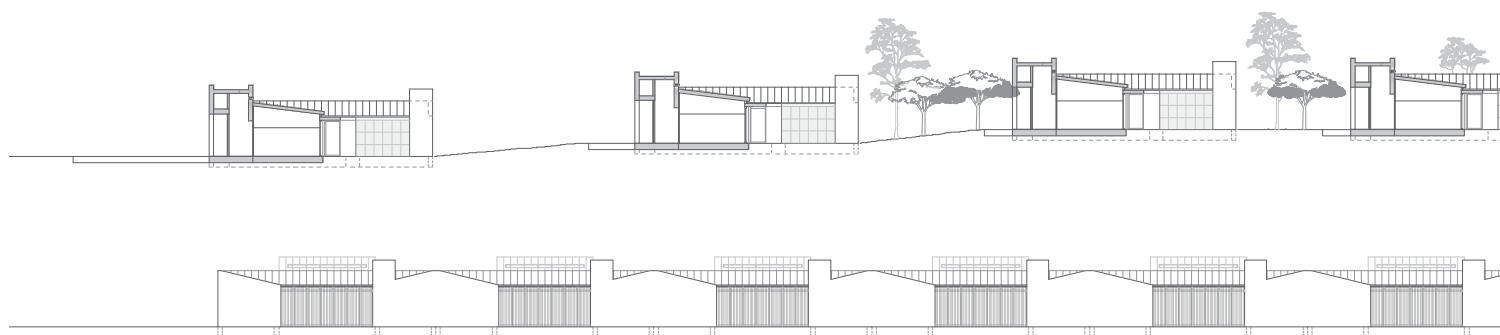
Desenho da autora.

Fig. 57. Possibilidade de ocupação da Casa em maquete.

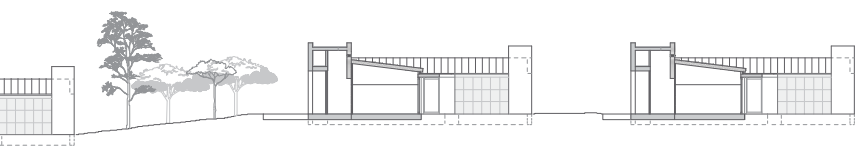
Desenho da autora.



Planta de implantação à escala 1:2000



Corte e alçado, 1:500



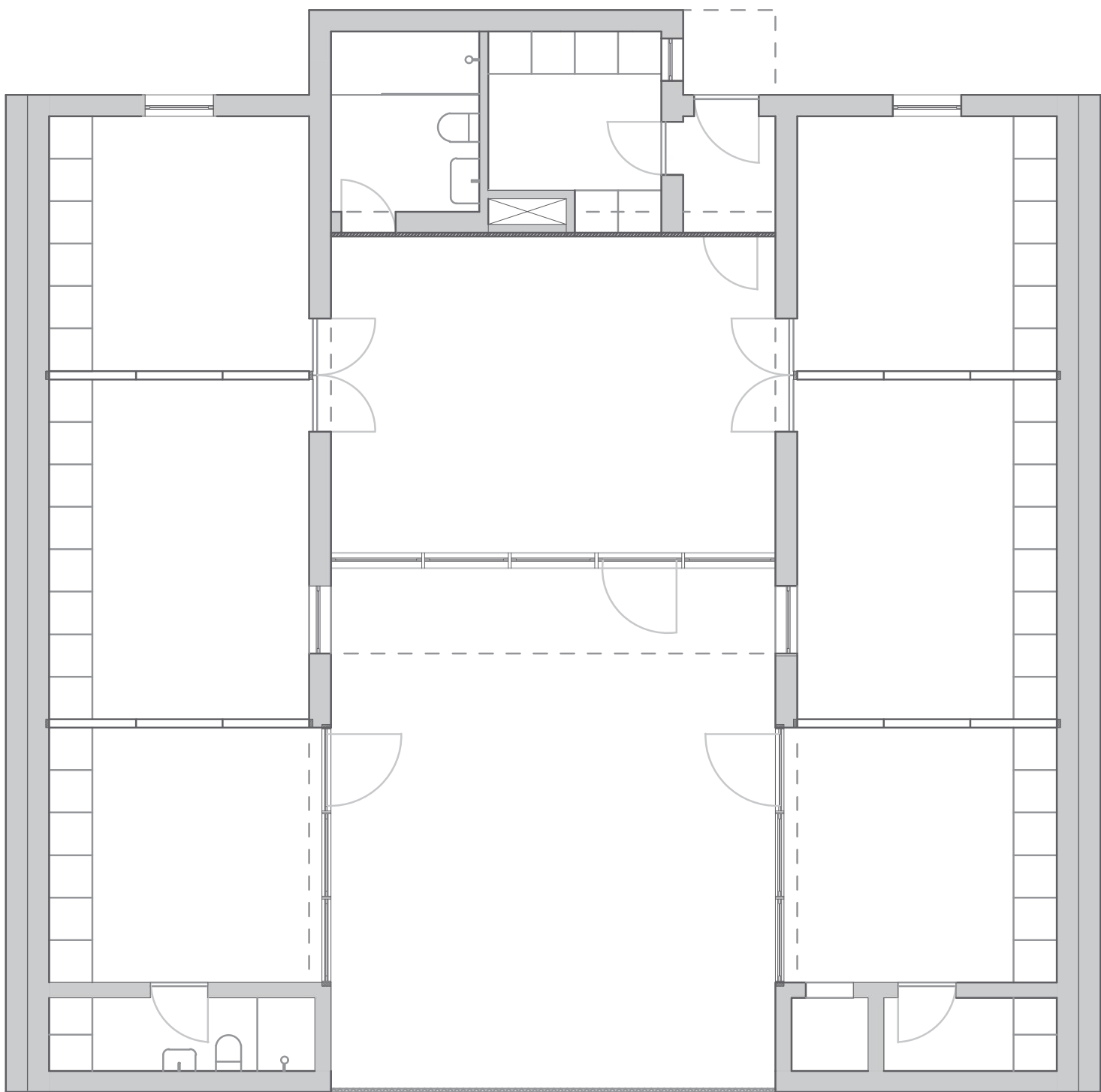
BB'



AA'



Planta de implantação à escala 1:2000, corte e alçado, 1:500



Planta da casa, 1:100

Casa Resiliente

Entre Comunidade e Intimidade no Lugar da Cadinha

Sofia Maria Silva Castro

FACULDADE DE ARQUITETURA

